

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Gabriel Peruzzo

**O BELJO AMORFISTA E A PATOLOGIA DO
ORGANISMO SOCIAL: MONOGAMIA E FAMÍLIA NUCLEAR
NOS PAPÉIS DO LIBERTÁRIO GIOVANNI ROSSI**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em História da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do grau de
Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Roselane
Neckel

Co-orientador: Prof. Dr. Marcos F. F.
Montysuma

Florianópolis
2012

Gabriel Peruzzo

**O BEIJO AMORFISTA E A PATOLOGIA DO ORGANISMO
SOCIAL: MONOGAMIA E FAMÍLIA NUCLEAR NOS PAPÉIS
DO LIBERTÁRIO GIOVANNI ROSSI**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em História.

Florianópolis, 03 de agosto de 2012

Prof.^a Dr.^a Eunice Sueli Nodari
Coordenadora do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Roselane Neckel
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof. Dr. Marcos F. F. Montysuma
Co-orientador
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.^a Dr.^a Marlene de Fáveri
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

Prof.^a Dr.^a Janine Gomes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.^a Dr.^a Joana Maria Pedro (suplente)
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Prof.^a Dr.^a Silvia Maria Fávero Arend (suplente)
Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Roselane Neckel, às professoras Marlene de Fáveri, Joana Maria Pedro e Janine Gomes da Silva, por terem aceito, gentilmente, compor a banca examinadora. Ao professor Marcos Montysuma, pela força nos momentos finais e, especialmente, à minha família, pelo apoio nos momentos de dificuldade passados nos últimos anos.

Isso explica outra questão: por que a vida não é tudo; por que deixa atrás de si lembranças, afeições, vestígios, por que vivemos todos, um pouco depois de nós.

(Piotr Kropotkin)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo compreender as respresentações do libertário italiano Giovanni Rossi acerca dos relacionamentos conjugais monogâmicos e da família nuclear no final do século XIX. Foram utilizadas como fontes, sobretudo, suas obras lançadas entre os anos de 1891 e 1895, assim como correspondências endereçadas a amigos e familiares e outros escritos publicados na imprensa libertária da época. Assim sendo, a partir dos papéis de Giovanni Rossi, o presente trabalho aborda as discussões entre anarquismo, família, conjugalidades e amor livre.

Palavras-chave: Giovanni Rossi. Colônia Cecília. Anarquismo. Família. Amor Livre. Monogamia.

ABSTRACT

This study aims to understand the representations of Italian Giovanni Rossi libertarian about relationships and marriage monogamous nuclear family in the late nineteenth century. Were used as sources, above all, his works released between the years 1891 and 1895, as well as letters addressed to friends and family and other writings published in newspapers of the time libertarian. Thus, from the papers of Giovanni Rossi, this paper discusses the discussions between anarchism, family, conjugalities and free love.

Keywords: Giovanni Rossi. Cecilia Colony. Anarchism. Family. Free love. Monogamy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A COLÔNIA CECÍLIA E O ANARQUISMO DE GIOVANNI ROSSI	28
1.1 NOTAS SOBRE A COLÔNIA CECÍLIA	28
1.2 O ANARQUISMO EXPERIMENTAL E AS MATRIZES DO PENSAMENTO DE GIOVANNI ROSSI	42
1.2.1 Augusto Comte: a Sociologia e o Organismo Social.....	54
1.2.2 Piotr Kropotkin: Anarquismo e Ciência	60
2 O ANARQUISMO NA VIDA PRIVADA: AMOR LIVRE E FAMÍLIA	68
2.1 A EUROPA DO SÉCULO XIX OU O ESPAÇO E O TEMPO DO ANARQUISMO	68
2.1.1 Anarquismo: Liberdade para a Construção de um Homem Novo.....	75
2.1.2 Amor Livre e Família no Pensamento Libertário no Final do Século XIX	82
3. OS RELACIONAMENTOS MONOGÂMICOS E A FAMÍLIA NUCLEAR EM GIOVANNI ROSSI	98
3.1 BEIJO AMORFISTA E MONOGAMIA.....	98
3.2 ENTRE O EGOÍSMO DOMÉSTICO E A SOLIDARIEDADE DA VIDA COLETIVA: A FAMÍLIA NUCLEAR OU A PATOLOGIA DO ORGANISMO SOCIAL	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
ARQUIVOS	134
FONTES	136
CARTAS E PERIÓDICOS.....	136
OBRAS DE GIOVANNI ROSSI.....	136
REFERÊNCIAS	138

INTRODUÇÃO

Em 1890, no contexto das políticas imigratórias, foi fundada no interior do estado do Paraná uma colônia de imigrantes italianos anarquistas. Nas terras de Santa Bárbara, distrito de Palmeira, esta colônia denominada Cecília, ganharia as páginas dos livros de história como um dos episódios mais instigantes do movimento libertário brasileiro, do qual teriam participado, supostamente, o imperador D. Pedro II e o maestro Carlos Gomes.

Pensada para ser um laboratório social onde pudessem ser testados e analisados na prática os pressupostos teóricos do anarquismo, essencialmente as propostas relacionadas ao amor livre e a dissolução da família nuclear burguesa, a Colônia Cecília, produto do século XIX, forneceu uma amostra de alguns dos fenômenos históricos mais significativos daquele fim de século. As idéias e ideais socialistas, os movimentos imigratórios, assim como o discurso cientificista estavam presentes em uma pequena porção de terra do interior do sul do Brasil.

Não obstante as controvérsias que envolveram a história da Colônia Cecília, como assinala Agnaldo Kupper, ela existiu.¹ E durante sua efêmera existência, somou experiências de incalculável valor histórico, o que lhe valeu o reconhecimento nas páginas da literatura e nos palcos da dramaturgia², assim como nas telas do cinema por meio das lentes do cineasta francês Jean-Louis Comolli³ e de uma série da televisão brasileira⁴ dedicada a experiência libertária vivida na região dos Campos Gerais paranaenses entre os anos de 1890 e 1894.

Como muitas colônias de imigrantes fundadas no século XIX, a Cecília nasceu e morreu pobre. Entretanto, seus idealizadores traziam na

¹ KUPPER, Agnaldo. *Colônia Cecília: uma experiência quase esquecida*. p. 73. In: *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 2, p. 69-80, jul./dez. 2000.

² Foram publicados dois romances baseados na experiência de amor livre vivida por Giovanni Rossi na Colônia Cecília, respectivamente, por Afonso Schmidt e Miguel Sanches Neto, assim como uma peça teatral de autoria de Renata Pallottini. Cf. SCHMIDT, Afonso. *Colônia Cecília*. Romance de uma experiência anarquista. São Paulo: Brasiliense, 1980; SANCHES NETO, Miguel. *Um amor anarquista*. Rio de Janeiro: Record, 2008; PALLOTTINI, Renata. *Colônia Cecília*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2002.

³ *La Cecilia*. Direção: Jean-Louis Comolli. Produção: Filmoblic. França/Itália, 1976. 113 min.

⁴ A série foi ao ar em 1989 pela Rede Bandeirantes de Televisão. Cf. KUPPER, Agnaldo. *Colônia Cecília: uma experiência quase esquecida*. In: *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 6, n. 2, p. 69-80, jul./dez. 2000, p. 73.

bagagem algo mais do que o sonho de “fazer a América”. Traziam o projeto de fundar nas solidões americanas, uma colônia onde fosse possível testar empiricamente as teorias libertárias. Tendo à frente o agrônomo e médico veterinário Giovanni Rossi, a Colônia Cecília seria mais que um refúgio de imigrantes que vinham buscar dias afortunados nas terras do Novo Mundo: seria um laboratório social. A consistência e a solubilidade das teorias libertárias deveriam ser postas a prova, submetidas aos cânones da ciência positiva, pois assim ganhariam legitimidade.

Ainda na juventude, aos dezessete anos, quando já integrava os quadros da Associação Internacional dos Trabalhadores, Giovanni Rossi defendia a necessidade de fundar uma colônia socialista experimental na Polinésia.⁵ Acadêmico graduado em cirurgia e medicina veterinária, Giovanni Rossi pensava que as teorias libertárias deveriam ser estudadas cientificamente com base nos métodos adotados pelas ciências naturais.

Influenciado pela sociologia de Augusto Comte, o veterinário e anarquista Giovanni Rossi, acreditava que a partir do estudo em colônias-laboratório, seria possível determinar as leis que regiam os fenômenos sociais e, com isso, corroborar ou refutar as teorias libertárias para que, assim, pudessem ser utilizadas como instrumentos de transformação social.

Entretanto, antes de levar a cabo o projeto de fundar uma colônia experimental no sul do Brasil, Giovanni Rossi participou de outras experiências em cooperativas agrícolas ainda em terras italianas. Foram três as tentativas infrutíferas empreendidas na década de 1880, respectivamente, nas províncias de Bréscia, Cremona e Parma. Seria apenas no ano de 1890 que Giovanni Rossi conseguiria obter êxito com a fundação de uma colônia experimental no interior do estado do Paraná.

Pioneiro do movimento anarquista brasileiro, Giovanni Rossi não foi apenas um dos responsáveis por introduzir as idéias libertárias no Brasil⁶, como foi também um dos pioneiros dos estudos sociológicos no país. Entretanto, seus estudos científicos não ficaram circunscritos ao experimento sociológico da Colônia Cecília. Após deixar a colônia, Rossi atuou como diretor da Escola Superior de Agronomia de Taquari e no desenvolvimento de uma das primeiras instituições de pesquisa científica do sul do Brasil: a Estação Agrônômica e de Veterinária do

⁵ MELLO NETO, Candido de. *O anarquismo experimental de Giovanni Rossi*. De Poggio al maré à Colônia Cecília. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 1998, p. 23-24.

⁶ RODRIGUES, Edgar. *Universo Ácrata*. V. 2. Florianópolis: Insular, 1999, p. 53.

Estado.

Fundada em 1895 no interior do estado de Santa Catarina, mais precisamente em Rio dos Cedros, núcleo de colonização italiana localizado no Vale do Itajaí e então pertencente ao município de Blumenau, a Estação Agronômica e de Veterinária do Estado foi uma das instituições científicas pioneiras de pesquisa agrícola na região sul do país e a primeira de Santa Catarina. Criada com o propósito de aperfeiçoar e desenvolver o cultivo de fumo, importante produto da economia regional, a Estação Agronômica e de Veterinária viveu seu momento de maior produtividade durante o decênio compreendido entre os anos de 1897 e 1907, período em que esteve sob a direção de Giovanni Rossi.

Vindo de Taquari, no Rio Grande do sul, O Dr. Giovanni Rossi, como era então chamado pelas autoridades locais, tais como o governador Hercílio Luz, autor da lei que autorizava a fundação da instituição, destacou-se à frente da Estação Experimental empreendendo atividades que excediam as suas atribuições. Durante os dez anos em que atuou como diretor da Estação Agronômica, Giovanni Rossi não apenas ampliou e diversificou as culturas agrícolas pesquisadas, inicialmente direcionadas ao desenvolvimento de um único gênero, o fumo, como transformou a instituição de pesquisas em um centro de ensino. Rossi atuou ainda como editor da Revista Agrícola, periódico de divulgação científica da Sociedade Agrícola Catarinense, fundada em 1904.

Dois anos após a transferência da Estação Agronômica de Rio dos Cedros para a região de Florianópolis no ano de 1905, mudança sugerida por Giovanni Rossi, este decide retornar com a família à Itália, decisão que afetaria seriamente a produção da Estação Experimental.⁷

A História é pródiga em narrativas que versam sobre experiências de colônias socialistas, como o Falanstério do Saí, fundado na metade do século XIX na atual cidade de São Francisco do Sul, Santa Catarina, e inspirado nas idéias de Charles Fourier.⁸ Entretanto, para além da análise científica dos princípios políticos e econômicos do anarquismo,

⁷ SANTOS, Lucy Woellner dos. *Estação Agronômica e de Veterinária do Estado (1895-1920): uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998, p. 105-151.

⁸ Idealizada pelo médico homeopata Binot Joseph Mure, a Colônia do Saí localizava-se na atual região da Vila da Glória, parte continental de São Francisco do Sul. Composta por imigrantes franceses, a Colônia do Saí manteve-se ativa entre os anos de 1842 e 1844.

Giovanni Rossi almejava com a fundação da Colônia Cecília, a experimentação do amor livre, ou como preferia, do “beijo amorfista”.⁹ Esta proposta de relacionamentos conjugais encontrava na pluralidade de amores simultâneos o meio de alcançar fins ainda mais audaciosos: a dissolução da família nuclear burguesa. Reside aqui a peculiaridade desta experiência vivida no sul do Brasil no interior da Colônia Cecília.

Segundo Michele Perrot,

unânimes em criticar a família de sua época, raros, porém, são os socialistas que pensam em sua total eliminação. Igualmente raros são os que pretendem uma subversão dos papéis sexuais, tão profunda é a crença numa desigualdade natural entre homens e mulheres.¹⁰

Nesse sentido, Giovanni Rossi pode ser admitido como um desses casos raros, dado que, diferentemente de seus correligionários anarquistas que definiam amor livre como a união conjugal espontânea, divorciável e, no entanto, monogâmica, Giovanni Rossi acreditava que os relacionamentos conjugais deveriam ser poligâmicos e, sobretudo, poliândricos, pois desta forma, a família nuclear burguesa seria definitivamente eliminada, contrariando Michele Perrot. Para Giovanni Rossi, a dissolução da família nuclear era tida como o objetivo mais premente do anarquismo, antes mesmo do fim da propriedade privada e até do Estado.

Segundo Candido de Mello Neto,

a discussão sobre a família, o amor, a mulher, em toda obra de Rossi alcança níveis de maior importância. É contra o comportamento burguês em relação à família que ele dirige sua maior agressividade reformista.¹¹

Temas recorrentes em seus escritos, as reflexões sobre o amor

⁹ ROSSI, Giovanni. *Um caso de amor na Colônia Cecília*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p.127.

¹⁰ PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. V. 4. Cia. das Letras: São Paulo, 1991, p. 100.

¹¹ MELLO NETO, 1998, p. 25.

livre e, especialmente, as críticas austeras à família nuclear, ocupam posição de destaque no pensamento deste libertário italiano.

Lugar-comum na produção bibliográfica tangente à Colônia Cecília, as idéias de Giovanni Rossi relativas ao amor livre, assim como suas críticas contundentes em relação à família nuclear são constantemente colocadas em relevo, todavia, as razões destes discursos cáusticos permaneciam nebulosas. As pesquisas dedicadas a Colônia Cecília não abordam especificamente estes dois aspectos do pensamento de Giovanni Rossi, muito embora sejam constantemente assinalados. Apesar de ser apontada como a mais completa e importante pesquisa acerca da Colônia Cecília e da vida de Giovanni Rossi, nem mesmo a obra do médico Candido de Mello Neto lança luz sobre tais questões.

Obra de caráter memorialista, a publicação de Candido de Mello Neto, de acordo com o próprio autor, “não é um estudo sociológico”.¹² Segundo Candido de Mello Neto, seu livro teve como objetivo divulgar a experiência vivida por Giovanni Rossi e seus companheiros, assim como “despertar algum interesse entre profissionais das áreas de história, sociologia, política e literatura.”¹³

Assim, tendo em vista a carência de trabalhos que tematizam a relação entre anarquismo, amor livre e família, assim como as lacunas das pesquisas anteriores relativas ao olhar de Giovanni Rossi sobre o amor livre e a família nuclear, propomos investigar e compreender as representações acerca dos relacionamentos conjugais monogâmicos e da família nuclear burguesa construída pelo idealizador e fundador da Colônia Cecília na segunda metade do século XIX.

Apontada como categoria central da História Cultural por Sandra Pesavento, a categoria representação permite compreender a diversidade de olhares e sentidos acerca da realidade. Por meio das representações os historiadores ganham acesso à realidade complexa do passado, “tentando chegar àquelas formas, discursivas imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo [...] através de normas, instituições, discursos, imagens e ritos”.¹⁴

Construídas a partir de um conjunto de elementos mentais articulados e originados da experiência sensível com o mundo real, as representações formam uma espécie de cartografia interiorizada da realidade social, por meio da qual, grupos e indivíduos orientam suas

¹² MELLO NETO, 1998, p. 21.

¹³ Ibid., p. 21.

¹⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahi. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 39-42.

práticas. As representações agem como “matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social”,¹⁵ de onde decorre sua importância para a compreensão de uma realidade social complexa e fragmentada, tal como sugere abaixo Giovanni Levi.

O contexto social, segundo Giovanni Levi, pode ser concebido como um espaço que, através do ajustamento de seus elementos ao sistema do qual fazem parte, tornam-os inteligíveis, ou ainda, como um espaço que, quando observado por outra perspectiva – a partir de elementos aparentemente anômalos ou insignificantes – assumem significado e revelam as incoerências ocultas de um sistema unificado.¹⁶

Por esta via, os contextos não são negados, mas definidos como mantos que não se estendem de forma una e homogênea sobre a sociedade. Pontuados por interstícios que fogem às normas impositivas do sistema, esta malha possui hiatos que revelam as contradições e a falibilidade dos contextos sociais, delineando um contexto complexo e permeado por indivíduos e grupos com representações singulares da realidade.

Admite-se, portanto, a realidade não como um monólito intransponível, mas como uma rocha porosa, permeada por fissuras através das quais escorrem discursos e práticas que fogem às normas, convertendo-se em um palco onde os personagens afirmam posições através do embate de representações acerca do mundo, estas, plurais em número e singulares entre si.

Para Sandra J. Pesavento,

as representações apresentam múltiplas configurações, e pode-se dizer que o mundo é construído de forma contraditória e variada, pelos diferentes grupos do social e expressa a supremacia conquistada em uma relação histórica de forças. Implica que esse grupo vai impor a sua maneira de dar a ver o mundo, de estabelecer classificações e divisões, de propor valores e normas, que orientam o gosto e a percepção, que definem limites e autorizam os comportamentos e os papéis sociais.¹⁷

¹⁵ CHARTIER, Roger. *O Mundo Como Representação*. In: À Beira da Falésia. A História Entre Certezas e Inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002, p. 72.

¹⁶ LEVI, Giovanni. *Sobre micro-história*. In: BURKE, Peter (org.). A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992, p. 155.

¹⁷ PESAVENTO, 2005, p. 42.

Importante categoria de análise para o estudo das configurações sociais, as representações auxiliam a compreender como e por que estas mesmas configurações assumiram determinados contornos, bem como os vetores que agiram sobre a sua formação. As representações sociais estão sempre inseridas no âmbito de relações de força, estabelecidas por diferentes grupos que almejam fazer crer e impor suas próprias representações, suas próprias visões de mundo e com isso reproduzir uma sociedade a partir de seus próprios interesses.

Nesse sentido, a categoria representação proposta como meio de alcançar os sentidos de um dado passado mostra-se adequada para compreender realidades multifacetadas, trazendo à tona grupos e indivíduos que constroem nos interstícios do sistema normativo, suas próprias representações de mundo, como fizeram os anarquistas da Colônia Cecília, sobretudo, seu idealizador e fundador Giovanni Rossi no tocante aos relacionamentos monogâmicos e à família nuclear burguesa.

Para tanto, serão analisadas essencialmente fontes escritas. As fontes escritas, através da análise dos discursos historicamente construídos, apontam para as representações sociais do autor e de seus leitores, “descrevendo a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse”.¹⁸ Nesse sentido, os escritos de Giovanni Rossi consistem em importantes fontes para compreender suas representações acerca dos relacionamentos conjugais monogâmicos e da família nuclear, dado que são tingidos intensamente por críticas e reflexões singulares sobre o amor livre e a família nuclear.

Reunidos em uma antologia¹⁹ publicada pela Imprensa Oficial do Paraná e dedicada inteiramente às obras de Giovanni Rossi, os opúsculos editados entre os anos de 1891 e 1895 intitulados *O Nascimento da Colônia Cecília* (1891), *Comunidade Anarquista Experimental* (1893), *Um Caso de Amor na Colônia Cecília* (1893) e *O Paraná no Século XX* (1895) fornecem um importante manancial de informações para compreender suas representações.

Seus relatos remetem à construção da Colônia Cecília e às experiências vividas por seus habitantes, exceto *O Paraná no século XX*,

¹⁸ CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel / Bertrand Brasil, 1988, p. 19.

¹⁹ ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

onde Giovanni Rossi discute suas idéias através de uma narrativa ficcional. Giovanni Rossi costumava utilizar narrativas ficcionais como veículo de propaganda política. Através de personagens fictícios, as idéias libertárias eram discutidas e divulgadas.

Em *O Paraná no século XX*, Giovanni Rossi narra como teria se dado o processo revolucionário ocorrido no estado do Paraná durante a primeira metade do século XX. No futuro idealizado por Giovanni Rossi, o processo revolucionário seria pacífico, realizado sem o recurso das armas. A revolução narrada por Giovanni Rossi e definida por ele como um “movimento científico”²⁰ teria como fundamento o conhecimento produzido pelas nascentes ciências sociais, bem como a difusão das idéias de um dado conjunto de pensadores. Estes pensadores podem ser admitidos como influências intelectuais importantes de Giovanni Rossi, dado que foram suas idéias e teorias responsáveis pelo ímpeto revolucionário e pela estruturação da sociedade libertária por ele imaginada.

Através de suas idéias, os intelectuais exercem o poder de agir sobre os indivíduos, transformando suas práticas e representações. Desta forma, a análise das idéias dos pensadores que influenciaram Giovanni Rossi pode contribuir significativamente para a compreensão de suas representações acerca dos relacionamentos monogâmicos e da família nuclear.

Entretanto, dado a impossibilidade de analisar o conjunto da obra dos pensadores citados por Giovanni Rossi, optamos por fazer um recorte e analisar as idéias daqueles que foram mais representativos em seu tempo e cujo pensamento parece flertar mais intimamente com as idéias de Giovanni Rossi. Deste modo, dos autores citados e cujas teorias anarquistas foram estudadas e divulgadas durante o processo de construção da sociedade libertária imaginada por Giovanni Rossi, optamos pela análise do pensamento de Piotr Kropotkin, por ser apontado por George Woodcock como o maior expoente do anarquismo a partir da década de 1870.²¹

Diferentemente do que afirma Beatriz Pellizzetti Lolla em *Reflexões sobre uma utopia do século XIX*, acreditamos que foi Piotr Kropotkin e não Errico Malatesta quem exerceu maior influência sobre

²⁰ ROSSI, Giovanni. *O Paraná no século XX*. (1895). In: ROSSI, Giovanni. Colônia Cecília e outras utopias. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 145.

²¹ WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. V. 1. A idéia. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 212.

Giovanni Rossi, especialmente por defender a aproximação entre anarquismo e ciência, bem como a observação dos fenômenos naturais como base de indução para pensar as questões sociais, assim como fez Giovanni Rossi ao desnaturalizar a prática da monogamia.

Da mesma forma e ainda que não seja citado diretamente por Giovanni Rossi, figurando como uma referência indireta, Augusto Comte, um dos pensadores mais influentes do século XIX, aparece como uma figura importante para a compreensão de suas representações, uma vez que as intertextualidades ou a relação que um texto estabelece com outros, como salienta Eni Orlandi, aponta para “como o texto deve ser lido.”²²

Entre as linhas dos escritos de Giovanni Rossi, encontramos inúmeras referências ao positivismo de Augusto Comte, sobretudo, a analogia entre sociedade e organismo, a qual a representação de família nuclear está direta associada.

Contudo, aos quatro opúsculos mencionados, todos perpassados por discursos favoráveis ao amor livre e hostis à família nuclear, soma-se ainda os documentos do acervo pessoal de Candido de Mello Neto. Médico descendente de fundadores da Colônia Cecília, Candido de Mello Neto é autor de *O Anarquismo Experimental de Giovanni Rossi*, principal trabalho publicado sobre a Colônia Cecília e seu fundador.

Resultado de uma ampla pesquisa que o levou a percorrer diversos países, como Itália, França, Inglaterra, EUA e Holanda, a documentação encontrada pelo médico pontagrossense é hoje parte constituinte do acervo do Museu dos Campos Gerais, instituição administrada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Nos arquivos do Museu dos Campos Gerais encontramos três categorias de fontes sobre Giovanni Rossi, respectivamente, literárias, ordinárias e jornalísticas, como cartas endereçadas à família e amigos, tais como as destinadas aos irmãos Sestilio e Properzia e ao seu correspondente Alfred Sentfleben, assim como artigos e cartas publicados na imprensa libertária e socialista da época.

No primeiro capítulo, com o propósito de situar o leitor, buscamos compor uma visão panorâmica da Colônia Cecília, expondo em linhas gerais, como foi fundada e estruturada, ressaltando as dificuldades e privações enfrentadas pelos habitantes do núcleo experimental libertário com o intuito de desconstruir a imagem edênica

²² ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. UNICAMP, 1996, p. 42.

retratada por alguns autores sobre a vida no interior da colônia. Nesse sentido, também questionamos a versão largamente difundida e bastante controversa que envolve os nomes do maestro Carlos Gomes e, sobretudo, do imperador D. Pedro II na fundação da Colônia Cecília.

Ainda no primeiro capítulo, procuramos compreender as razões pelas quais Giovanni Rossi defendia a fundação de colônias experimentais, assim como a influência exercida por Piotr Kropotkin e Augusto Comte na constituição de suas idéias e representações. Se foram as idéias de Piotr Kropotkin que motivaram Giovanni Rossi a aproximar anarquismo e ciência e tomar a natureza como base de inferência para elaborar suas teses sociais, como fez ao desnaturalizar a monogamia a partir da observação do comportamento sexual da fauna e da flora, foi inspirado pela sociologia positivista de Augusto Comte, que Giovanni Rossi pensou e desenvolveu o anarquismo experimental e propôs a fundação de colônias-laboratório, assim como na analogia entre organismo e sociedade proposta por Comte, encontramos evidências para compreender sua representação da família nuclear.

No segundo capítulo, procuramos evidenciar os contornos do pensamento anarquista e o contexto histórico de emergência das idéias libertárias, delineando algumas das principais características do século XIX a partir das análises de René Rémond e Eric Hobsbawm, pensando o século em questão, como um momento de grande complexidade histórica e marcado por vertiginosas vicissitudes, assim como o pensamento anarquista como uma expressão crítica deste tempo e que buscava fornecer respostas para um período de grande instabilidade e contradições.

Em um segundo momento, buscamos definir alguns fundamentos do pensamento anarquista para compreender as razões das críticas libertárias dirigidas aos relacionamentos conjugais e à família nuclear no final do século XIX. Ainda que heterogêneo e caracterizado por diferentes vertentes teóricas, o pensamento anarquista é datado e apresenta uma base comum, definida, sobretudo, pela afirmação da liberdade como uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento humano pleno, de onde o termo libertário empregado como sinônimo de anarquista.

Avessos à política institucional e a formação de partidos políticos, a transformação social passava, deste modo, invariavelmente pela reforma e desenvolvimento do indivíduo. Apenas com liberdade os indivíduos poderiam desenvolver todas as potencialidades humanas – morais, físicas e intelectuais – alcançando-se assim, a formação de um Homem novo, pilar da nova sociedade que imaginavam.

Foi nesse sentido, que o anarquismo se opôs a todas as formas de autoritarismo que pudessem obstruir o desenvolvimento das potencialidades humanas, desde aquelas impostas por regimes políticos até as que se fazem sentir na vida privada, estendendo suas críticas, desta forma, também aos relacionamentos conjugais e à família. Nesse contexto, expomos as críticas libertárias em relação à família e aos relacionamentos conjugais no período, ressaltando sua proposta e concepção de amor livre com o propósito de estabelecer um contraponto com as idéias de Giovanni Rossi, distinguindo com isso, suas particularidades.

O terceiro e último capítulo foi dedicado às representações de Giovanni Rossi relativas aos relacionamentos conjugais monogâmicos e ao amor livre, este, entendido por Giovanni Rossi como o meio através do qual a família nuclear poderia ser extinta. Neste capítulo, buscamos frisar a diferença entre o que comumente era denominado de amor livre pelos libertários na virada do século XIX para o XX, e o que Giovanni Rossi propunha como “beijo amorfista”. Por fim, abordamos o processo de formação da família nuclear, assinalando o isolamento desta em relação à sociedade circundante no século XIX, bem como a representação de Giovanni Rossi em relação à família nuclear burguesa no final dos anos oitocentos. Tida por Giovanni Rossi como uma instituição com interesses conflitantes com o meio social, a família nuclear era representada como uma doença que poderia ameaçar o equilíbrio e a harmonia do organismo social.

O interesse pela história da família surgiu durante a leitura dos textos de *Microfísica do Poder*,²³ de Michel Foucault. Em *A Governamentalidade*, Foucault discorre sobre o processo que no século XVII fez surgir o problema da população e de como a família foi convertida pelo Estado em um instrumento para conduzir a população a fins desejados. O controle da população pelo Estado, levado a cabo através da família que, a partir deste momento passou a ser tida como um instrumento para as políticas do Estado, chamaram a atenção para a relação entre família e anarquismo, movimento político historicamente identificado pelas críticas contundentes ao Estado como forma de organização social.

Os primeiros contatos com Giovanni Rossi ocorreram por meio da obra de Zélia Gattai, denominada *Anarquistas, graças a Deus*²⁴ e, em especial, através do romance histórico do escritor paranaense Miguel

²³ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

²⁴ GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

Sanches Neto, intitulado *Um amor anarquista*,²⁵ onde o autor tinge com as cores da prosa literária a experiência política e amorosa de Giovanni Rossi no interior da Colônia Cecília. Instigado pelas idéias de Giovanni Rossi sobre a família e os relacionamentos conjugais, bem como curioso para distinguir as matizes entre História e Literatura impressas por Miguel Sanches Neto, os primeiros passos foram trilhados, então, com o levantamento bibliográfico sobre a Colônia Cecília e Giovanni Rossi, revelando que a História poderia ser ainda mais cativante do que a Literatura.

Nesse sentido, as atenções se voltaram para o imigrante e libertário italiano Giovanni Rossi, dado a radicalidade de suas idéias no tocante aos relacionamentos conjugais e à família nuclear, mesmo quando comparado aos discursos libertários mais fervorosos, bem como por sua obstinação, coragem e ousadia em fundar uma colônia anarquista experimental no interior do sul do Brasil no final do século XIX com o intuito de observar na prática suas teorias sobre o amor livre e a extinção da família.

O presente trabalho não tem como objetivo devassar toda a vida de Giovanni Rossi ou escrever sua biografia, tampouco conceber suas idéias como representativas do movimento anarquista, mas compreender um aspecto do seu pensamento, isto é, suas representações acerca dos relacionamentos conjugais monogâmicos e da família nuclear.

Adotar um único homem como objeto de pesquisa significa reintegrar o indivíduo aos domínios da História, admitindo-o como sujeito histórico, não necessariamente redutível aos ditames de grupo, classe ou contexto, concebendo-o também como responsável pelo desenrolar do processo histórico e não apenas uma massa anônima composta por homens e mulheres sem nomes e sem rostos.

Para Carlo Romani, autor de uma biografia sobre o anarquista Oreste Ristori, “o individual e o geral, somente ocorrem de uma forma dada, e não de outra, por conta da ação do sujeito que deixa o anonimato e chama para si as rédeas da condução de sua história pessoal”.²⁶ Ou seja, em última instância, é o indivíduo quem decide romper a letargia e desafiar regimes políticos, questionar valores e modificar o curso da própria vida e do processo histórico de acordo com suas representações

²⁵ SANCHES NETO, Miguel. *Um amor anarquista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

²⁶ ROMANI, Carlo. Oreste Ristori: *Uma aventura anarquista*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998, p. 4.

de mundo, como ousou fazer Giovanni Rossi ao deixar a Europa e abandonar o conforto de uma vida pequeno-burguesa e insistir em experimentar relacionamentos conjugais poligâmicos e poliândricos nas distantes e solitárias terras do planalto paranaense, tudo, para que todos, algum dia, pudessem gozar da liberdade de amar e viver em uma outra sociedade, mais justa e igualitária, onde o bem-estar social não fosse mais um privilégio, mas uma realidade comum a todos, ainda que para tanto, fosse necessário derrubar por terra a mais antiga e tradicional instituição social: a família.

Nesse sentido, os escritos de Giovanni Rossi constituem uma importante documentação para o estudo do pensamento libertário em relação à família e aos relacionamentos conjugais, contribuindo para compreender o pensamento de um dos precursores do movimento libertário brasileiro, para a história da família, bem como para o estudo da História Cultural e suas imbricações sócio-políticas.

1. A COLÔNIA CECÍLIA E O ANARQUISMO DE GIOVANNI ROSSI

1.1 NOTAS SOBRE A COLÔNIA CECÍLIA

Em abril de 1888, após ministrar uma conferência na Casa do Povo a favor do amor livre, o anarquista Giovanni Rossi encontra um dos seus mais ilustres e prestigiados amigos, o compositor e maestro brasileiro Carlos Gomes. Giovanni Rossi, que nascera no cerne de uma família de músicos, onde aprendera desde a mais tenra idade a apreciar o talento dos grandes compositores e a dedilhar os primeiros acordes nas teclas do piano, tornando-se um virtuoso instrumentista, era sobrinho do professor Lauro Rossi, descobridor e mestre de Carlos Gomes no conservatório de Milão e, por intermédio do qual, supostamente, teria sido apresentado ao músico brasileiro.

Nesse sentido, enquanto caminhavam tranquilamente pelas ruas de Milão, Carlos Gomes, conhecido ufanista, exaltava as grandezas da terra natal, discorrendo sobre as riquezas da fauna e da flora brasileira, o que não deixava de impressionar o amigo agrônomo e médico veterinário. Entretanto, a imaginação de Giovanni Rossi alçou vôos ainda mais altos ao tomar conhecimento da passagem do Imperador D. Pedro II pela cidade de Milão, onde seria recebido por Carlos Gomes e outros músicos em jantar solene.

Muito debilitado, D. Pedro II que sofria de diabete, viu seu quadro de saúde se agravar após ser acometido por malária. Desta forma, seguindo as recomendações médicas, partiu para a Europa em busca de clima mais ameno, onde pudesse dar continuidade ao tratamento e se recompor rapidamente a fim de assumir o trono que havia deixado sob a égide de sua filha, a então regente princesa Isabel.

Extasiado com as possibilidades oferecidas por uma terra tão vasta e majestosa, que tanto orgulhava o amigo Carlos Gomes, Giovanni Rossi não hesitou em procurar o imperador brasileiro. Homem ilustrado e de idéias arrojadas, Pedro II era amante das ciências e das artes, um verdadeiro mecenas e, ainda que monarquista, haveria de se interessar pelos projetos que almejava desenvolver nos confins do Brasil.

Dias mais tarde, Giovanni Rossi pôs-se a bater pernas até onde estava hospedado o imperador dos trópicos. Contudo, a ansiedade se transformaria em desalento quando, já às portas do Hotel Milan, presenciaria D. Pedro II sendo transladado em uma maca. Seu estado de saúde se agravara e era necessário removê-lo para instalações mais apropriadas para que pudesse receber tratamento adequado. Assim, o

imperador partiu para a França, deixando Milão sem ter com o anarquista a conversa que este tanto ansiava.

Entretanto, apesar de não conseguir a audiência com D. Pedro II, Giovanni Rossi, gentilmente, entrega ao conde da Mota Maia, médico que integrava o séquito do imperador, uma carta a este destinada, desejando-lhe imediatas e sinceras melhoras. Porém, não era este tão-somente o conteúdo da carta. Entre palavras de conforto e votos de melhoras, Giovanni Rossi apresentava seu projeto de fundar colônias socialistas experimentais e, encarecidamente, solicitava o apoio do imperador mediante a doação de terras para a concretização de seus ideais em solo brasileiro.

Na França, já com a saúde restituída, D. Pedro II passeava pelas ruas de Paris na companhia do conde da Mota Maia, observando atentamente os títulos das obras expostas por livreiros que as comercializavam ali mesmo, em bancas improvisadas junto às margens do Sena. Foi assim, que entre pilhas de livros empoeirados, Pedro II encontrou um livreto intitulado *Il Comune In Riva Al Mare*²⁷, cujo autor denominava-se Cárdias.

Cárdias. O nome lhe era familiar, todavia, seus esforços para lembrar a identidade do autor pareciam inúteis. Enquanto vasculhava o baú da memória em busca de algo que lhe remetesse àquele nome, D. Pedro II foi alertado pelo conde que tratava-se do responsável pela carta que lhe havia sido entregue em Milão, solicitando terras para a fundação de uma colônia experimental anarquista.

Motivado pela audácia de Giovanni Rossi, um anarquista que solicitava o apoio de um imperador, Pedro II prontamente adquiriu o livro e, após tomar parte das idéias de Giovanni Rossi, dito Cárdias, decide escrever ao anarquista italiano oferecendo terras devolutas do Brasil meridional para a instalação do núcleo de imigrantes libertários. Trezentos alqueires dos Campos Gerais do Paraná seriam reservados para a fundação da colônia experimental idealizada por Giovanni Rossi e, no interior da qual, seriam testadas e analisadas empiricamente as teorias anarquistas de reestruturação social.

Com o aval do imperador D. Pedro II, sem mais demoras, Giovanni Rossi deu início à arregimentação de pessoas dispostas a se aventurar e levar adiante as idéias libertárias em terras desconhecidas e enfrentar as precárias instalações dos transatlânticos que faziam o transporte de imigrantes para a América. No dia vinte de fevereiro de

²⁷Título pelo qual a obra literária de Giovanni Rossi originalmente intitulada *Il Comune Socialiste* ficaria conhecida no Brasil.

1890, juntamente com outros imigrantes que se acotovelavam no cais do porto de Gênova, o primeiro grupo de libertários embarca no *Città di Roma* rumo às distantes terras do planalto sul brasileiro. Ali, entre as palmeiras e o laranjal, hasteada no alto de uma imponente palmeira, tremularia ao vento a bandeira rubro-negra do anarquismo.

Espécie de mito fundador, esta versão romanceada do nascimento da Colônia Cecília teve origem em uma obra literária de autoria do jornalista e escritor Afonso Schmidt, cujo título denomina-se *Colônia Cecília: romance de uma experiência anarquista*²⁸. Romance histórico desenvolvido, sobretudo, em torno do caso de amor livre vivido por alguns integrantes da colônia, a prosa ficcional de Afonso Schmidt foi responsável por criar e difundir uma versão idílica que envolve a fundação da colônia libertária, reproduzida a partir de então, por uma série de autores que se debruçaram sobre o episódio.

Segundo Afonso Schmidt, através de notas publicadas em anexo ao romance, a obra teria sido inspirada em matérias escritas pelo jornalista Alexandre Cerchiai, publicadas em São Paulo nos *Quaderni de La Libertá* no ano de 1932 e que traziam em anexo, excertos do polêmico relato de Giovanni Rossi denominado *Un episodio d'amore libero nella Colonia Cecília*. Alexandre Cerchiai, eminente jornalista da imprensa libertária e colaborador do jornal o Estado de São Paulo, teria deslocado-se até Palmeira e Santa Bárbara, onde teria coletado informações sobre a suposta participação de D. Pedro II e Carlos Gomes na fundação da colônia experimental anarquista.²⁹

Nas décadas que seguiram a publicação do romance de Afonso Schmidt, editado pela primeira vez em 1942, História e Literatura imbricaram-se reproduzindo a versão proposta por Schmidt, como pode ser observado nas obras de Newton Stadler de Souza, de Agnaldo Kupper, de Edgar Rodrigues e de Beatriz Pellizzetti Lolla, assim como em dois dos livros da renomada escritora Zélia Gattai, quiçá, o caso mais instigante, por se tratar de obras de cunho memorialista.³⁰

²⁸ SCHMIDT, Afonso. *Colônia Cecília*. Romance de uma experiência anarquista. São Paulo: Brasiliense, 1980.

²⁹ Ibid., p. 106.

³⁰ Em ordem alfabética, as obras dos autores supracitados em que a difundida versão é sustentada são: GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. Rio de Janeiro: Record, 2000; GATTAI, Zélia. *Città di Roma*. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2002; KUPPER, Agnaldo. *Colônia Cecília*. São Paulo: FTD, 1993; Lolla, Beatriz Pellizzetti. *Reflexões sobre uma utopia do século XIX*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1999; RODRIGUES, Edgar. *Os*

Em *Anarquistas, Graças a Deus*, obra em que Zélia Gattai relembra acontecimentos vividos em família durante as primeiras décadas do século XX na cidade de São Paulo, a autora relata a passagem dos avós paternos pela Colônia Cecília. Nas memórias da escritora, Ernesto Gattai, seu pai, referindo-se a Colônia Cecília, teria dito aos filhos:

– Vocês estão vendo? Sabiam que eram tão importantes? Pois, para que vocês estivessem aqui hoje, foi preciso a intervenção do filósofo Giovanni Rossi, do Maestro Carlos Gomes e de D. Pedro II, Imperador do Brasil. Que tal? – riu do nosso espanto.³¹

Em todas estas publicações, a participação do imperador D. Pedro II na fundação da Colônia Cecília através da concessão de terras, figura como a pedra fundamental do projeto de Giovanni Rossi. Contudo, se nas memórias de Zélia Gattai como nos livros de Agnaldo Kupper e de Edgar Rodrigues a versão aparece como incontestada, nas linhas de *O anarquismo da Colônia Cecília* e de *Reflexões sobre uma utopia do século XIX* ela merece ressalvas.

Muito embora ressalte que a suposta participação de D. Pedro II não seja simplesmente fruto da imaginação e da criatividade literária de Afonso Schmidt, pois teria fundamentado-se nos relatos de Alexandre Cerchiai, Beatriz Pellizzetti Lolla admite que a origem do relato “permanece uma incógnita”.³² Da mesma forma e muito sucinto, Newton Stadler de Souza chama a atenção para a ausência de fontes que possam documentar a sugerida relação entre o imperador e o anarquista.

De acordo com o autor,

as hipóteses para justificar a decisão de D. Pedro II em trazer imigrantes anarquistas para o Brasil são precárias, à falta de documento de afirmação

anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil. São Paulo: Global, 1984; SOUSA, Newton Stadler de. *O anarquismo da Colônia Cecília*. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 1970.

³¹ GATTAI, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 262.

³² Lolla, Beatriz Pellizzetti. *Reflexões sobre uma utopia do século XIX*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1999, p. 44.

histórica. Quaisquer delas seriam válidas até o momento em que contestadas, historicamente.³³

Neste ínterim, buscando explicações para a intervenção direta do imperador brasileiro na fundação da colônia libertária, Newton Stadler de Sousa argumenta que D. Pedro II estaria insatisfeito com a política imigratória nacional desenvolvida no Paraná, dado o fracasso das experiências de colonizadores russos e alemães na região dos Campos Gerais.

Assentados em terras improdutivas, os colonos reivindicavam que o governo brasileiro tomasse providências, exigindo, inclusive, como queriam os russos, a repatriação. Atestando a as péssimas condições do solo, o Estado brasileiro responsabilizou-se então pela alimentação das famílias dos colonizadores e posteriormente pelo transporte destes para o estado de Nevada, nos Estados Unidos, fatores que representaram volumosos custos para o Estado brasileiro além de comprometer a credibilidade da política imperial de imigração.

Para restaurar a imagem da política imigratória nacional, o governo brasileiro objetivava demonstrar a eficácia dos serviços de imigração trazendo para o Brasil, imigrantes italianos anarquistas. A vinda destes imigrantes teria um efeito positivo junto à diplomacia dos dois países e, se porventura o empreendimento submergisse novamente, as responsabilidades poderiam ser imputadas “ao inconformismo instintivo dos anarquistas por governos organizados.”³⁴

As hipóteses levantadas por Newton Stadler de Sousa são contestadas nas páginas de *O anarquismo experimental de Giovanni Rossi*³⁵. Publicada pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, a obra de Candido de Mello Neto é o resultado da mais extensa pesquisa sobre a vida e obra deste libertário, assim como da colônia por ele fundada em terras brasileiras no apagar do século XIX. Descendente de fundadores da Colônia Cecília, Candido de Mello Neto passou por Itália, França, Inglaterra, Holanda, Estados Unidos e por alguns dos principais arquivos históricos do Brasil no encalço de documentos que pudessem contribuir para a reconstrução da história da Colônia Cecília e da biografia de seu idealizador.

³³ SOUSA, Newton Stadler de. *O anarquismo da Colônia Cecília*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 10.

³⁴ SOUSA, 1970, p. 11.

³⁵ MELLO NETO, Candido de. *O anarquismo experimental de Giovanni Rossi*. De Poggio al Mare à Colônia Cecília. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 1998.

Para Candido de Mello Neto,

Rossi, incorrigível detalhista, não faz qualquer alusão a isso em livros, em cartas a familiares e amigos ou em relatórios ao seu biógrafo de Zurique.

Também A. Capellaro, o “cronista” da Colônia Cecília, responsável por numerosas referências em jornais e revistas da Europa e da América do Norte, sequer se refere ao nome de D. Pedro II.

E os poucos autores paranaenses, contemporâneos da experiência libertária, quando escreveram sobre a Colônia, tampouco registraram qualquer interferência do Imperador.³⁶

Médico e historiador, Candido de Mello Neto atenta para os sintomas e indícios que desconstroem a versão saborosa, mas ficcional desta história. Passo a passo, com a precisão de um cirurgião, o médico profissional e o historiador dileitante expõem seus argumentos: em 1888, Rossi encontrava-se ocupado com a experiência de Cittadella e portanto não poderia estar com Pedro II em Milão; o projeto de fomentar colônias agrícolas no norte da Itália encabeçado por Giovanni Rossi, tinha como objetivo “evitar a saída do país de ‘milhares de robustos emigrantes’”³⁷; Rossi pensava em ir para as colônias Kaweah e Sinaloa, situadas respectivamente na Califórnia e no México; as terras para a fundação da colônia não foram doadas mas compradas com a ajuda da Cooperativa Cittadella.³⁸

Nomes como o de Carlos Gomes e Lauro Rossi também vão progressivamente sendo apagados das páginas da história da Colônia Cecília. A partir das pesquisas da italiana Rosellina Gosi, “apoiada em depoimento de Ebe Rossi, filha de Giovanni”,³⁹ Candido de Mello Neto da continuidade ao desmonte dos elementos ficcionais que revestiram este capítulo da história da Colônia Cecília. Segundo Ebe Rossi, o parentesco de seu pai com Lauro Rossi, o professor do conservatório de Milão, não existiu. Tratava-se apenas de um homônimo. Nem mesmo a paixão do pai pela música, tão presente nos livros de Schmidt, Stadler, Kupper e mesmo de Zélia Gattai é confirmada por Ebe Rossi.

³⁶ MELLO NETO, 1998, p. 103.

³⁷ Ibid., p. 105.

³⁸ Ibid., p. 106.

³⁹ Ibid., p. 104.

Gradativamente, História e Literatura assumem cores diferentes.

As palavras de Mello Neto encontram ressonância nos próprios relatos de Giovanni Rossi. Em *O nascimento da Colônia Cecília*⁴⁰, datado de 1891, Rossi afirma que o destino final do grupo era o Uruguai e não o Brasil. Em função das constantes perturbações provocadas pelo “mal de mar”, o pequeno grupo de imigrantes decidiu desembarcar no porto de Paranaguá e tentar a sorte em solo paranaense:

Nós devíamos ir a Porto Alegre, mas dois dos nossos companheiros sofriam de tal maneira do mal de mar que decidimos poupar-lhes os outros cinco ou seis dias de navegação e descer aqui, para fundar a nossa colônia socialista em alguma parte do Paraná, que sabíamos com clima ameno e saudável.⁴¹

Uma vez desatados os nós que entrelaçavam História e Literatura, a decisão sobre o local onde seria instalada a Colônia Cecília parece ter pertencido mais ao acaso do que a benevolência do imperador brasileiro. Como relatava Giovanni Rossi, “as circunstâncias mais do que suas próprias vontades, conduziram-nos ao município de Palmeira, no estado do Paraná (Brasil)”.⁴²

Nesse contexto, de acordo com os relatos de Giovanni Rossi, após uma experiência frustrada na tentativa de fundar uma colônia experimental do Stagno Lombardo, foi por sugestão de Aschille Dondelli, que no dia vinte de fevereiro de 1890, a bordo do *Città di Roma*, ele e mais cinco companheiros, partiram para a América do Sul.⁴³ Nas promissoras terras do continente americano, destino idealizado por muitos conterrâneos dos libertários, o anarquismo experimental por certo vingaria, e com ele, o amor livre e o fim da família nuclear.

Os emigrantes e libertários italianos haviam decidido que apenas um pequeno grupo incumbiria-se da responsabilidade de localizar as

⁴⁰ ROSSI, Giovanni. *O nascimento da Colônia Cecília*. (1891). In: ROSSI, Giovanni. Colônia Cecília e outras utopias. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000.

⁴¹ Ibid., p. 28-29.

⁴² ROSSI, Giovanni. *Comunidade anarquista experimental*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. Colônia Cecília e outras utopias. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 64.

⁴³ Rossi, op. cit., p. 21.

terras onde fundariam a colônia. Além de Giovanni Rossi, Cattina e Aschille Dondelli, Evangelista Benedetti, Lorenzo Arriguini e Giacomo Zanetti compunham o pequeno grupo⁴⁴ que em 18 de março desembarcou na baía do Rio de Janeiro. Após alguns dias hospedados na Ilha das Flores, os seis libertários embarcados no vapor Desterro, fariam ainda uma escala em Santos antes de aportarem em Paranaguá, litoral do estado do Paraná, em vinte e oito de março de 1890. Em Paranaguá tomariam o trem para Curitiba onde seriam orientados pela Inspetoria de Terras e Colonização a fundarem a colônia no “território de São Mateus, onde corre o bonito rio Iguaçu”,⁴⁵ conforme as palavras de Giovanni Rossi. Instalados provisoriamente em Curitiba, lá permaneceram até Rossi e Benedetti, que haviam partido para o interior do estado, retornarem com a localização exata das terras que abrigariam o núcleo libertário.⁴⁶

Em dois de abril de 1890, Giovanni Rossi e Evangelista Benedetti chegavam a Palmeira. Observador perspicaz, o veterinário e agrônomo Giovanni Rossi tomou nota de todos os traços que davam forma à região. Geografia, fauna e flora seriam meticulosamente analisadas, tudo para que, desta vez, a colônia experimental encontrasse êxito em solo paranaense. Assim, relatava Giovanni Rossi:

Nestas terras, perto de alguns pés de laranja, na frente de quatro altas palmeiras, os recém-chegados tiveram a sorte de encontrar uma casinha de madeira abandonada que, de imediato, foi ocupada. Eram os primeiros dias de abril de 1890.⁴⁷

Nas proximidades da colônia Santa Quitéria e da colônia francesa, fundadas respectivamente por colonizadores russos e por famílias vindas de Avignon, os libertários italianos edificaram a sua

⁴⁴ ROSSI, Giovanni. *O nascimento da Colônia Cecília*. (1891). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 22-23.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 37.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 35.

⁴⁷ ROSSI, Giovanni. *Comunidade anarquista experimental*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 64.

colônia experimental⁴⁸. Inicialmente abrigaram-se todos em habitações improvisadas que mais tarde dariam lugar ao “vilarejo Anarquia”,⁴⁹ como era denominado o conjunto de moradias da colônia, composto por vinte pequenas construções rudimentares, muitas delas de chão-batido e desprovidas de boa parte do mobiliário necessário para uma modesta habitação.⁵⁰

Não obstante o diminuto número de pioneiros e a instabilidade demográfica que perdurou até o fim da Cecília, a pequena colônia chegou a somar trezentos habitantes,⁵¹ abastecida por sucessivas levas de imigrantes que para lá se dirigiram entre os anos de 1890 e 1894. Entre outubro de 1890 e junho de 1891, período em que Rossi regressou à Itália para persuadir homens e mulheres dispostos a compor o núcleo libertário, a colônia veria sua população atingir aproximadamente 150 pessoas, crescimento demográfico que despertou a preocupação de Giovanni Rossi.⁵²

Contudo, apesar das oscilações demográficas, os habitantes da colônia, desde a sua gênese, excluíram qualquer forma de organização social rígida, bem como líderes e chefias que respondessem individualmente pelo núcleo libertário. A Colônia havia sido fundada para ser um laboratório social e deveria manter a coerência com as prerrogativas teóricas do anarquismo, ainda que falhasse. Identificar as consistências e as fragilidades das teorias libertárias estava entre os objetivos do anarquismo experimental. Nesse sentido, à centralização das decisões, seus habitantes propunham formas de organização espontâneas, baseadas nos princípios de autogestão e estabelecidas através de acordos mútuos e voluntários. Segundo Giovanni Rossi,

por uma reação natural ao formalismo estéril e funesto do período passado, o grupo não quis ter qualquer tipo de organização. Não foi estipulado

⁴⁸ ROSSI, Giovanni. *O nascimento da Colônia Cecília*. (1891). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 39-40.

⁴⁹ ROSSI, Giovanni. *Comunidade anarquista experimental*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 75.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 75.

⁵¹ *Ibid.*, p. 81-82.

⁵² *Ibid.*, p. 66.

nenhum pacto, nem verbal nem escrito. Nenhum regulamento, nenhum horário, nenhum encargo social, nenhuma delegação de poderes, nenhuma norma fixa de vida ou trabalho.⁵³

Entretanto, questões relativas à infraestrutura, às atividades econômicas, divergências internas, em suma, questões de interesse geral, demandavam alguma forma de organização política que permitisse a participação e deliberação dos moradores. Para tanto, adotava-se um sistema de referendo bastante questionado por Giovanni Rossi:

um sistema grotesco de referendum, obrigando as pessoas a perderem muito tempo em assembléias ociosas, das quais resultavam tão-somente promessas não cumpridas, ambições mal dissimuladas e mexericos ridículos. Elegiam-se comissões, votavam-se regulamentos, discutia-se até o embrutecimento. A colônia, naquele tempo, por não ter a consciência anarquista que podia salvá-la, estava destinada a morrer.⁵⁴

Da mesma forma que o sistema político, a organização da produção material da colônia não obedecia padrões rígidos de funcionamento, orientando-se pela máxima comunista *de cada um segundo suas forças, a cada um segundo suas necessidades*. A atividade econômica da colônia baseava-se na agricultura, na criação de animais, na produção artesanal de barris de madeira e também na construção de estradas subsidiadas pelo governo,⁵⁵ atividade esta, que representava uma importante fonte de recursos para a aquisição de diversos insumos e gêneros não produzidos na colônia.

A organização da produção material caracterizava-se pela ausência de qualquer norma impositiva que disciplinasse os trabalhadores em relação à jornada de trabalho, ou ainda, em relação à divisão do trabalho. A quantidade e o ritmo das atividades, assim como a função exercida pelos trabalhadores, submetiam-se às vontades de

⁵³ ROSSI, Giovanni. *Comunidade anarquista experimental*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 69.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 67.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 66.

cada indivíduo.

Giovanni Rossi era enfático ao dizer “que o trabalho na Cecília não tem regulamentos nem qualquer organização”.⁵⁶ Contudo, costumava-se obedecer os ciclos da natureza, iniciando o trabalho com os primeiros raios de sol até o entardecer. Observa-se ainda, que os colonos organizavam a divisão do trabalho por gênero, reservando às mulheres os afazeres domésticos, enquanto os homens eram responsáveis pelo trabalho na lavoura e outras atividades braçais:

levantamos mais ou menos quando nasce o sol – alguns um pouco antes, outros um pouco depois. Em determinadas épocas, dada a urgência de certos trabalhos, contamos com uma espécie de despertador – pedimos ao companheiro mais madrugador que nos acordasse (...). Saindo de casa, cada um se dirigia ao seu trabalho, enquanto as mulheres preparavam o café na cozinha comum. Depois de uma ou duas horas de trabalho matutino, um de cada vez, em grupos, todos com ótimo apetite, corremos ao refeitório (...). Voltamos a trabalhar até por volta do meio-dia, quando se dá outra visita ao refeitório (...). Em seguida, tiramos duas horas de descanso, o tempo de digerir e fumar um cigarro. Voltamos, então, ao trabalho até o por-do-sol⁵⁷.

Para Rossi, a consciência das necessidades e o “medo da crítica”⁵⁸ eram os fatores responsáveis pelo bom desenvolvimento da produção que, entretanto, foi descrita como insuficiente para satisfazer as necessidades materiais mais elementares dos moradores da colônia. Segundo Giovanni Rossi,

a nossa vida, quanto às condições materiais, é agora bastante miserável, muito mais miserável do que a que levam neste país os operários sob o regime capitalista. E entende-se que deva ser

⁵⁶ ROSSI, Giovanni. *Comunidade anarquista experimental*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 73.

⁵⁷ Ibid., p. 76.

⁵⁸ Ibid., p. 75.

assim, uma vez que nós temos que criar tudo com o nosso trabalho, ao passo que na vida burguesa se usufrui abundantemente do trabalho acumulado pelas gerações passadas, sob a forma de capital, de confortos privados, de serviços públicos e assim por diante.⁵⁹

Consoante ao que vem sendo dito, Amilcare Capellaro⁶⁰, em carta publicada no periódico *La Rêvolte*, alerta os emigrantes interessados em partir para o Paraná com o intuito de integrar o experimento libertário, sobre as reais condições de vida no interior da Colônia Cecília:

não podendo responder diretamente a todos os companheiros que se dirigiram a mim para fazer parte da Colônia Cecília na província do Paraná (Brasil), eu os advirto que atualmente, visto a pequena produção que ela possui, não se pode fornecer trabalho e alimentação a muitas pessoas, e por isto sou obrigado a limitar o nome dos companheiros que partirão na próxima expedição de 25 corrente.

Reservo-me de dar no próximo número um quadro geral da colônia. Eu advirto a esses que querem dela fazer parte, que eles devem estar convencidos que lá embaixo, eles não têm ainda abundância. Estes que se decidiram, devem se preparar para grandes sacrifícios.⁶¹

As dificuldades enfrentadas pelos colonos para assegurar a subsistência é atribuída por Giovanni Rossi à inexperiência dos habitantes da colônia em relação ao trabalho no campo, dado que muitos eram operários e artesãos e não camponeses habituados ao cultivo da

⁵⁹ ROSSI, Giovanni. *Comunidade anarquista experimental*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 74.

⁶⁰ Integrante da Colônia Cecília, Amilcare Capellaro manteve correspondência com muitos periódicos libertários da Europa e dos Estados Unidos, como o *La Rêvolte*, *Les Temps Nouveaux* e *Freiheit*, divulgando notícias e informações acerca da colônia experimental fundada por Giovanni Rossi.

⁶¹ Publicada no periódico francês *La Rêvolte*, semana de 23 a 29 de julho de 1892.

terra. Em carta endereçada aos irmãos Sestilio e Properzia, Giovanni Rossi salientava que “é preciso porém refletir que quase nenhum de nós era agricultor,”⁶² fator que dificultava a produtividade das lavouras.

Entretanto, as críticas de Rossi não se restringiam à organização política e econômica da colônia, sendo também proferidas contra a precariedade da vida cultural dos seus habitantes, descrita por ele como demasiado incipiente e “pobre”.⁶³ Rossi queixava-se que “instrução, música, teatro, bailes, diversões de vários gêneros, gostaríamos muito de tê-las, mas até agora não foi possível”.⁶⁴

No ano de 1895, o periódico *Les Temps Nouveaux* publicou uma correspondência emitida de Curitiba por um dos ex-moradores da Colônia Cecília, quicá Amilcare Capellaro, uma vez que o jornal refere-se ao autor apenas como “o correspondente”,⁶⁵ anunciando o fim da colônia experimental anarquista. Segundo o missivista,

a Colônia Cecília, situada nesta província, a 18 quilômetros de Palmeira, não existe mais desde o ano passado. Ela teve, como todas as espécies de tentativas, sua juventude, sua idade viril e sua decadência, mas aqui o ciclo não foi muito longo: quatro anos somente e tudo acabou.⁶⁶

De acordo com o correspondente, as dificuldades materiais impediram que a colônia se desenvolvesse e fosse capaz de prover cada um de seus habitantes com o essencial para satisfazer as necessidades imediatas, fazendo surgir uma crise que despertou desentendimentos e rivalidades entre os moradores da Colônia Cecília. Segundo o correspondente anônimo, “neste país é preciso bastante dinheiro para fazer vir os apetrechos e o material necessário ao desenvolvimento da obra: a pobreza nos impediu”.⁶⁷ Não obstante as dificuldades materiais e

⁶² Carta endereçada aos irmãos Sestilio e Properzia, datada de 12 de outubro de 1891.

⁶³ ROSSI, Giovanni. *Comunidade anarquista experimental*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 76.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 76.

⁶⁵ Publicada no periódico francês *Les Temps Nouveaux*, semana de 17 a 23 de outubro de 1895.

⁶⁶ *Ibid.*

⁶⁷ Publicada no periódico francês *Les Temps Nouveaux*, semana de 17 a 23 de

a crise de subsistência, vieram ainda as divergências pessoais responsáveis por desagregar o núcleo libertário:

assim como nas assembléias, formam-se partidos e rivalidades, o vício aparece como nas prisões: procura-se, pensa-se em encostar-se sobre os outros. Então chega a saturação e se dispersam. Alguns maléficos compram tudo e tornam-se, por sua vez, grandes proprietários.⁶⁸

Giovanni Rossi, em carta a Alfred Senftleben, atribuiu os desentendimentos e divergências que contribuíram para o fim da Colônia Cecília, ao egoísmo dos imigrantes parmenses que chegaram ao núcleo libertário no final de 1891 e que, durante o convívio com os demais moradores, passaram a exigir mais produtividade dos companheiros, muitos dos quais, sem qualquer experiência com o trabalho agrícola, ou ainda, por serem pouco dados ao trabalho no campo. Desta forma, questionava e concluía Giovanni Rossi:

Como podia funcionar e como funcionou este egoísmo em uma comunidade anarquista? Somente comparando a própria produtividade com o trabalho alheio. Esta comparação era fácil e desfavorável aos companheiros não agricultores, por que estes pouco habituados ao trabalho dos campos e alguns também pouco trabalhadores por índole, por hábito ou de propósito.⁶⁹

De acordo com Giovanni Rossi, o resultado dessas rivalidades

foi que alguns colonos abandonaram a comunidade e se estabeleceram como colonos independentes sobre terreno próprio. Outros ficaram. De resto, os demais, tacitamente ou publicamente, incentivavam os companheiros a um maior trabalho. Então se deu o fenômeno curioso, que naquela comunidade anarquista, cada um sentia pesar sobre si o controle do companheiro, mais pesado e insuportável, por

outubro de 1895.

⁶⁸ Ibid.

⁶⁹ Carta endereçada a Alfred Senttlen, datada de 06 de abril de 1896.

quanto silencioso e travestido, do controle de um chefe de salão em uma oficina burguesa. Faltando virtualmente o direito ao ócio, a anarquia se transformou em uma palavra. A permanência na Cecília para alguns, tinha se tornado moralmente penosa.⁷⁰

Os relatos de Giovanni Rossi, assim como de outros moradores da Colônia Cecília trazem à tona as dificuldades e privações enfrentadas pelas colônias de imigrantes fundadas no interior do Brasil no final do século XIX. Suas palavras desfazem o cenário romântico retratado pela literatura e que muito contribuíram para cristalizar uma representação utópica em torno da Colônia Cecília, onde seus habitantes desfrutavam fartamente de uma vida igualitária, sem lei e sem vícios, como o caricato Gioia Aristide, personagem do romance de Afonso Schmidt.⁷¹ Gioia, um burocrata italiano desiludido, decide acompanhar os anarquistas na fundação da colônia e, ao pisar nas terras de Santa Bárbara, despe-se e passa a viver nas matas como um eremita.

Nos relatos e nas cartas de Giovanni Rossi, bem como nas correspondências de Amilcare Capellaro, é possível perceber que a organização política e econômica da Colônia Cecília estavam longe da vida idealizada nas páginas dos romances. Não obstante suas singularidades, a Colônia Cecília era mais uma entre tantas colônias de imigrantes italianos pobres que buscavam assegurar a subsistência em solo brasileiro. Contudo, apesar de todos os entraves, foi no interior da Colônia Cecília que Giovanni Rossi conseguiu concretizar seus objetivos: a prática do anarquismo experimental ou a análise empírica e científica das teorias libertárias.

1.2 O ANARQUISMO EXPERIMENTAL E AS MATRIZES DO PENSAMENTO DE GIOVANNI ROSSI

Nascido na cidade de Pisa no ano de 1856, norte da Itália, Giovanni Rossi, o primogênito do casal Carolina e Tito, pertencia a uma família pequeno-burguesa. A mãe, Carolina Baldi Rossi, era filha de um médico, enquanto o pai, Tito Rossi, exercia a profissão de advogado⁷². Giovanni, o mais velho dos seis filhos, recebeu sólida formação

⁷⁰ Carta endereçada a Alfred Senthblen, datada de 06 de abril de 1896.

⁷¹ SCHMIDT, 1980, p. 39.

⁷² MULLER, Helena Isabel. *Flores aos rebeldes que falharam*. Giovanni Rossi e a utopia anarquista. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p.130.

acadêmica, graduando-se em medicina e cirurgia veterinária na Escola Superior de Pisa e na Academia de Perugia⁷³.

Muito ligado às ciências naturais, Giovanni Rossi não se deteve ao exercício da medicina veterinária, ampliando seu raio de atuação também para a área das ciências agrárias. Foi nas terras da família, que o jovem médico veterinário iniciou sua carreira profissional e deu os primeiros passos em direção a produção científica, publicando estudos relacionados à zoologia e à agronomia⁷⁴. Mais tarde, seus artigos científicos nas áreas de agronomia e veterinária seriam muito prestigiados, especialmente no Brasil, sobretudo quando esteve à frente da Escola Superior de Agronomia de Taquari, sediada no Rio Grande do Sul, e em Santa Catarina, dirigindo a Estação Agronômica e de Veterinária do Estado.⁷⁵

Contudo, muito antes de percorrer a região sul do Brasil propagando idéias subversivas e atuando no fomento de instituições de ensino e pesquisa no campo das ciências naturais, Giovanni Rossi, além dos inumeráveis artigos científicos, empenhou sua caligrafia redigindo opúsculos e artigos dedicados à propaganda e defesa do anarquismo experimental. Os esforços de Córdias⁷⁶ para fazer valer as idéias do anarquismo experimental, assim como para persuadir correligionários para a fundação de colônias-laboratório, permeiam suas publicações, desde a primeira edição de *Un Comune Socialiste*, em 1878, até a publicação de *Lo Sperimentale*, periódico editado entre 1886 e 1887 exclusivamente com o intuito de divulgar a necessidade de experimentar e analisar empiricamente as teorias libertárias.

Profícuo escritor da imprensa revolucionária, Giovanni Rossi publicou muitos artigos em periódicos socialistas e anarquistas como o *In Marcia*, *Il Secolo*, *La Rivendicazione*, *La Plebe*, *Favilla*, *Il Lavoro*, *Il Socialista* e *Humanitas*, este, responsável por incorporar entre suas páginas, o *Lo Sperimentale*, extinto precocemente após a publicação de cinco números.⁷⁷

⁷³ SANTOS, Lucy Woellner dos. *Estação Agronômica e de Veterinária do Estado (1895-1920): uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998, p. 110.

⁷⁴ Ibid., p. 110.

⁷⁵ Ibid., p. 110.

⁷⁶ Pseudônimo adotado por Giovanni Rossi e com o qual assinava muitos de seus escritos.

⁷⁷ As referências dos periódicos com os quais Giovanni Rossi contribui podem ser encontradas no conjunto de obras relacionadas à Colônia Cecília, listadas em

Ávido por observar na prática o funcionamento das teorias libertárias, Giovanni Rossi empreendeu uma série de tentativas de fundar colônias experimentais, começando em Gavardo, província de Bréscia, no ano de 1883, formando “uma sociedade agrícola, organizada nos moldes de uma cooperativa”,⁷⁸ segundo Candido de Mello Neto.

Sofrendo com as dificuldades impostas pela vigilância das autoridades locais, Rossi, com o apoio de Giuseppe Mori, socialista que compunha o Parlamento Nacional da Itália, funda em 1887, a Associação Agrícola Cooperativa de Citadella, no Estagno Lombardo, província de Cremona⁷⁹. No entanto, a recusa dos colonos face ao estatuto sedimentado sobre princípios libertários, desestimularam Rossi, que no interior da própria Citadella, cria no ano de 1888, a *Unione Lavoratrice per La Colonizzazione Sociale In Italia*. Esta associação, com sede provisória em Cittadela, visava fundar em Parma uma colônia experimental.⁸⁰

Obstinado, as tentativas frustradas de medrar colônias experimentais libertárias em Bréscia e Cremona não desacreditaram Giovanni Rossi, que insistiria ainda mais uma vez em praticar o anarquismo na Itália antes de partir para o Brasil. Foi junto aos camponeses do povoado de Torricella, província de Parma, que Rossi faria sua última tentativa. Mais tarde, muito desses camponeses iriam integrar o conjunto de imigrantes que constituíram a Colônia Cecília.

Segundo Candido de Mello Neto, Giovanni Rossi

defendeu, a partir da adolescência, e desde que abraçou o socialismo, a tese de que não bastava apresentar as idéias libertárias como teoricamente as melhores para a construção de uma sociedade justa; era necessário exibir a comprovação, mostrar sua viabilidade. A comprovação poderia ser demonstrada pelos resultados obtidos nas colônias experimentais.⁸¹

O anarquismo experimental só foi possível ser pensado em

ordem alfabética nas referências bibliográficas. Alguns periódicos, como *Il Lavoro* e *Il Socialista*, estão disponíveis para consulta no Museu dos Campos Gerais, localizado na cidade de Ponta Grossa - PR.

⁷⁸ MELLO NETO, 1998, p. 71.

⁷⁹ Ibid., p. 78.

⁸⁰ Ibid., p. 84

⁸¹ MELLO NETO, 1998, p. 67.

função de um dado contexto histórico que ensejou que Giovanni Rossi admitisse a sociedade como objeto de estudo científico. Para compreender a necessidade de Giovanni Rossi de experimentar as teorias libertárias e de expô-las ao julgamento da ciência, deve-se compreender o papel ocupado pela ciência naquele contexto, bem como as matrizes do seu pensamento.

Os avanços da ciência e da tecnologia provocados pela Segunda Revolução Industrial ou Científico-Tecnológica nas últimas décadas do século XIX, mais precisamente, entre as décadas de 1870 e 1914, encerravam um período de incertezas para expandir desmesuradamente os horizontes, inaugurando uma fase de grande esperança e otimismo no futuro da humanidade, cujo progresso teria como carro-chefe, o desenvolvimento científico, traço marcante deste fim de século conhecido como a “era da *sciencia*”⁸².

Envolvido pela atmosfera intelectual do século XIX, “que elegeu a ciência – uma ciência positiva e determinista – como seu mito de origem, seu porto seguro”,⁸³ Giovanni Rossi acreditava que as idéias e teorias anarquistas deveriam não apenas ser iluminadas pelo saber científico, como experimentadas com base nos métodos das ciências naturais. Como um cientista que reproduz em laboratório os fenômenos naturais para serem analisados e com isso determinar as leis gerais que regem o fenômeno, Rossi pensava poder “conhecer as leis que regem os fenômenos da vida social”,⁸⁴ como ele próprio assinalava. Identificando seus aspectos positivos e negativos, as teorias libertárias poderiam ser revistas, ganhando assim consistência e legitimidade científica para persuadir os segmentos do proletariado ainda não convencidos pelas teorias libertárias.

De acordo com as autoras de *No Tempo das Certezas*, “sonhou-se muito na passagem do século XIX para o XX”.⁸⁵ Tal como seus contemporâneos, Giovanni Rossi não apenas sonhou muito, como acreditou que aquele era o tempo para concretizar os seus próprios projetos políticos e sociológicos, mais precisamente, para fundar uma colônia-laboratório onde as teorias libertárias pudessem ser analisadas

⁸² COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *No tempo das certezas 1870 – 1914*. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2000, p. 15.

⁸³ Ibid., p. 48.

⁸⁴ ROSSI, Giovanni. *Comunidade anarquista experimental*. (1893). In: Colônia Cecília e outras utopias. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000. p. 81.

⁸⁵ COSTA; SCHWARCZ, 2000, p. 11.

através do prisma da ciência positiva.

Para Giovanni Rossi, a relevância da análise científica do comportamento social humano em colônias experimentais justificava-se por duas razões: a primeira, por fornecer argumentos palpáveis da aplicabilidade das teorias libertárias, como pode ser observado em *O nascimento da Colônia Cecília*, quando Rossi diz sempre ter sonhado “com a idéia de encontrar outro argumento de persuasão numa experiência parcial de vida socialista”,⁸⁶ assim como quando alega que “para quem não ficou persuadido com as teorias, oferecemos a prática.”⁸⁷

Amilcare Capellaro, em carta publicada no *La Rêvolte* no ano de 1892, corrobora os propósitos expostos por Giovanni Rossi ao escrever

que a maior parte dos indivíduos que vieram para a colônia no ano de 1891 eram todos anarquistas revolucionários convencidos que eles iriam demonstrar assim ao mundo, que a anarquia não é uma utopia como dizem os adversários, mas que ela pode ser realizada na prática.⁸⁸

Entretanto, à propaganda pelo exemplo, Rossi aliava outro objetivo: contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico das questões sociais. Referindo-se aos esforços para fundar a Colônia Cecília, Rossi indagava se

as fadigas, as privações, os tormentos morais causados pelo medo do insucesso serviram para alguma coisa? Acrescentaram um dado positivo ao patrimônio científico da sociologia, um exemplo aos argumentos da propaganda?⁸⁹

Para Giovanni Rossi, através da sociologia seria possível conhecer as leis que regem os fenômenos sociais de modo a utilizá-las

⁸⁶ ROSSI, Giovanni. *O nascimento da Colônia Cecília*. (1891). In: Colônia Cecília e outras utopias. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 21.

⁸⁷ Ibid., p. 22.

⁸⁸ Publicada no periódico francês *La Rêvolte*, semana de 01 a 07 de outubro de 1892.

⁸⁹ ROSSI, Giovanni. *Comunidade anarquista experimental*. (1893). In: Colônia Cecília e outras utopias. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 79.

no processo de transformação social, tal como propunha Augusto Comte, pensador que exerceu forte influência sobre Giovanni Rossi.

Segundo Augusto Comte, as vantagens de conhecer as leis dos fenômenos expressavam-se pela máxima “ciência, daí previdência; previdência, daí ação”.⁹⁰ Deste modo, para Rossi, as teorias libertárias não deveriam ser conflitantes com as leis que regem os fenômenos sociais, mas desenvolvidas sobre bases empíricas e científicas, ou seja, sociológicas, pois desta forma se tornariam exeqüíveis. De acordo com Rossi,

advém disso a necessidade, ou pelo menos a conveniência, para nós, de estudar experimentalmente nesse sentido as capacidades humanas, para poder aplicar em seguida o conhecimento exato delas na determinação das prováveis transformações sociais no campo da atividade econômica.⁹¹

Diferentemente do estereótipo do militante anarquista terrorista difundido em fins do século XIX, Giovanni Rossi pretendia utilizar o conhecimento científico, mais especificamente, a sociologia positivista, como instrumento de transformação social. Motivado pelo impulso das descobertas científicas nas últimas décadas do século XIX, assim como pelas possibilidades oferecidas pelas ciências sociais que despontavam naquele momento, em especial, pela nascente sociologia, Giovanni Rossi pretendia revestir as teorias libertárias de cientificidade de modo a produzir um discurso autorizado, tornando legítimas as teorias libertárias por meio da validação científica em colônias experimentais.

A confiança depositada por Giovanni Rossi no conhecimento científico, sobremaneira, nas ciências sociais como instrumento de transformação da realidade, pode ser observado nas páginas de *O Paraná no século XX*, obra literária em que Rossi idealiza um processo revolucionário ocorrido no estado do Paraná durante o século XX. Através do personagem Dr. Grillo, Giovanni Rossi afirma que durante o processo de transformação social, “paralelamente à propaganda popular, a propaganda científica ficou mais intensa”,⁹² e conclui: “de todas as

⁹⁰ COMTE, Auguste. Curso de filosofia positiva. In: Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 23.

⁹¹ ROSSI, op. cit., p. 80.

⁹² ROSSI, Giovanni. *O Paraná no século XX*. (1895). In: Colônia Cecília e

ciências sociais nasceu a convicção da necessidade e da iminência de uma grande transformação das estruturas econômicas e burguesas.”⁹³

Para Giovanni Rossi, o movimento revolucionário que transformaria a realidade da futura sociedade paranaense seria um movimento científico, movido por idéias e não por armas. Segundo Rossi,

este movimento científico, do qual participou a intelectualidade do Paraná, não só possuía suas próprias bibliotecas, suas associações, seus jornais e suas reuniões como também exercia tamanha influência na opinião pública que foi instituída uma cadeira de sociologia na Universidade do Paraná.⁹⁴

Em *Comunidade anarquista experimental*, datado de 1893, Giovanni Rossi dedica-se extensamente a desfazer os mal-entendidos que obscureciam as razões de ser da Colônia Cecília e do anarquismo experimental, e que muitas vezes motivavam elementos alheios à colônia, muitos dos quais pertencentes ao movimento anarquista, como Errico Malatesta,⁹⁵ a fazer críticas contundentes aos libertários do núcleo experimental, reputados de “desertores”.⁹⁶ Giovanni Rossi era acusado de abandonar as lutas revolucionárias para tentar edificar uma micro-sociedade utópica, onde apenas alguns poucos desfrutariam de uma vida livre e igualitária.

Giovanni Rossi não almejava fundar comunidades oníricas onde todos pudessem desfrutar os deleites de uma sociedade que reunisse todos os predicados das utopias de Morus e Campanella, nem mesmo fornecer a fórmula para as sociedades vindouras como pensava Fourier. Segundo Giovanni Rossi,

outras utopias. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2000, p. 145.

⁹³ Ibid., p. 145.

⁹⁴ Ibid., p. 145.

⁹⁵ Errico Malatesta (1853-1932). Anarquista italiano defensor do anarco-comunismo. Exerceu grande influência no movimento anarquista internacional, contribuindo também para a formação dos primeiros movimentos sociais organizados na Argentina, onde esteve exilado em 1885.

⁹⁶ ROSSI, Giovanni. *Comunidade anarquista experimental*. (1893). In: Colônia Cecília e outras utopias. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 63.

alguns julgavam que tivéssemos vindo aqui fabricar o modelo, o espécime da sociedade futura, para depois apresentá-lo, com ou sem patente, à humanidade, de maneira que, logo após a revolução social, esta não tivesse outro incômodo a não ser de encomendar sua fabricação por atacado.⁹⁷

Giovanni Rossi desmentia aqueles que os acusavam de tentar reproduzir em escala reduzida a sociedade libertária idealizada, alegando que a sociedade é fruto da soma de fatores espontâneos e não do produto da vontade consciente de alguns poucos:

A saber: que uma organização social não é o produto arbitrário de vontades individuais ou coletivas, que não é a realização de um ideal filosófico nem a ampliação de um ensaio parcial, mas a transformações espontâneas de toda a humanidade, que encontra em si as necessidades, os meios e as maneiras de se transformar.⁹⁸

As vozes dissonantes, Rossi contestava dizendo que a Colônia Cecília teria sido fundada “com o intuito de provar, para si mesmos e para os outros, se e como um grupo viveria sem leis e sem donos”,⁹⁹ bem como com o propósito de estudar cientificamente por meio de amostragem, a interação entre indivíduos em uma sociedade libertária, tal como observa-se no excerto abaixo:

Vê-se, portanto, que o nosso propósito não foi a experimentação utopista de um ideal, mas o estudo experimental – e na medida do possível rigorosamente científico – das atitudes humanas em relação aos problemas mencionados. Quem tiver pouca prática nos métodos das pesquisas científicas, deverá achar que em uns

⁹⁷ ROSSI, Giovanni. *Comunidade anarquista experimental*. (1893). In: Colônia Cecília e outras utopias. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 79.

⁹⁸ Ibid., p. 79.

⁹⁹ Ibid., p. 64.

poucos indivíduos não podem ser estudadas as qualidades de todo gênero humano ou, numa linguagem simples, que o que é possível entre poucos nem sempre o é entre muitos.¹⁰⁰

Denominando-se de “otimista da escola positivista”,¹⁰¹ Giovanni Rossi, apoiado nos princípios da sociologia de Augusto Comte, buscava compreender através do estudo em colônias experimentais, as leis que determinavam os fenômenos sociais. Segundo Giovanni Rossi, o físico

estuda os mecanismos da vida tais como ocorrem em milhares de sujeitos através da vivisseção de um único organismo. E mostrando a nu o coração palpitante nos espasmos da agonia, não diz: “eis a vida”, e sim: “eis as leis que regem os fenômenos da vida”.

Quisemos fazer o mesmo para procurar conhecer as leis que regem os fenômenos da vida social. Para o nosso intento, a rigor teria sido suficiente fazer uma experiência com um único homem que tivesse sido subtraído ao estímulo do interesse pessoal, à influência da autoridade a ao império da lei.

Nós, ao contrário, tivemos a possibilidade de efetuar a experiência com mais de trezentas pessoas que, por períodos mais ou menos longos, viveram na Cecília.¹⁰²

A corroboração pela ciência das teorias libertárias era, para Giovanni Rossi, uma condição necessária para a viabilidade do anarquismo. Os estudos sociológicos e a identificação das leis que regem a sociedade determinariam o pragmatismo das teorias libertárias. Homem do seu tempo, Giovanni Rossi acreditava piamente nas verdades da ciência e em seu potencial libertador.

Em *O Paraná no século XX*, obra em que Rossi expõe suas idéias

¹⁰⁰ ROSSI, Giovanni. *Comunidade anarquista experimental*. (1893). In: Colônia Cecília e outras utopias. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 81.

¹⁰¹ ROSSI, Giovanni. *Um caso de amor na Colônia Cecília*. (1893). In: Colônia Cecília e outras utopias. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 108.

¹⁰² ROSSI, op. cit., p. 82.

através dos recursos da narrativa ficcional, é possível identificar algumas das matrizes teóricas que contribuíram substancialmente para dar forma ao seu pensamento, sobretudo por se tratar de uma utopia, conforme definição do próprio Giovanni Rossi.

Para Giovanni Rossi, longe de ser apenas ficção,

a utopia é uma forma, um artifício literário para representar as coisas de maneira mais digerível; e num romance ou num conto pode haver tantas verdades quantas são as mentiras que podem estar contidas num respeitável tratado de economia política.¹⁰³

Do mesmo modo, a narrativa utópica, para Helena Isabel Muller, é um gênero literário que pode ser entendido como a expressão do imaginário do autor, por meio do qual pode ser identificada a análise crítica da sociedade vigente e sua negação através da idealização de outra configuração social,¹⁰⁴ apresentando-se, assim, como uma importante fonte para a compreensão das representações do autor. Na utopia escrita por Giovanni Rossi, podemos identificar a influência de alguns pensadores que constituíram suas matrizes teóricas ao lançarem as bases para o seu pensamento e a formação de suas representações, como podemos perceber em uma das passagens de *O Paraná no século XX*.

Ao retornar do mundo dos mortos, o personagem do Dr. Grillo revela a Giovanni Rossi o futuro e detalhes do processo revolucionário que subverteu a ordem estabelecida no Estado do Paraná durante o século XX, atribuindo um papel relevante à difusão das obras de um conjunto de autores na eclosão do processo de transformação social:

paralelamente à propaganda popular, a propaganda científica ficou mais intensa. Foram divulgadas as obras de Darwin, Wallace, Spencer e Letourneare sobre a evolução natural e social. Foi explicada a doutrina de Marx sobre a gênese do capital. As teorias anarquistas, de Diderot a Fourier e a Proudhon, Bakunin, Réclus, Kropotkin

¹⁰³ ROSSI, Giovanni. *O Paraná no século XX*. (1895). In: Colônia Cecília e outras utopias. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 131.

¹⁰⁴ MUELLER, Helena Isabel. *Flores aos rebeldes que falharam*: Giovanni Rossi e a utopia anarquista. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p. 8-9.

e Grave acabaram por fim estudadas. Foram atentamente acompanhadas as descobertas da antropologia e da psicologia. De todas as ciências sociais nasceu a convicção da necessidade e da iminência de uma grande transformação das estruturas econômicas e burguesas.¹⁰⁵

Levada a cabo com idéias e não com armas, a transformação social imaginada por Giovanni Rossi corresponde a um processo de ruptura pacífico, assemelhando-se mais a um processo evolucionário do que a uma revolução abrupta e violenta. Por esta via, se no futuro idealizado por Rossi, a divulgação das idéias de alguns pensadores foram determinantes para o desencadeamento do processo revolucionário e para a constituição de uma nova sociedade, podemos inferir que tais autores apresentam-se como fundamentos importantes para compreender suas idéias e representações. Estes pensadores podem ser admitidos como influências intelectuais relevantes para compreender suas representações, dado que figuram como elementos substanciais para a propaganda e concretização do projeto de sociedade idealizado e retratado por Giovanni Rossi em *O Paraná no século XX*.

Nesse sentido, Pierre Bourdieu chama a atenção para o poder dos intelectuais que, através de seus livros, conseguem agir sobre valores, crenças, visões de mundo e representações dos leitores, pois, de acordo com o autor,

o intelectual é também alguém que pode agir a distância ao transformar as visões de mundo e as práticas cotidianas (...). Os intelectuais esquecem-se de que por meio de um livro se pode transformar a visão do mundo social e, através da visão de mundo, transformar também o próprio mundo social.¹⁰⁶

Desta forma, se os intelectuais podem agir através de suas idéias e transformar práticas e visões de mundo, a análise da influência das idéias destes autores sobre determinados indivíduos, pode contribuir fundamentalmente também para a reconstrução e compreensão de suas

¹⁰⁵ ROSSI, Giovanni. *O Paraná no século XX*. (1895). In: Colônia Cecília e outras utopias. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 145.

¹⁰⁶ CHARTIER, Roger. *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996, p. 243.

representações, dado que a circulação de idéias através dos livros e suas respectivas apropriações, fornecem importantes elementos para a reconstituição de esquemas interiorizados que orientam práticas e modos próprios de perceber e estar no mundo, bem como de agir sobre ele, como fez o libertário Giovanni Rossi no final do século XIX.

Os sentidos de um texto excedem as suas margens e podem ser apreendidos a partir da relação que este estabelece com outros. Para Eni P. Orandi, “ao afirmarmos que um texto tem relação com outros, estamos apontando para o fato de o conjunto de relações entre textos mostrarem como o texto deve ser lido”.¹⁰⁷

Assim, acreditamos que as referências que transitam por entre as linhas dos escritos de Giovanni Rossi, fornecem significativas informações sobre suas representações de mundo, sobretudo, no que refere-se a pensadores que foram expoentes em seu tempo, como Piotr Kropotkin e Augusto Comte. Muito embora o nome de Augusto Comte não seja citado diretamente, é possível identificar a presença marcante do positivismo nos textos de Giovanni Rossi.

Inspirado pelo libertário russo Piotr Kropotkin, que defendia a necessidade de submeter as idéias libertárias à ciência, assim como pela sociologia de Augusto Comte que propunham utilizar a ciência para prever, e prever para agir, Rossi pensava que as transformações sociais propostas pelo anarquismo também viriam a partir da sua corroboração pelo conhecimento científico e, sobretudo, que o ímpeto da ação revolucionária teria origem no conhecimento produzido pelas ciências sociais.

Se foram as idéias de Piotr Kropotkin, o principal nome do anarquismo nos últimos decênios do século XIX após a morte de Mikhail Bakunin¹⁰⁸ que, em larga medida, levaram Giovanni Rossi a aproximar o anarquismo da ciência e tomar os fenômenos naturais como base de indução para compreender as questões sociais, como fez com os relacionamentos conjugais monogâmicos, a convicção de que a dinâmica social assemelhava-se a um organismo e que a sociedade poderia ser estudada cientificamente, bem como a certeza de poder determinar as leis que a regem, podem ser atribuídas ao maior nome da sociologia no século XIX: Augusto Comte. No positivismo de Auguste Comte, assim como no anarquismo de Piotr Kropotkin, encontramos

¹⁰⁷ Ibid., p. 42.

¹⁰⁸ Mikhail Aleksandrovich Bakunin (1814-1876). Anarquista russo defensor do coletivismo, fundador de inúmeras sociedades secretas revolucionárias e conhecido por ser um militante de barricadas.

alguns dos elementos que pontuam as representações sociais de Giovanni Rossi, como as prerrogativas teóricas e metodológicas do anarquismo experimental, a necessidade de validar cientificamente as teorias libertárias, a observação do mundo natural como ponto de inferência para a compreensão das questões sociais e, especialmente, a compreensão da dinâmica social análoga ao funcionamento de um organismo, a qual a representação da família nuclear está diretamente associada. Do cruzamento das idéias destes autores, acreditamos ser possível tecer uma rede cuja trama pode fornecer subsídios importantes para compreender as representações de Giovanni Rossi acerca dos relacionamentos monogâmicos e da família nuclear.

1.2.1 Augusto Comte: a Sociologia e o Organismo Social

Em dezenove de janeiro de 1798, na cidade francesa de Montpellier, nascia Augusto Comte. Responsável por criar uma das correntes filosóficas mais influentes do século XIX, o positivismo, Augusto Comte seria lembrado como o pai da Sociologia e como um dos intelectuais mais importantes do seu tempo, visto por seus contemporâneos, segundo Eric Hobsbawm, como o Aristóteles do mundo moderno.¹⁰⁹

Aos dezesseis anos, Augusto Comte passou a frequentar a Escola Politécnica de Paris, instituição de ensino criada durante a Revolução Francesa com o propósito de desenvolver o conhecimento técnico e científico e tida por Augusto Comte como a “primeira comunidade verdadeiramente científica”,¹¹⁰ por onde transitavam astrônomos, físicos e matemáticos que exerceriam marcante influência sobre o filósofo. No ano de 1816, após a derrota de Napoleão e da restauração dos regimes monárquicos, a Politécnica de Paris, então vista como um centro de jacobinismo, teve suas portas fechadas e suas atividades encerradas.¹¹¹

Após deixar a Escola Politécnica, Augusto Comte passou a trabalhar como secretário de Saint-Simon, um dos precursores do pensamento socialista e que teria importante papel na sua formação intelectual. Contudo, após desavenças provocadas por perspectivas

¹⁰⁹ HOBSBAWM, Eric. *A Era do Capital*. (1848-1875). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 365.

¹¹⁰ GIANNOTTI, José Arthur (org.). *Comte*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. VI.

¹¹¹ GIANNOTTI, José Arthur (org.). *Comte*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. VI.

filosóficas e sociais divergentes, Comte rompe a amizade com Saint-Simon em 1824 e passa a dar aulas particulares de matemática para sobreviver.¹¹²

Augusto Comte, que já havia sido casado com Caroline Massin durante dezoito anos e com quem rompera no ano de 1842, conhece, dois anos após a separação, a mulher por quem seria perdidamente apaixonado e com quem manteria apenas uma relação platônica, contudo, intensa e inspiradora. Clotilde de Vaux, então casada com um homem que havia sido detido e encarcerado pelas autoridades francesas, negava-se a romper relações com o companheiro e se entregar ao amor de Augusto Comte, nutrindo apenas uma amizade entre os dois. Um ano após terem se conhecido, Clotilde de Vaux falece e torna-se a musa inspiradora do filósofo e pai do positivismo.¹¹³

Simultaneamente uma filosofia da história, um método e uma religião, o Positivismo exerceu forte influência sobre os intelectuais e a produção científica no século XIX. Eric Hobsbawm, assinala que a

ciência “positiva”, operando com fatos objetivos e precisos, ligados rigidamente por causa e efeito, e produzindo “leis” uniformes e invariáveis além de qualquer modificação proposital, era a chave do universo, e o século XIX a possuía. Mais do que isso: com o crescimento do mundo do século XIX, os estágios anteriores e infantis do homem, caracterizados pela superstição, teologia e especulação, tinham acabado e o “terceiro estágio” da ciência positiva de Comte havia chegado.¹¹⁴

Auguste Comte, o fundador da filosofia positiva, acreditava que a humanidade e as diferentes áreas do conhecimento haviam passado por três sucessivas fases de desenvolvimento, expressas por ele através do que denominou de “leis dos três estados”.¹¹⁵ De acordo com Augusto Comte,

¹¹² Ibid., p. VII.

¹¹³ Ibid., p. VII-VIII.

¹¹⁴ HOBBSAWM, 1996, p. 372.

¹¹⁵ COMTE, Augusto. *Curso de Filosofia Positiva*. In: GIANNOTTI, José Arthur (org.). Comte. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 3-4.

essa lei consiste em que cada uma de nossas concepções principais, cada ramo de nosso conhecimentos, passa sucessivamente por três estados históricos diferentes: estado teológico ou fictício, estado metafísico ou abstrato, estado científico ou positivo. Em outros termos, o espírito humano, por sua natureza, emprega sucessivamente, em cada uma de suas investigações, três métodos de filosofar, cujo caráter é essencialmente diferente e mesmo radicalmente oposto.¹¹⁶

O primeiro estágio, denominado de “estado teológico ou fictício”,¹¹⁷ corresponderia à infância epistemológica da humanidade. No estado teológico, os homens recorriam à imaginação e não a observação direta para explicar a ocorrência dos fenômenos naturais que eram, assim, atribuídos a divindades e outros seres sobrenaturais originados da criatividade imaginativa dos seres humanos.

No segundo estado, “metafísico ou abstrato”,¹¹⁸ concebido como um desdobramento do primeiro, a imaginação foi substituída pela argumentação especulativa. Neste estado, comparado a juventude da humanidade, noções e conceitos abstratos eram desenvolvidos para fornecer explicações dos fenômenos observados. De acordo com Comte,

os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstratas, verdadeiras entidades (abstrações personificadas) inerentes aos diversos seres do mundo, e concebidos como capazes de engendrar por elas próprias todos os fenômenos observados, cuja explicação consiste, então, em determinar para cada um uma entidade correspondente.¹¹⁹

Em comum, nos estados teológico e metafísico, os homens acreditavam poder chegar a essência dos fenômenos e construir um conhecimento absoluto, determinando assim suas causas e seus fins, o que não ocorreria no terceiro e último estado, “científico ou positivo”,¹²⁰

¹¹⁶ Ibid., p. 4.

¹¹⁷ Ibid., p. 4.

¹¹⁸ Ibid., p. 4.

¹¹⁹ Ibid., p. 4.

¹²⁰ COMTE, Augusto. *Curso de Filosofia Positiva*. In: GIANNOTTI, José Arthur (org.). Comte. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978,

também chamado de virilidade da humanidade. Segundo Augusto Comte,

no estado positivo, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do universo, a conhecer as causas íntimas dos fenômenos, para preocupar-se unicamente em descobrir, graças ao uso bem combinado do raciocínio e da observação, suas leis efetivas, a saber, suas relações invariáveis de sucessão e similitude. A explicação dos fatos, reduzida então a seus termos reais, se resume de agora em diante na ligação estabelecida entre os diversos fenômenos particulares e alguns fatos gerais, cujo número o progresso da ciência tende cada vez mais a diminuir.¹²¹

Nesse sentido, no estado científico ou positivo, é por meio do método empírico, isto é, a partir da experiência sensível ou da observação direta dos fenômenos concretos que ocorre a produção do conhecimento, este, circunscrito a apreensão das leis que regem estes mesmos fenômenos, definidas como fatores constantes e imutáveis que os condicionam. De acordo com Comte, por meio da observação direta dos fenômenos positivos – “fundados em fatos bem constatados”¹²² – os homens do estado científico se ocupariam tão-somente da determinação das leis que enunciam o fenômeno. Para o autor do *Curso de Filosofia Positiva*, a “natureza íntima”¹²³ dos fenômenos era incognoscível, pois não poderia ser alcançada pelos sentidos.

Uma vez determinadas as leis, os homens poderiam “confirmar ou infirmar teorias”¹²⁴ com o propósito de prever a ocorrência dos fenômenos e interferir no seu desencadeamento:

O conhecimento das leis dos fenômenos, cujo resultado constante é fazer com que sejam

p. 4.

¹²¹ Ibid., p. 4.

¹²² Ibid., p. 36.

¹²³ Ibid., p. 6.

¹²⁴ COMTE, Augusto. *Curso de Filosofia Positiva*. In: GIANNOTTI, José Arthur (org.). Comte. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 6.

previstos por nós, evidentemente pode nos conduzir, de modo exclusivo, na vida ativa, a modificar um fenômeno por outro, tudo isso em nosso proveito [...] Em resumo, ciência, daí previdência; previdência, daí ação.¹²⁵

Segundo Augusto Comte, cada estado alcança a perfeição quando passa a explicar os fenômenos a partir “dum único fato geral”,¹²⁶ ou então, de uma única unidade explicativa. Assim se deu com a superação do politeísmo pelo monoteísmo e das forças abstratas por uma única entidade geral, a natureza, respectivamente nos estados teológico e metafísico. Da mesma forma, a ciência almeja alcançar uma unidade que reduziria o número de leis explicativas a algumas poucas ou mesmo uma única capaz de sintetizar as leis gerais dos cinco diferentes tipos de fenômenos: astronômico, físico, químico, fisiológico e social.¹²⁷

Entretanto, Augusto Comte considerava esta unidade epistemológica capaz de abranger e explicar todas as categorias de fenômenos, inatingível. Para o filósofo, “a única unidade indispensável é a unidade do método, que pode e deve evidentemente existir e já se encontra, na maior parte, estabelecida”.¹²⁸

Augusto Comte defendia a adoção de um método comum para todas as ciências, baseado na experiência ou na observação direta dos fatos positivos, inclusive para a “física social”,¹²⁹ ou Sociologia, ciência criada por ele para apreender os fenômenos sociais e promover a reforma da sociedade¹³⁰. O método empírico, fundamentado em observações diretas e advindo das ciências naturais, também poderia ser utilizado com proveito pela física social, ciência extraída da fisiologia em decorrência da interpretação orgânica da sociedade sustentada por Comte.

De acordo com a classificação de Auguste Comte, os fenômenos naturais dividiam-se em duas classes: “a primeira compreendendo todos os fenômenos dos corpos brutos, a segunda todos aqueles dos corpos organizados”,¹³¹ pertencendo, respectivamente, às ciências relativas à

¹²⁵ Ibid., p. 23.

¹²⁶ Ibid., p. 4.

¹²⁷ Ibid., p. 10.

¹²⁸ Ibid., p. 20.

¹²⁹ Ibid., p. 9.

¹³⁰ GIANNOTTI, José Arthur (org.). Comte. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. IX.

¹³¹ COMTE, Augusto. *Curso de Filosofia Positiva*. In: GIANNOTTI, José

física inorgânica e à física orgânica.

A Sociologia, segundo Augusto Comte, pertencia à ciência dos corpos organizados ou mais especificamente à física orgânica. Para Comte, todos os seres vivos apresentam duas ordens de fenômenos essencialmente distintos, os relativos ao indivíduo e os concernentes à espécie, sobretudo quando esta é sociável. É principalmente em relação ao homem que esta distinção é fundamental. A última ordem de fenômenos é evidentemente mais complicada e mais particular do que a primeira, depende dela sem a influenciar. Daí duas grandes seções da física orgânica: a fisiologia propriamente dita e a física social, fundada na primeira.¹³²

Deste modo, a Sociologia ou a

física social deve fundar-se num corpo de observações diretas que lhe seja próprio, atentando, como convém, para sua íntima relação necessária com a fisiologia propriamente dita.¹³³

Para Comte, a Sociologia era apenas um dos ramos da fisiologia e tinha como principal atributo a compreensão das leis que correspondem a estática e a dinâmica da sociedade¹³⁴, esta entendida “como um organismo cujas partes constitutivas são heterogêneas, mas solidárias, pois se orientam para a conservação do conjunto”.¹³⁵

A analogia entre sociedade e organismo, assim como a apologia de um mesmo método baseado em observações diretas, levaram Giovanni Rossi a reproduzir uma micro-sociedade que poderia ser dissecada a partir do método empírico das ciências naturais com intuito de precisar as leis que conduzem a sociedade. Deste modo, Giovanni Rossi buscou fomentar um núcleo populacional que representasse a complexidade de um macro-sistema social, agrupando para tanto, elementos múltiplos e diversos no interior da colônia-laboratório, não para dizer eis a sociedade, mas eis as leis que regem os fenômenos da

Arthur (org.). Comte. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 31.

¹³² Ibid., p. 32.

¹³³ Ibid., p. 33.

¹³⁴ A estática estava relacionada ao que é constante e perene nas sociedades, enquanto a dinâmica se ocuparia das transformações e do desenvolvimento social. Cf. GIANNOTTI, José Arthur (org.). *Comte*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. XIII.

¹³⁵ RIBEIRO, João. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 22.

sociedade.

Em *Comunidade anarquista experimental*, assim como propunha o positivismo de Auguste Comte, Giovanni Rossi afirmava que o físico

estuda os mecanismos da vida tais como ocorrem em milhares de sujeitos através da vivissecção de um único organismo. E mostrando a nu o coração palpitante nos espasmos da agonia, não diz: “eis a vida”, e sim: “eis as leis que regem os fenômenos da vida”.

Quisemos fazer o mesmo para procurar conhecer as leis que regem os fenômenos da vida social.¹³⁶

Corroborando com as idéias de Augusto Comte, que acreditava que a Sociologia, responsável pela observação e previsão dos fenômenos sociais, devia incumbir-se da reforma social, Giovanni Rossi também acreditava que as mudanças sociais partiriam das ciências sociais. Da mesma forma, assim como postulava o positivismo de Comte, para Giovanni Rossi, a dinâmica da sociedade era análoga ao funcionamento de um organismo, cujas partes constituintes deveriam cooperar para a preservação do equilíbrio e harmonia do conjunto, ou seja, do organismo social, diferentemente do comportamento assumido pela família nuclear.

Nesse sentido, seus experimentos não visavam demonstrar apenas a viabilidade das teorias políticas e econômicas do anarquismo. Seus objetivos eram muito mais ambiciosos e audaciosos, traduzidos na prática e no discurso apologetico do amor livre, seu principal instrumento para a dissolução da família nuclear.

1.2.2 Piotr Kropotkin: Anarquismo e Ciência

Nascido em 1842 no interior de uma nobre família pertencente à casa dos Ruriks, dinastia anterior à Romanov, Piotr Kropotkin desde muito cedo foi integrado ao cotidiano nobiliárquico russo, chegando a ser pajem do czar Nicolau II. Anos mais tarde, seus interesses pelas ciências, em especial pelas ciências naturais, o levariam inicialmente a uma viagem de estudos aos confins siberianos, região a qual voltaria no ano de 1874 como prisioneiro político da prisão de Pedro-e-Paulo.

¹³⁶ ROSSI, Giovanni. *Comunidade anarquista experimental*. (1893). In: Colônia Cecília e outras utopias. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 145.

Após a morte de Mikhail Bakunin, em 1876, Piotr Kropotkin tornou-se a principal referência no pensamento libertário, contribuindo com a disseminação dos ideais e das idéias anarquistas. De acordo com George Woodcock, foi

à época de Kropotkin, quando o anarquismo se espalhou por quase todos os países do Velho e do Novo Mundo, tornando-se o mais influente movimento da classe operária no mundo de língua latina. Kropotkin desempenhou um papel importantíssimo nessa expansão.¹³⁷

O período em que Piotr Kropotkin ganha proeminência, evidenciando-se como o mais notável dos teóricos do anarquismo, estende-se da década de 1870 até meados do século XX, período que corresponde à fase mais prolífica do pensamento e do movimento libertário. Foi entre 1870 e 1900, de acordo com René Rémond, que “o ideal anarquista exerce viva atração sobre os intelectuais e sobre muitos militantes operários”,¹³⁸ portanto, durante o período em que Kropotkin ganha notoriedade entre os círculos libertários.

Entretanto, antes de se destacar como “principal expoente do anarquismo”,¹³⁹ Piotr Kropotkin adquiriu vulto como um dos mais renomados intelectuais e geógrafos do fim do século XIX, ao lado de seu amigo pessoal Elisée Reclus, com quem colaborou na publicação de um dos grandes clássicos da Geografia, intitulado *Geografia Universal*.

Segundo George Woodcock,

além de explorar amplas áreas das regiões montanhosas da Sibéria até então não percorridas por viajantes civilizados, Kropotkin elaborou – com base nessas observações – uma teoria sobre a estrutura das cadeias de montanhas e platôs da Ásia Oriental que revolucionou os conceitos existentes sobre a orografia eurasiática.¹⁴⁰

¹³⁷ WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. V. 1. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 214-215.

¹³⁸ RÉMOND, René. *O século XIX*. 1815-1914. São Paulo: Cultrix. São Paulo, 1974, p. 114.

¹³⁹ WOODCOCK, op. cit., p. 212.

¹⁴⁰ WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. V. 1. Porto Alegre: L&PM, 2002, p. 220.

Piotr Kropotkin, que chegou a ocupar o cargo de secretário da Sociedade Geográfica Russa, recusou o convite para assumir uma cátedra em Cambridge¹⁴¹, cargo inconciliável com suas atividades políticas. Entretanto, durante toda sua vida soube conjugar ação política com a produção de artigos científicos publicados em periódicos conceituados, como *Nature* e *Times*¹⁴², ou ainda, colaborando com a Enciclopédia Britânica. Esses artigos científicos lhe valeram não apenas o reconhecimento como geógrafo, mas também os meios para garantir sua subsistência durante as décadas de exílio em que viveu na Inglaterra.

Descrito como um homem de comportamento sereno e taciturno, Kropotkin, segundo Woodcock, contribuiu para o anarquismo mais como “personalidade e escritor”,¹⁴³ do que como um militante de barricadas, como foi Mikhail Bakunin. Seu prestígio como intelectual ligado às ciências naturais emprestaram ao anarquismo legitimidade, colocando em relevo as idéias libertárias nas últimas décadas do século XIX, como ressaltou anteriormente René Rémond.

Longe de ser um conjunto de especulações e idealismos, o anarquismo, segundo Elsa Cerqueira, era compreendido por Piotr Kropotkin, como um conjunto de teorias e, como tal, deveria “entrar no domínio da ciência”.¹⁴⁴ Para o geógrafo e libertário russo,

a anarquia é uma concepção do universo, baseada na interpretação mecânica dos fenômenos, que engloba toda a natureza incluindo a vida das sociedades. O seu método é o das ciências naturais; e, através deste, todo o resultado científico deve ser verificado.¹⁴⁵

Do mesmo modo, em *O Princípio Anarquista*, Kropotkin afirmava que o anarquista

¹⁴¹ COELHO, Plínio Augusto (org.). Kropotkin. *O princípio anarquista e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007, p. 23.

¹⁴² Ibid., p. 16.

¹⁴³ WOODCOCK, 2002, p. 215.

¹⁴⁴ CERQUEIRA, Elsa. *O anarquismo societário de Piotr Kropotkin*. In: KROPOTKIN, Piotr. A anarquia. Sua filosofia, seu ideal. São Paulo: Imaginário, 2001, p. 09.

¹⁴⁵ KROPOTKIN apud Cerqueira, 2001, p. 09.

deve fazer sobressair a parte grande, filosófica, do princípio da anarquia. Deve aplicá-la à ciência, pois, por isso, ele ajudará a remodelar as idéias: ele combaterá as mentiras da história, da economia social, da filosofia, e ajudará aqueles que o fazem, amiúde inconscientemente, por amor à verdade científica, a impor a marca anarquista ao pensamento do século.¹⁴⁶

Para o geógrafo Piotr Kropotkin, as teorias anarquistas ganhariam credibilidade e aceitação se elaboradas a partir dos rigores do método do conhecimento científico, mais precisamente, do método adotado pelas ciências naturais. De acordo com o historiador Alexandre Samis,

entusiasmado e convencido da necessidade de prover o anarquismo de uma sustentação científica e filosófica, para além dos aportes político e econômico, Kropotkin esforçou-se para encontrar entre as ciências naturais as bases de análise distintas da metafísica ou da dialética utilizadas, então, para as ciências humanas. Diferentemente de Herbert Spencer, pretendia usar os exemplos das ciências naturais não como simples analogia, mas como base de indução aplicada às instituições humanas.¹⁴⁷

Desta forma, para Kropotkin, a compreensão dos fenômenos sociais teria origem nas inferências feitas a partir de exemplos “colhidos nas ciências naturais”,¹⁴⁸ de quem deveriam ser adotados os métodos de análise, como fará Giovanni Rossi na Colônia Cecília em relação à família nuclear e aos relacionamentos conjugais monogâmicos.

Nesse sentido, tomando como base indutiva a analogia entre organismo e sociedade, Kropotkin defendia a idéia de que a o bem-estar coletivo dependia do bem-estar individual. Para Kropotkin a sociedade era regulada espontaneamente por relações interpessoais e cooperativas estabelecidas entre indivíduos autônomos e não subordinados a um

¹⁴⁶ KROPOTKIN, Piotr. *O princípio anarquista*. In: COELHO, Plínio Augusto (org.). Kropotkin. O princípio anarquista e outros ensaios. São Paulo: Hedra, 2007, p. 23.

¹⁴⁷ COELHO, 2007, p.19.

¹⁴⁸ KROPOTKIN, Piotr. A anarquia. Sua filosofia, seu ideal. São Paulo: Imaginário, 2001, p. 20.

órgão central, “em que cada um vive da sua própria vida, procura por si mesmo o bem-estar, e atinge-o pelo agrupamento, pela associação de outros como ele”.¹⁴⁹

Para o autor, tal como em um organismo, apenas a cooperação entre as partes constituintes do sistema poderia assegurar o bem-estar individual e por extensão, o bem-estar coletivo. De acordo com Piotr Kropotkin,

em uma palavra, cada indivíduo é um cosmo de órgãos, cada órgão é um cosmo de células, cada célula é um cosmo de infinitamente pequenos; e, neste mundo complexo, o bem-estar do conjunto depende inteiramente da soma de bem-estar de que goza cada uma das menores parcelas microscópicas da matéria organizada.¹⁵⁰

O anarquismo, segundo Kropotkin, em suas diferentes vertentes, reivindicava o “bem-estar para todos como fim”.¹⁵¹ Contudo, o bem-estar comum, escopo do anarquismo, resultaria da participação direta e da cooperação entre grupos sociais e indivíduos e não na competição característica das sociedades capitalistas, chegando assim, a um estado de equilíbrio e harmonia social.

As idéias libertárias de Piotr Kropotkin, inspiradas nas ciências naturais, pregavam o fim de um poder centralizado em proveito de um conjunto de federações autônomas e autogeridas, onde seria possível aliar liberdade individual e responsabilidade coletiva.

Segundo Kropotkin, a harmonia e o bem-estar social só poderiam ser atingidos mediante um estado de completa liberdade, onde os indivíduos desfrutassem de meios para satisfazer suas necessidades e desejos, pois, o equilíbrio e a harmonia do organismo social dependiam do bem-estar das partes integradas ao todo, para enfim, chegar a um estado de bem-estar geral.

As idéias do libertário e geógrafo Piotr Kropotkin partiam da observação dos fenômenos naturais e eram revestidas do cientificismo que caracterizava as derradeiras décadas do século XIX. A Concepção de sociedade análoga a um organismo, cujo bem-estar dependia do

¹⁴⁹ KROPOTKIN, 2001, p. 26.

¹⁵⁰ Ibid., p. 26-27.

¹⁵¹ KROPOTKINE, Pedro. *A conquista do pão*. Lisboa: Guimarães ed., 1975, p. 37.

equilíbrio e da cooperação entre órgãos autônomos e dependentes entre si, a necessidade de expor as teorias libertárias ao julgamento da ciência, assim como a compreensão dos fenômenos sociais a partir de exemplos obtidos juntos às ciências naturais, exerceram marcante influência sobre as idéias de um libertário italiano que encontraria no interior do Brasil meridional, o lócus para cultivar seus sonhos e ideais.

Para Beatriz Pellizzetti Lola, autora de *Reflexões sobre uma utopia do século XIX*, obra em que analisa a composição literária de Giovanni Rossi, o anarco-comunista Errico Malatesta, contemporâneo e conterrâneo de Giovanni Rossi, era a sua principal influência, negando os ecos do pensamento de Piotr Kropotkin nas idéias do arquiteto da colônia experimental paranaense.

Segundo Beatriz Pellizzetti Lola,

Malatesta não concebe, como Kropotkine, anarquismo dentro de uma filosofia científica fundamentada na interpretação mecânica dos fenômenos da natureza e nem ligado a uma filosofia específica [...] Rossi se alinhava ao pensamento de Malatesta.¹⁵²

Destacado militante libertário na virada do século XIX para o XX, o italiano Errico Malatesta muito provavelmente exerceu influência sobre Giovanni Rossi. Entretanto, podemos presumir que as idéias de Piotr Kropotkin lhe parecessem ainda mais atraentes.

Vimos acima como Piotr Kropotkin visava promover o bem-estar geral estabelecendo o equilíbrio e a harmonia social através dos princípios libertários baseados em uma concepção orgânica da sociedade derivada do positivismo. Entendida como um organismo que depende do equilíbrio entre as partes e o todo, a sociedade encontraria a harmonia quando fossem estabelecidas relações simétricas e cooperativas entre indivíduos e sociedade.

Influenciado pelo geógrafo e libertário Piotr Kropotkin, Giovanni Rossi utilizava os fenômenos naturais como base de indução para compreender a sociedade do seu tempo, vista como “um organismo por excelência”,¹⁵³ segundo as palavras de Giovanni Rossi, assim como

¹⁵² Lolla, Beatriz Pellizzetti. *Reflexões sobre uma utopia do século XIX*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1999, p. 13.

¹⁵³ ROSSI, Giovanni. *O Paraná no século XX*. (1895). In: ROSSI, Giovanni. Colônia Cecília e outras utopias. Tradução e introdução de Miguel Sanches

defendia a fundação de colônias experimentais onde os princípios anarquistas pudessem ser testados cientificamente com base no método empírico das ciências naturais, aproximando as teorias libertárias do conhecimento científico, como queria Kropotkin e diferentemente do que propõem Beatriz Pellizzetti Lola.

Contemporâneos, Giovanni Rossi e Piotr Kropotkin estavam estreitamente relacionados, não apenas por pertencerem à corrente anarco-comunista, à qual Malatesta também estava associado, mas por compartilharem de uma mesma visão social inspirada na metáfora do organismo, fruto da influência do positivismo e da lente de dois profissionais ligados intimamente às ciências naturais, o primeiro, veterinário e agrônomo, o segundo, geógrafo, mas também por acreditarem que as teorias libertárias deveriam ser expostas ao arbítrio da ciência, perspectiva levada a cabo por Giovanni Rossi nas inúmeras tentativas de transformar núcleos coloniais em laboratórios sociais, tal como fez com a Colônia Cecília. Influenciado por Kropotkin, Rossi também tomava os fenômenos naturais como base de indução para a compreensão das questões sociais, assim como fez ao desnaturalizar os relacionamentos conjugais monogâmicos e ao conceber a família nuclear como uma ameaça ao organismo social.

2 O ANARQUISMO NA VIDA PRIVADA: AMOR LIVRE E FAMÍLIA

2.1 A EUROPA DO SÉCULO XIX OU O ESPAÇO E O TEMPO DO ANARQUISMO

Delimitar um período histórico consiste em fixar marcos cronológicos sobre acontecimentos que assinalam mudanças e que representam o corpo e o espírito de um tempo. Tarefa difícil, balizar o tempo que se desdobra em um todo contínuo, é quase sempre assumir o risco de cair em ciladas armadas pelo anacronismo e cometer arbitrariedades, sobretudo, quando o período estudado caracteriza-se por uma profusão de acontecimentos significativos e de grande amplitude, tal como foi o século XIX.

Enquanto para historiadores como René Rémond¹⁵⁴ o século XIX situa-se entre 1815, com o fim das guerras napoleônicas e o início da Primeira Guerra Mundial em 1914, para Eric Hobsbawm, o marco inicial do século XIX pode ser recuado até 1789, momento de eclosão da Revolução Francesa e início da derrocada do Antigo Regime.

Ambos concebem a Europa do oitocentos como um ambiente tenso e marcado por conflitos de toda ordem, definindo o século XIX como “um dos séculos mais complexos, mais cheios que existem”¹⁵⁵, segundo Rémond, ou então, como quer Hobsbawm, como “um período que realmente não tem paralelo na História e cuja excepcionalidade o faz estranho e remoto”.¹⁵⁶ É a partir desse ponto, sobre o qual incidem os olhares de René Remond e Eric Hobsbawm – complexidade e excepcionalidade – que o século XIX pode ser pensado como um dos momentos mais fecundos da modernidade.

Caracterizá-lo em seus pormenores constitui uma tarefa por demais ambiciosa e impossível de ser sintetizada em um reduzido número de páginas. No entanto, distinguir algumas das cores que tingiram este momento da história imprimindo-lhe formas que ainda podem ser vislumbradas mostra-se necessário para compreender a emergência e a difusão das idéias libertárias no século XIX.

A Europa, que havia testemunhado o levante popular e a derrocada da monarquia em 1789, na França, selando o fim do século XVIII com um regime político constitucional, vê surgir entre os mesmos

¹⁵⁴ RÉMOND, René. *O século XIX*. 1814-1918. São Paulo: Cultrix, 1974.

¹⁵⁵ Ibid., p. 13.

¹⁵⁶ HOBSBAWM, 1996, p. 15.

franceses revolucionários que ameaçavam enforçar o último rei nas tripas do último padre, o primeiro grande império europeu do período moderno. Figura emblemática, Napoleão Bonaparte, o jovem general francês, tornou-se imperador e conduziu a França a um movimento expansionista que subjugou grandes nações européias no transcorrer de uma década. Seriam necessários dez anos para que, desde a batalha de Austerlitz até a surpreendente Waterloo, se constituísse e dissolvesse um império.

Após a queda do Império Napoleônico, os Estados europeus reunidos no Congresso de Viena em 1815, redesenharam as fronteiras políticas do continente e restauraram regimes monárquicos depostos pela Revolução ou por Bonaparte¹⁵⁷. Assim, a Europa, berço da revolução republicana, presenciou durante as primeiras décadas do século XIX, os conflitos e as disputas travadas entre as coroas dos reis e o cetro do imperador.

Apesar da vitória dos reis, a restauração da ordem pré-revolucionária não seria completa. Muitas das mudanças levadas a cabo pelas monarquias contribuiriam para o desmonte de uma sociedade aristocrática e para a ascensão da burguesia. Esta saberia fazer valer suas idéias, seu modelo econômico e seu modo de vida.

Para René Rémond,

a evidência de que a restauração está longe de ser integral impõem-se com mais força ainda no que diz respeito as transformações sociais [...]. A servidão é abolida, os privilégios suprimidos, a mão-morta eclesiástica desapareceu. A igualdade civil de todos diante da lei, diante da justiça, diante dos impostos, para os acessos aos cargos públicos e administrativos, é agora a regra para uma boa metade da Europa. Tradicionais em certos Estados, as interdições de adquirir terras, feitas à burguesia, não estão mais em vigor. Todas essas reformas favorecem principalmente a burguesia e, de fato, passou-se de uma sociedade aristocrática para uma sociedade burguesa.¹⁵⁸

Contudo, se muitas das medidas tomadas pela Restauração

¹⁵⁷ RÉMOND, 1974, p. 17.

¹⁵⁸ Ibid., p. 22-23.

abririam caminho para a alçada da burguesia, sua posição na ordem social seria demarcada definitivamente após a expansão do capitalismo na segunda metade do século XIX, fundamentando-se em idéias liberais calcadas sobre os direitos individuais, a propriedade privada e o livre comércio.

O desenvolvimento científico e tecnológico que alcançaria proporções surpreendentes a partir de 1870, forneceu as condições materiais necessárias para o alargamento da produção industrial, bem como para o escoamento das mercadorias para os cinco continentes do globo. Navios a vapor, locomotivas e estradas de ferro criavam novos nichos de mercado entre as nações industrializadas e as produtoras de matéria-prima. Mercados que, a partir de então, poderiam ser controlados internacionalmente através dos novos meios de comunicação, como o telégrafo.

Eric Hobsbawm observa que

o espaço geográfico da economia capitalista poderia multiplicar-se repentinamente na medida em que a intensidade das transações comerciais aumentasse. O mundo inteiro tornou-se parte dessa economia . Essa criação de um mundo expandido é talvez a mais importante manifestação do nosso período.¹⁵⁹

Não obstante os avanços dos meios de comunicação que permitiram estabelecer conexões intercontinentais, as diretrizes teóricas do liberalismo econômico contribuíram em larga medida para o surgimento de uma economia globalizada.

Admitido pela maior parte dos Estados europeus, o liberalismo econômico rompia com medidas protecionistas em benefício do livre-comércio e da iniciativa privada. O *laissez-faire* representava um atrativo mesmo em regimes avessos ao liberalismo político, pois, “se alguns interesses específicos pudessem ser afetados de forma adversa, havia outros que a liberalização compensava”,¹⁶⁰ além de que “nessa etapa da industrialização, a vantagem de poder utilizar o equipamento, as fontes e o *know-how* da Inglaterra era bastante útil”.¹⁶¹ Ainda que de

¹⁵⁹ HOBSBAWM, 1996, p. 59.

¹⁶⁰ Ibid., p. 66.

¹⁶¹ Ibid., p. 66.

forma desigual¹⁶², a expansão do capitalismo impulsionou e disseminou a industrialização entre as economias do mundo, alterando as relações sociais de trabalho e as sociedades como um todo.

Na política, face ao risco de perder seus privilégios econômicos, a burguesia se aliaria aos conservadores do Antigo Regime. Em 1848, durante os movimentos revolucionários que ficariam conhecidos como “a Primavera dos Povos”,¹⁶³ disseminando entre muitos dos países da Europa ocidental repúblicas democráticas sociais, a burguesia atuaria como uma força contra-revolucionária, responsável por levar os movimentos insurgentes à capitulação: a proclamação de regimes democráticos sociais representava o início de um clarão socialista e uma ameaça iminente aos alicerces da propriedade privada. Em nome da ordem social e, principalmente econômica, prefeririam a estabilidade política e tomariam o partido dos conservadores. Desta forma, a burguesia deixaria de ser uma força revolucionária para integrar as forças da conservação, contudo, não seria complacente com o absolutismo. As monarquias seriam admitidas, desde que circunscritas por constituições e parlamentos.

Apesar da derrota, a “Primavera dos Povos” significou o despertar de uma consciência política dos trabalhadores, dado que o maior número dos que integravam suas fileiras eram trabalhadores pobres sublevados contra a carestia da vida e avessos ao direito divino que justificava o poder monárquico. Esses dois fatores aliados abririam as portas para o movimento operário que caminharia de braços dados com os ideais socialistas, ensejando a instauração de regimes democráticos.

De acordo com René Rémond, liberalismo, democracia e socialismo, constituem movimentos políticos sucessivos, sendo a democracia, um prolongamento do primeiro¹⁶⁴. Se para os liberais os direitos políticos deviam ser confiados a uma minoria e não a totalidade popular, restringindo o exercício das liberdades aos que possuíam capacidades intelectuais e econômicas para tanto, para os democratas, a igualdade deveria ser irrestrita, bem como o pleno exercício das liberdades e a garantia dos meios para exercê-las. A democracia se opôs ao liberalismo na medida em que este reclamava o governo de uma oligarquia e o exercício das liberdades a uma elite, lutando pelas garantias individuais e pelos direitos políticos estendidos a todos através

¹⁶² HOBBSAWM, 1996, p. 68.

¹⁶³ Ibid., p. 33.

¹⁶⁴ RÉMOND, 1974, p. 14.

do sufrágio universal.

Nas últimas décadas do século, o socialismo, que não era nenhuma novidade, embrenhou-se no movimento operário que passava a enxergar em suas propostas revolucionárias de liberdade política, igualdade econômica e justiça social, uma alternativa para pôr fim ao duro cotidiano de trabalho nas fábricas.

Os trabalhadores fabris haviam sido submetidos a um rigoroso processo de disciplinarização. As longas e extenuantes jornadas de trabalho que chegavam alcançar dezesseis horas diárias não obedeciam ao ritmo natural com o qual estavam habituados. Iniciava-se e terminava-se o expediente na fábrica com o soar do relógio e não mais quando o corpo reclamasse por descanso.

Assim, o enorme contingente de trabalhadores assalariados que não dispunha de outra fonte de subsistência que não sua força de trabalho, encontrou no socialismo e na sua principal bandeira de luta, a socialização dos meios de produção, uma promessa de libertação contra o jugo dos patrões e a exploração do trabalho.

De acordo com Rémond, as lideranças operárias alinharam-se

a doutrinas revolucionárias que não acreditam na democracia política. É para o anarquismo, para o anarco-sindicalismo que se inclinaram a princípio a simpatia e a confiança dos militantes operários; na França, o sindicalismo ficará impregnado da ideologia anarco-sindicalista, pelo menos até a Primeira Guerra Mundial.¹⁶⁵

Toda complexidade do século XIX ganha relevo em suas constantes e vertiginosas transformações, percebidas no declínio de uma sociedade aristocrática sobre a qual se instalaria uma ordem social burguesa, baseada no liberalismo e em uma economia capitalista globalizada.

Capitalismo, que para além dos incentivos fornecidos pelo livre-comércio, foi substancialmente alimentado por uma indústria que não mais via limites para escoar suas mercadorias. Mercadorias produzidas em larga escala e comercializadas em um mercado mundial de fronteiras dilatadas devido aos desmesurados avanços da ciência e da tecnologia, que por sua vez, alimentavam com máquinas, meios de transportes e comunicação, aquela mesma indústria que fez surgir em torno de si,

¹⁶⁵ RÉMOND, 1974, p. 55.

grandes cidades e aglomerados populacionais.

Esta paisagem urbana, por onde dândis e damas desfilavam imponentes cartolas e pomposos chapéus em meio a fábricas, edifícios e cortiços, se contrapunha com um mundo rural que no apagar do século em questão, ainda abrigava a maior parte da população mundial¹⁶⁶. Muitos trabalhadores residiam nas pequenas cidades e vilas situadas nas regiões adjacentes às cidades industriais, alternando o trabalho no campo com a rígida disciplina do trabalho fabril, dualidade que fez com que esses proletários “permanecessem meio-agricultores”.¹⁶⁷ Para Hobsbawm, “em certo sentido, o choque da industrialização residia precisamente no grande contraste entre as habitações escuras, monótonas, repletas de gente, e as fazendas coloridas circunvizinhas”.¹⁶⁸

Sobre o contraste e a sensação de viver em dois mundos, Marshall Berman chama a atenção para a experiência dos homens e mulheres que viveram o século XIX:

esse público partilha o sentimento de viver em uma era revolucionária, uma era que desencadeia explosivas convulsões em todos os níveis de vida pessoal, social e política. Ao mesmo tempo, o público moderno do XIX ainda lembra do que é viver, material e espiritualmente, em um mundo que não chega a ser moderno por inteiro.¹⁶⁹

Na esteira do que vem sendo dito, complexo por que nenhum outro século do período moderno parecia estar no epicentro de um “turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia”,¹⁷⁰ como os anos mil e oitocentos.

Monarquias absolutistas, regimes liberais, democracias, socialismo, anarquismo e mais uma miríade de ideais engrossavam o caldo das disputas políticas. Na economia, a expansão do capitalismo fortalecia a propriedade privada e o livre comércio, enquanto as aviltantes condições de trabalho alavancavam um movimento operário alinhado às idéias socialistas que abraçavam a propriedade coletiva dos

¹⁶⁶ RÉMOND, 1974, p. 124.

¹⁶⁷ HOBSBAWM, 1996, p. 294.

¹⁶⁸ Ibid., p. 294.

¹⁶⁹ BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. A aventura da modernidade. São Paulo: Cia. Das Letras, 2005, p. 17.

¹⁷⁰ Ibid., p. 15.

meios de produção. As indústrias, instaladas nas órbitas dos centros urbanos, erguiam cidades que dentro em breve conheceriam seus primeiros arranha-céus, contrastando com a paisagem bucólica do mundo rural. Nem mesmo Deus, afrontado por Charles Darwin, permaneceria incólume: as teorias Criacionistas, sustentadas pelo discurso religioso, perdiam adeptos face ao Evolucionismo que deitava raízes sobre o conhecimento científico, este, quiçá, a nova “religião” dos homens modernos.

Fecundo e excepcional, “pelas titânicas realizações materiais”,¹⁷¹ tomando de empréstimo a expressão de Eric Hobsbawm, que representaram um período de vertiginoso crescimento econômico, de efervescência nas descobertas científicas, de grande desenvolvimento tecnológico e de novas fontes de energia, responsáveis por estreitar fronteiras e aproximar culturas distintas e distantes. Culturas que se acotovelavam nas ruas das grandes cidades do Novo Mundo, estas, em larga medida, alimentadas por expressivas levas migratórias de homens e mulheres que fizeram do século XIX, também o tempo das transumâncias.

Vicissitudes e inovações tingiram o céu do “século das revoluções”.¹⁷² Suas ameaças e possibilidades pareciam inesgotáveis para aqueles que viveram a modernidade do século XIX, como destaca Marshall Berman:

Todos os grandes modernistas do século XIX atacam esse ambiente, com paixão, e se esforçam para fazê-lo ruir ou explorá-lo a partir de seu interior; apesar disso, todos se sentem surpreendentemente à vontade em meio a isso tudo, sensíveis às novas possibilidades, positivos ainda em suas negações radicais, jocosos e irônicos ainda em seus momentos de mais grave seriedade e profundidade.¹⁷³

Entre os modernistas do século XIX evidenciados por Marshall Berman, críticos do seu tempo, mas cientes de suas possibilidades, tais como Marx, Nietzsche, Dostoievski e Baudelaire, outros mais destacaram-se por sua radicalidade em afrontar os pilares das sociedades

¹⁷¹ HOBBSAWM, 1996, p. 15

¹⁷² RÉMOND, 1974, p. 13.

¹⁷³ BERMAN, 2005, p. 19.

burguesas do século XIX.

Compartilhando os mesmos dramas e angústias, bem como a confiança em si mesmos e nos homens do seu tempo, convictos de estar marchando na direção de tempos melhores, os anarquistas buscavam respostas para a sensação inebriante provocada por tempos convulsivos e para as contradições de um século complexo e excepcional. Distante do niilismo imaginado por alguns, para os anarquistas, tal como assinalou Piotr Kropotkin, a negação dos fundamentos desta sociedade era tão-somente a contra-partida da afirmação de uma outra sociedade erigida sobre novos valores capazes de promover o bem-estar para todos e o desenvolvimento pleno e integral dos seres humanos.¹⁷⁴ Uma sociedade avessa ao autoritarismo e ancorada nos princípios de solidariedade, de igualdade e, sobretudo, de liberdade.

2.1.1 Anarquismo: Liberdade para a Construção de um Homem Novo

Para certos historiadores do anarquismo, a origem das idéias libertárias remonta a períodos distantes do século XIX, retrocedendo até os tempos remotos da Antiguidade. Entretanto, como ressalta George Woodcock, esta genealogia atenta às raízes profundas do pensamento libertário pode ser entendida como uma forma de “emprestar autoridade a um movimento e suas idéias”,¹⁷⁵ conferindo assim legitimidade histórica através de uma extensa tradição construída de combate às manifestações autoritárias ao longo dos tempos.

Na árvore genealógica desenhada por estes historiadores, figuram aqueles que lutaram contra o autoritarismo em pequenas turbas e rebeliões ou mesmo em grandes revoluções que marcaram a história, sem que, para tanto, percorressem os campos da política partidária e institucional. Homens e mulheres que fertilizaram com sangue, suor e lágrimas, o solo da futura sociedade ácrata.

Seus ramos sustentam também, todos aqueles que bradaram pela solidariedade, pela igualdade e pela liberdade, fazendo de suas palavras, importantes armas de persuasão contra as diferentes faces do autoritarismo, seja aquela que se impõe sobre um povo pelas mãos de ferro de governos algozes, seja aquela que subjuga de forma oculta e

¹⁷⁴ KROPOTKIN, Piotr. *O princípio anarquista*. In: COELHO, Plínio Augusto. Kropotkin: O princípio anarquista e outros ensaios. São Paulo: Hedra, 2007, p. 33.

¹⁷⁵ WOODCOCK, 2002, p. 41.

silenciosa nas relações privadas e cotidianas, mantidas na escola, no trabalho, na família e nos relacionamentos conjugais.

Para um dos mais notáveis e influentes historiadores do movimento anarquista, tido como o precursor da historiografia libertária, Max Nettlau, “uma história da idéia anarquista é inseparável da história de todas as evoluções progressistas e das aspirações à liberdade”.¹⁷⁶ Ainda que ao longo da história muitos dedicaram-se a derrubar os leviatãs e disseminar a liberdade entre os povos, contribuindo substancialmente para a causa libertária, nem todos podem ser admitidos como anarquistas. Se no escoar do tempo, muitos combateram o autoritarismo, tal como os anarquistas, certamente não o fizeram com os mesmos expedientes tampouco pelas mesmas razões.

George Woodcock nos lembra que

do ponto de vista histórico, o anarquismo é a doutrina que propõe uma crítica à sociedade vigente; uma visão da sociedade ideal do futuro e os meios de passar de uma para a outra. A simples revolta irracional não faz de ninguém um anarquista, nem a rejeição do poder terreno com bases filosóficas ou religiosas.¹⁷⁷

É apenas a partir da década de 1840 que o termo anarquia é adotado para designar um conjunto de idéias e teorias políticas que propunha a abolição do Estado e de toda forma de poder político centralizado, adotando como alternativa a criação de um sistema político baseado no federalismo e na autogestão. A palavra anarquia, utilizada como sinônimo de caos e desordem e até então empregada como uma pecha para difamar aqueles que se opunham aos regimes políticos instituídos, a exemplo dos republicanos do período da Revolução Francesa, foi adotada por Pierre Joseph-Proudhon¹⁷⁸ em *O que é Propriedade?* para conceituar seu sistema de pensamento.¹⁷⁹ De origem grega, a palavra *anarchos* significa literalmente “sem governante”,¹⁸⁰ e, com esse sentido, foi adotada por Proudhon para definir suas teorias

¹⁷⁶ NETTLAU, Max. *História da Anarquia*: das origens ao anarco-comunismo. São Paulo: Hedra, 2008, p. 27.

¹⁷⁷ WOODCOCK, 2002, p. 7.

¹⁷⁸ Pierre Jeseeph-Proudhon (1809-1865). Nascido na França, Proudhon foi o responsável por desenvolver os fundamentos do pensamento anarquista.

¹⁷⁹ WOODCOCK, op. cit., p. 8-9.

¹⁸⁰ *Ibid.*, p. 8.

políticas baseadas na negação do Capital e do Estado e, em contrapartida, na afirmação da autogestão econômica e política pelo povo.

Muito embora Proudhon seja considerado o primeiro a adotar a alcunha de anarquista e de fornecer as bases das teorias libertárias, outros pensadores que o sucederam desenvolveram perspectivas anarquistas singulares. Na segunda metade do século XIX, as idéias anarquistas se ramificaram em diferentes vertentes teóricas,¹⁸¹ entre as quais destacaram-se o coletivismo de Mikhail Bakunin, o anarcoindividualismo de Max Stirner, o anarco-comunismo de Piotr Kropotkin, Errico Malatesta e Élisée Reclus, bem como o anarco-sindicalismo, surgido durante o Primeiro Congresso da AIT a partir das propostas de três operários franceses, Henri Tolain, Perrachen e Limousin,¹⁸² influenciando o movimento operário em diversos países do mundo.

Esta heterogeneidade de perspectivas admitidas pelos libertários deve-se ao caráter anti-dogmático de suas idéias que faz do anarquismo, um Movimento e, portanto, dinâmico, assumindo, desta maneira, diferentes formas de acordo com as conjunturas que se impõem, compelindo-o a rever constantemente suas práticas e teorias, diferentemente das doutrinas rígidas seguidas por muitos partidos políticos. Segundo Woodcock, para os anarquistas, “não podemos utilizar a experiência do presente para planejar o futuro, pois as condições poderão ser bem diferentes”.¹⁸³

As diferentes tonalidades do anarquismo, muitas vezes tidas como contradições, refletem a necessidade e capacidade de adaptação de idéias e estratégias de transformação social frente às mudanças históricas que criam novos e diferentes obstáculos dispostos entre um movimento político e suas causas. Segundo o geógrafo e anarquista francês Élisée Reclus, “não temos por que traçar de antemão o quadro da sociedade futura: cabe à ação de todos os homens livres criá-lo e dar-lhe sua forma, por sinal, incessantemente mutável como todos os fenômenos da vida”.¹⁸⁴

¹⁸¹ Sobre as diversas correntes do pensamento libertário, cf. WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*. V. 1. A Idéia. Porto Alegre: L&PM, 2002.

¹⁸² RODRIGUES, Edgar. *ABC do sindicalismo revolucionário*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1987, p. 27.

¹⁸³ WOODCOCK, George (org.). *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1985, p. 17.

¹⁸⁴ RECLUS, Élisée. *Por que somos anarquistas?* In: COELHO, Plínio Augusto

Deste modo, os anarquistas sempre excluíram formas canônicas de pensamento e ação. Diversidade e mudança, longe de representar fragmentação e fraqueza, significavam para os anarquistas, condições necessárias para o triunfo de seus ideais. Na perspectiva social de Piotr Kropotkin, a anarquia busca “a associação voluntária sob todos os aspectos”,¹⁸⁵ associação esta que deve ser

sempre mutável, tendo em si própria os elementos da sua duração, e revestindo as formas que, a cada momento, melhor correspondem às múltiplas aspirações de todos. Uma sociedade, enfim, à qual repugnam as formas preestabelecidas, cristalizadas pela lei, mas que busca a harmonia no equilíbrio, sempre mutável e fugitivo (...).¹⁸⁶

Entretanto, a existência de diferentes vertentes libertárias não implica a ausência de diretrizes comuns que norteiam o pensar e o agir libertário, afinal, existem princípios e fins compartilhados em torno dos quais esta diversidade se dilui, reunindo todos sob a designação de anarquistas.

De forma geral, segundo o historiador Eduardo Valladares, Estado, Capital e Religião representavam os três grandes oponentes que se interpunham entre os anarquistas e a sociedade ácrata que imaginavam.¹⁸⁷

O Estado, sob o domínio da burguesia, lançava mão de instrumentos políticos e jurídicos para assegurar o direito à propriedade privada, enquanto o Capital, explorando e expropriando os trabalhadores da riqueza por eles produzida, reproduzia e acumulava riqueza nas mãos dos proprietários dos meios de produção, razão das desigualdades sociais e da condição servil do proletariado. A Religião, sobretudo através dos ensinamentos da Igreja Católica, era vista como fonte de ignorância e superstição, bem como um meio de legitimar a posição social das classes dominantes, inculcando em seus seguidores, a leniência com as disparidades sociais e o ideal de uma vida terrena ascética de dor e sofrimento.

(org.). Élisée Reclus. *Anarquia pela Educação*. São Paulo: Hedra, 2011, p. 46.

¹⁸⁵ KROPOTKIN, 2001, p. 34.

¹⁸⁶ Ibid., p. 34.

¹⁸⁷ VALLADARES, Eduardo. *Anarquismo e anticlericalismo*. São Paulo: Imaginário, 2000, p. 18.

Desta forma, os anarquistas desejavam realizar mudanças sociais estruturais, criando uma sociedade cuja organização fosse descentralizada e baseada nos princípios do federalismo, aproximando com isso, os indivíduos das organizações sociais deliberativas, o que deveria estimular a participação direta nas decisões relativas aos interesses pessoais e de toda a comunidade, garantindo seus direitos através da autogestão. Defendiam também a abolição da propriedade privada e a socialização dos meios de produção, de modo a erradicar a exploração do trabalho e assegurar melhores condições de vida para os trabalhadores, bem como uma vida de júbilo no plano terreno, adotando uma postura anticlerical fervorosa.

O tripé Estado-Capital-Religião era combatido na medida em que representava diferentes formas de autoritarismo, respectivamente, a coerção em sua forma política, econômica e moral. Nesse sentido, o discurso refratário a estas três formas de poder coercitivo e fonte das desigualdades entre os indivíduos, revela um fundamento subjacente às críticas anarquistas a todas as formas de autoritarismo: um ideal humanista calcado na liberdade, isto é, a liberdade compreendida como um valor e uma condição para o desenvolvimento pleno e integral de todas as potencialidades humanas, necessárias para a formação de um novo Homem, capaz de construir uma nova sociedade e promover o bem-estar para todos.

O respeito ao homem – alega Mikhail Bakunin em *Deus e o Estado* – é a lei suprema da Humanidade, e que o grande, o verdadeiro objetivo da história, o único legítimo, é a humanização e a emancipação, a liberdade real, a prosperidade de cada indivíduo vivo na sociedade.¹⁸⁸

Livre de forças contrárias que obstruem o seu percurso, o desenvolvimento das potencialidades humanas, caminha *pari passu* com a conquista da liberdade individual, esta, revelando-se como um valor a ser perseguido e não como um fator de desordem social. A relevância atribuída à liberdade emerge quando se propõem a definir o pensamento anarquista e expor seus princípios e fins. Todos os grandes pensadores libertários do século XIX e meados do XX frisavam a importância da liberdade para o desenvolvimento humano pleno – intelectual, físico e

¹⁸⁸ BAKUNIN, Mikhail. *Deus e o Estado*. São Paulo: Imaginário, 2000, p. 64.

moral –, sem o qual a edificação de uma sociedade guiada pelos princípios de igualdade e solidariedade não seria factível, de onde deriva o termo libertário como sinônimo de anarquista.

Desta forma, Élisée Reclus¹⁸⁹ salienta que “cada individualidade parece-nos ser o centro do universo, e cada um tem o mesmo direito a seu desenvolvimento integral, sem intervenção de um poder que a dirige, repreende ou castiga”.¹⁹⁰ As palavras de Reclus encontram ressonância em Mikhail Bakunin. Segundo Bakunin,

entendemos por liberdade, do ponto de vista positivo, o pleno desenvolvimento de todas as faculdades que se encontram no homem, e – do ponto de vista negativo – a completa independência da vontade de cada um diante dos demais.¹⁹¹

Nesse ínterim, as razões do progresso, para Piotr Kropotkin, reside em “liberar o indivíduo e escancarar diante dele as portas para o seu completo desenvolvimento em todas as direções”.¹⁹² Em Emma Goldman¹⁹³, encontramos também o mesmo apelo à liberdade individual como meio de construir um novo Homem, pilar de uma nova sociedade, através do desenvolvimento livre de suas capacidades e aspirações. Para Emma Goldman,

é pelo indivíduo, autêntico modelo social, que se mede nosso grau de civilização; é por suas faculdades individuais, pelas possibilidades de ele ser o que é, de desenvolver-se e progredir sem

¹⁸⁹ Élisée Reclus (1830-1905). Geógrafo e anarquista francês, Élisée Reclus destacou-se nas últimas décadas do século XIX como um dos mais importantes intelectuais do período ligados ao movimento anarquista.

¹⁹⁰ RECLUS, Élisée. *A anarquia*. In: COÊLHO, Plínio Augusto (org.). Élisée Reclus. Anarquia pela Educação. São Paulo: Hedra, 2011, p. 26.

¹⁹¹ BAKUNIN, Mikhail. *A instrução integral*. São Paulo: Imaginário, 2003, p. 83.

¹⁹² KROPOTKIN, Piotr. *Comunismo e Anarquia*. In: COÊLHO, Plínio Augusto. Kropotkin: O princípio anarquista e outros ensaios. São Paulo: Hedra, 2007, p. 137.

¹⁹³ Emma Goldman (1869-1940). Nascida na Rússia, Emma Goldman emigrou para os Estados Unidos em 1866, onde conheceu as idéias anarquistas, vindo a se tornar a mais célebre das militantes libertárias.

intervenção da autoridade coercitiva e onipotente.¹⁹⁴

Em *O Princípio Anarquista*, Kropotkin afirmava que a Anarquia

é uma concepção que não se pode aceitar sem sentir modificarem-se as nossas apreciações, grandes ou pequenas, dos grandes fenômenos sociais, bem como das pequenas relações entre nós todos em nossa vida cotidiana.¹⁹⁵

A Anarquia, ou a luta entre “o princípio de liberdade e aquele de coerção”,¹⁹⁶ de acordo com Kropotkin,

buscou modificar as relações mútuas, e um dia as transformará, desde aquelas que se estabelecem entre os homens encerrados na mesma habitação, até aquelas que pensam estabelecer-se em grupamentos internacionais.¹⁹⁷

Assim sendo, o anarquismo deveria se opor ao autoritarismo e promover a liberdade e emancipação dos indivíduos em todas as esferas da vida, não apenas nos planos macroestruturais do Estado e do Capital, mas onde quer que se fizesse sentir a coerção e a tirania, obstruindo o livre e espontâneo desenvolvimento humano, como podemos perceber nas proposições de Élisée Reclus, Mikhail Bakunin, Piotr Kropotkin e Emma Goldman.

Foi nesse sentido que o círculo de abrangência das críticas anarquistas ao autoritarismo se estendeu sobre todas as formas de opressão, como as que se manifestam também nas relações privadas e cotidianas, dos relacionamentos conjugais à família. Foi por esta mesma razão, que nas últimas décadas do século XIX, os anarquistas ou libertários, criticaram o autoritarismo na família e a interferência de

¹⁹⁴ GOLDMAN, Emma. *O indivíduo, a sociedade e o Estado*. In: COELHO, Plínio Augusto (org.). *O indivíduo, a sociedade e o Estado e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007, p. 41.

¹⁹⁵ KROPOTKIN, Piotr. *O princípio anarquista*. In: COELHO, Plínio Augusto. *Kropotkin: O princípio anarquista e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007, p. 35.

¹⁹⁶ *Ibid.*, 33.

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 33.

terceiros na constituição dos relacionamentos conjugais, propondo o amor livre e até mesmo o fim da instituição familiar, como veremos a seguir.

2.1.2 Amor Livre e Família no Pensamento Libertário no Final do Século XIX

Final do século XIX. Capital do Império brasileiro. Dois jovens apaixonados tomam uma decisão que imprimiria marcas profundas em suas vidas e na de seus descendentes.

Ele, estudante de medicina, ela, uma jovem pertencente a uma família que tinha à frente seu irmão mais velho, este, por sua vez, responsável pelo provento de mais doze pessoas e preocupado com a possibilidade de ter sob sua égide, mais uma gama de dependentes. A preocupação do irmão, entretanto, não representou um obstáculo para que Emília Lemos e Pedro de Souza Camargo celebrassem na Matriz do Engenho Velho, a cerimônia de casamento que tornava oficial e legítima, a união amorosa do jovem casal.

No dia após a realização da cerimônia de casamento, realizada no apagar das luzes, Manoel José Correia Lemos, irmão de Emília, toma conhecimento, através de uma carta, da união conjugal de sua irmã. Para Manoel José Correia Lemos e toda sua família, o casamento não passava de uma fachada e Emília não seria mais do que a concubina de Pedro de Souza Camargo.

Contudo, os ventos contrários não cessavam de soprar. Ao saber do casamento do filho, o fazendeiro Lourenço de Souza Camargo, envia imediatamente, por meio de um amigo, ordens para que o filho se apresentasse de forma espontânea em sua propriedade no prazo de uma semana, ou então, seria conduzido à força. Convicto de que seria perdoado pelo pai e de que este compreenderia sua atitude, Pedro Camargo rumou ao seu encontro para esclarecer os fatos.

No entanto, prostrado diante da autoridade paterna, Pedro Camargo hesitou em revelar a verdade, optando por não retornar à Corte e permanecer durante um ano na fazenda do pai. Ao retornar a capital, Pedro reencontrou Emília e o filho que havia deixado ainda no ventre da mãe. Temendo que Pedro fosse deserdado pelo pai, o casal decidiu insistir na mentira que deixaria Emília sozinha na capital do Império, apenas na companhia de seus dois filhos, Emílio e Aurélia, privando o casal da vida conjugal por longos doze anos até o seu trágico desfecho.

Aos trinta e seis anos, vivendo sozinho na fazenda do pai, Pedro era constantemente pressionado por este para que arranjasse uma esposa,

insistência que chegaria ao fim com a imposição de um casamento arranjado com a filha de um rico fazendeiro. Sob a ameaça de ser banido de sua casa, mais uma vez Pedro cede e põe-se a fazer as vontades paternas, porém, esta seria a última. Acometido por uma febre súbita, Pedro Camargo faleceu quando se dirigia para a casa da nova pretendente escolhida pelo pai.

Sozinha na cidade do Rio de Janeiro e sem poder contar com o auxílio da família, com quem havia rompido por conta de seu casamento, Emília decide revelar o segredo ao sogro que, sem documentos que comprovassem o casamento mantido em sigilo por mais de uma década, não acreditou em Emília, recusando-se a dar auxílio a jovem mãe de seus netos, deixando-os na pobreza.

Anos se passaram até Lourenço de Souza Camargo descobrir a verdade, legando a neta Aurélia, toda sua fortuna, dado que seu irmão e sua mãe já haviam falecido, deixando a jovem aos cuidados de Dona Firmina, uma guarda-moças.

Jovem pobre, entretanto, muito bela e talentosa, aos dezoito anos Aurélia vivia cercada de pretendentes, entre eles, o jornalista e funcionário público, Fernando Seixas.

Filho de uma família decadente, da qual herdara grandes dívidas, Fernando Seixas, homem muito bem relacionado e que gostava de se vestir bem e freqüentar as festas da alta sociedade carioca, apaixonou-se por Aurélia. Foi assim, que ainda “sem eira nem beira”, Aurélia rompeu com um de seus pretendentes para ficar com Fernando Seixas.

Endividado e certo de que não poderia dar a Aurélia as condições necessárias para freqüentar as rodas sociais que tanto apreciava, com suas festas mesquinhas e faustuosas, Fernando, tomado pela avareza, cedeu diante das cifras do dote ofertado pelo pai de uma jovem que havia se enamorado de um pobre sujeito, preferindo assim, o dinheiro ao amor de Aurélia.

Tempos mais tarde, quando já dispunha da fortuna legada pelo avô, Aurélia, auxiliada pelo tio e tutor, o velho Lemos, planeja uma trama insólita para se vingar do homem que anos antes a havia trocado por dinheiro.

Sabendo que a pretendente de Fernando era na verdade apaixonada por um humilde sujeito, razão pela qual o pai da jovem havia concedido sua mão a Fernando Seixas, Aurélia doa a quantia do dote para o homem, que assim como ela, perdera seu amor por não ter o dinheiro necessário para comprá-lo. Deste modo, o jovem não apenas poderia ficar com sua pretendente, como impediria que esta se casasse com Fernando Seixas, deixando-o desimpedido para Aurélia.

Assim sendo, convencida de que sua identidade não seria revelada, Aurélia oferece a Fernando, através de Lemos, um dote irrecusável. Embora não conhecesse a pretendente, Fernando não tinha dúvidas de que estava disposta a pagar o oneroso preço do casamento, uma vez que, a jovem adiantava-lhe vinte contos de réis dos cem que havia prometido após a assinatura do contrato matrimonial.

Contrato assinado, dinheiro no bolso e negócio fechado. A surpresa viria ao encontrar com Aurélia, a jovem, que se seduzido pelo dinheiro, havia abandonado e que agora o comprara.

Apesar da surpresa, todas as formalidades foram seguidas até o dia do casamento, quando Aurélia, após a cerimônia, revela a trama que o envolvera. Ele, não seria seu esposo, mas uma mercadoria; o casamento não seria consumado e suas vidas estariam atadas unicamente por um contrato e pela infelicidade comum aos dois, uma realidade que se estenderia até o dia em que...

Duas histórias, mãe e filha. Na primeira, a autoridade paterna interfere e determina a esposa do filho que não ousa questionar o poder do pai, chefe e provedor da família, sob a ameaça de ser deserdado e expulso de casa, ainda que ao custo de ser privado do convívio com a mulher amada. Na segunda, o irmão mais velho, que na linha sucessória do trono paterno, assume a autoridade deste, dado que é o responsável pela subsistência da família, nega-se a reconhecer o casamento, que não obstante ter cumprido todas as exigências formais, não pode ser admitido sem o seu consentimento e por isso, faz de sua irmã, uma mulher desonrada. Em ambos os casos, é a interferência de pessoas e interesses alheios ao casal, que decidem sobre os relacionamentos conjugais e a formação das famílias.

No caso de Aurélia, jovem solitária e rica que tem nas mãos as rédeas do próprio destino, a autoridade paterna ou familiar, cede espaço para a influência do dote na escolha dos parceiros. Como em uma transação comercial, onde os preços são fixados a partir das oscilações do mercado, Fernando Seixas alterna suas pretendentes de acordo com o dote que lhe é ofertado. Em síntese, o poder paterno e os interesses financeiros, figuram nos dois casos, como vetores determinantes para a união do casal e a formação da família.

Frutos da imaginação de José de Alencar, essas personagens e suas histórias transitam pelo romance urbano de costumes publicado em 1875 e intitulado *Senhora*,¹⁹⁸ e que, não obstante o colorido dado pela

¹⁹⁸ ALENCAR, José de. *Senhora*. Rio de Janeiro: Ediouro; São Paulo: Publifolha, 1997.

literatura, desenhavam de forma verossímil as uniões conjugais e a constituição das famílias no final do século XIX. Permeado por interesses familiares e ignorando os verdadeiros anseios do casal, neste teatro de interesses onde protagonizavam os benefícios sociais e econômicos que poderiam advir do matrimônio, afetividade e sexualidade atuavam como figurantes.

Tal como no romance de José de Alencar, o casamento no final do século XIX, assumia feições de uma transação comercial¹⁹⁹, tamanho era o peso dos interesses econômicos que interferiam na união conjugal entre um homem e uma mulher, como sugerem algumas práticas que regulavam a união matrimonial. Através do dote, a mulher transferia parte de seus bens ou da sua família para seu marido, que em troca, dava-lhe seu nome e o status de mulher casada e mãe de família, função e espaço reservados à mulher dos anos oitocentos.

Do mesmo modo, Jurandir Freire Costa chama a atenção para a endogamia, prática comum que encontrava no casamento consanguíneo, uma forma de reprodução e ampliação da propriedade privada, não raro, unindo jovens mulheres a homens que estavam mais próximos do sétimo do que do quinto sacramento.

Em 1899, Charles Albert, autor de *O casamento burguês e o amor livre*, observava que havia uma incompatibilidade latente entre amor e casamento, dado que o primeiro poderia ser experimentado antes ou depois do segundo, porém, invariavelmente fora dos seus domínios. Para Charles Albert, que considerava o amor no casamento um “luxo”,²⁰⁰ dado sua excepcionalidade nestas condições, as uniões conjugais obedeciam, via de regra, os ditames dos interesses econômicos dos cônjuges, especialmente do marido, bem como dos familiares do casal.

O casamento, segundo Albert, tinha como propósito “servir aos interesses da propriedade individual, e, em particular, de assegurar aos filhos de uma paternidade certa a transmissão dos bens da família”.²⁰¹ Nesse sentido, prosseguia Charles Albert, “o casamento continua a ser indissolúvel, porque dependentes dele estão os interesses materiais que a

¹⁹⁹ Segundo Jurandir Freire Costa, tamanha era a importância econômica dada ao matrimônio que, em muitos documentos coloniais, as palavras dote e casamento são empregadas como sinônimos. Cf. COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 216.

²⁰⁰ ALBERT, Charles. *O casamento burguês e o amor livre*. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, p. 24.

²⁰¹ *Ibid.*, p. 12.

separação dos esposos viria perturbar”.²⁰²

Todavia, se a manutenção e a ampliação da propriedade privada situaram-se no cerne das relações conjugais até o século XIX, no findar deste, sofreriam a intervenção do saber médico, preconizando a formação de um casal higiênico com vistas à “defesa da raça e do Estado”,²⁰³ conforme Jurandir Freire Costa.

A geração de uma prole saudável e os cuidados para que atingisse a vida adulta de modo a converter-se em braços fortes para o trabalho, tornaram-se as duas principais prerrogativas defendidas pela medicina para a constituição do casal oitocentista. A medicina incumbiu-se de zelar pela saúde dos pais, pois entendia que “a saúde do filho não dependia apenas do trato que lhe fosse dado após o nascimento. Ela estava condicionada à saúde dos pais”,²⁰⁴ fazendo-se necessário, desta forma, a escolha criteriosa do parceiro conjugal.

Assim, o saber médico, preocupado com a saúde dos pais, condenou com veemência práticas como a endogamia, causadora de doenças congênitas, e a união entre homens e mulheres de faixas etárias dicotômicas, dado que poderiam gerar crianças portadoras de deficiência pela imaturidade do aparelho reprodutor feminino, ou então, por entender que o homem de idade avançada possuía órgãos reprodutores enfraquecidos e, desta forma, inaptos à procriação.²⁰⁵ A medicina, de onde deriva a higiene como medida profilática, gozando do prestígio que o cientificismo do século XIX lhe conferiu, passou a ditar normas para formação do casal ideal, disciplinando a amor e o sexo.

Segundo Jurandir Freire Costa,

a observância de critérios higiênicos fornecia, assim, novas regras para o estabelecimento das relações matrimoniais. A desproporção de idade entre os cônjuges passou a ser desaconselhada. A idade ideal do casamento era de 24 a 25 anos para o homem, e de 18 a 20 anos para a mulher.²⁰⁶

Seguindo os passos de Jurandir Freire Costa, entre os atributos

²⁰² ALBERT, Charles. *O casamento burguês e o amor livre*. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, p. 13.

²⁰³ COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1999, p. 219.

²⁰⁴ Ibid., p. 219.

²⁰⁵ Ibid., p. 220.

²⁰⁶ Ibid., p. 221.

que os cônjuges deveriam possuir estavam a pujança moral e física, ou, de acordo com um dos médicos da época citado pelo autor, “a pureza d’alma e o vigor do corpo”²⁰⁷ resumiam a gama de preceitos que paulatinamente transformavam homens e mulheres em pais e mães. Se até então a herança material, transferida dos pais aos filhos, sobretudo através do dote, determinava em larga medida a formação das uniões conjugais, a partir deste momento dividiria a preocupação dos cônjuges com a herança genética. Freire Costa salienta que

no casamento idealmente concebido pela higiene o casal olhava o futuro e não o passado. Seu compromisso era com os filhos e não com os pais. A escolha dos cônjuges estava manietada a esta proposição. O cuidado com a prole converteu-se, por esta via, no grande paradigma da união conjugal.²⁰⁸

Para compreender a preocupação e os esforços desprendidos pela medicina para transformar o casamento em uma instituição higiênica, convertendo homens e mulheres em sinônimos de paternidade e maternidade, é preciso entender a relevância atribuída à família pelo governo do Estado.

De acordo com Michel Foucault, para o governo do Estado, a população começa a ganhar espaço frente à soberania no século XVII, quando a Europa passa por um surto demográfico concomitantemente com o aumento da produção agrícola e da circulação monetária, porém, até meados do século XVIII, quando do surgimento da economia política, ainda é o princípio da soberania que rege o governo do Estado. É apenas com o desenvolvimento de uma ciência do governo, que expôs os problemas específicos da população, que esta passa a ser entendida como um meio das políticas de Estado. A estatística (ciência do governo),

vai revelar pouco a pouco que a população tem uma regularidade própria: número de mortos, de doentes, regularidades de acidentes, etc.; a estatística revela também que a população tem características próprias e que seus fenômenos são irredutíveis aos da família: as grandes epidemias,

²⁰⁷ Ibid., p. 221.

²⁰⁸ Ibid., p. 219.

a mortalidade endêmica, a espiral do trabalho e da riqueza, etc.; revela finalmente que através de seus deslocamentos, de sua atividade, a população produz efeitos econômicos específicos.²⁰⁹

Compreendendo que a população, estrategicamente conduzida, pode levar a determinados fins, o governo do Estado, que baseava-se no modelo familiar de gestão, passa, a partir de então, a admitir a família não mais como um paradigma de governo mas como um meio necessário para o êxito de suas políticas. Para Foucault,

a família como modelo de governo vai desaparecer. Em compensação, o que se constitui nesse momento é a família como elemento no interior da população e como instrumento fundamental.²¹⁰

Já consolidada no século XIX, esta forma de governar compreende a família como uma célula da sociedade, por meio da qual, pode-se chegar ao indivíduo e discipliná-lo, controlando-o da mais tenra idade até os últimos dias de sua vida. Nesse sentido, as medidas higiênicas propostas pela medicina para as uniões conjugais e a constituição de famílias centradas na formação dos filhos e, por conseguinte, na transformação das crianças em adultos produtivos, dirigiam-se ao encontro dos propósitos do governo do Estado.

Contudo, como observa Jurandir Freire Costa, não se trata de afirmar que no século XIX, Estado e Medicina se aliaram para fazer valer seus interesses. No entanto, ainda que não tenha havido esta intencionalidade, “o Estado aceitou medicalizar suas ações políticas, reconhecendo o valor político das ações médicas”,²¹¹ como assinala Jurandir Freire Costa.

Desta forma, até fins do século XIX os laços conjugais ataram-se pelas mãos de sujeitos externos à relação conjugal, ou, melhor dizendo, foram perpassados por interesses alheios aos dos casais. Propriedade, Estado e ciência confinaram desejos de homens e mulheres, impedindo-os de unirem-se livremente e de desenvolver espontaneamente seus laços afetivos e sexuais sem a imposição de interesses econômicos,

²⁰⁹ FOUCAULT, Michel. *A Governamentalidade*. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 288.

²¹⁰ *Ibid.*, p. 288.

²¹¹ COSTA, 1979, p. 29.

regras ou normas higiênicas de comportamento.

Nesse sentido, avessos a todas as formas de autoritarismo e defensores da liberdade como condição para o desenvolvimento das potencialidades humanas e para a formação de um Homem novo, alicerce da nova sociedade, os libertários se opuseram também às diferentes formas de intervenção nos relacionamentos conjugais que impedissem a união livre e espontânea entre um homem e uma mulher. “Na redefinição dos papéis familiares e afetivos – segundo Eduardo Valladares – eram partidários de uma relação onde cada um pudesse escolher seu parceiro, sem a interferência de outros”.²¹² Em síntese, aos relacionamentos conjugais convencionais, propunham como alternativa o amor livre.

Piotr Kropotkin era categórico ao defender a união livre e espontânea entre os casais, unidos exclusivamente por laços afetivos, sem que vontades e interesses alheios interferissem na união e na vida conjugal. Discorrendo sobre o casamento em *Fatalidade da Revolução*, Kropotkin afirmava que

os anarquistas rejeitam a organização do casamento. Eles dizem que dois seres que se amam não precisam da permissão de um terceiro para se deitarem juntos; a partir do momento que sua vontade leva-os a tomar esta decisão, a sociedade nada tem a ver com isso, e menos ainda a interferir.²¹³

Entretanto, se o amor e a afetividade, como salienta Kropotkin, eram os únicos responsáveis por alinhar as relações conjugais, o fim da afeição deveria desfazer os laços que ataram o casal, selando espontaneamente o fim do relacionamento conjugal. Contrários aos dogmas da Igreja, que admitia a morte como único meio de interromper a união conjugal, os anarquistas, segundo Kropotkin, diziam que

pelo fato que se deram um ao outro, a união do homem e da mulher não é indissolúvel, não estão condenados a terminar seus dias juntos se acontecer de se tornarem antipáticos um ao outro.

²¹² VALLADARES, 2000, p. 75.

²¹³ KROPOTKIN, Piotr. *Fatalidade da Revolução*. In: COÊLHO, Plínio Augusto (org.). O princípio anarquista e outros ensaios. São Paulo: Hedra, 2007, p. 66.

O que sua livre vontade formou, sua livre vontade pode desfazer.²¹⁴

Nesse sentido, o amor livre era entendido como a união espontânea, divorciável e não institucionalizada dos cônjuges, realizada sem o intermédio de qualquer forma de contrato oficializado pela Igreja, pelo Estado ou qualquer outra instituição que não o livre arbítrio dos cônjuges.

Contudo, se admitiam a liberdade dos indivíduos na escolha dos parceiros, de forma geral, os libertários configuravam uniões conjugais monogâmicas, como lembra Boris Fausto ao se referir aos anarquistas brasileiros do final do século XIX e início do XX:

em regra, o dirigente libertário era um homem sóbrio, na vida material e na vida afetiva, obediente aos preceitos da família monogâmica não obstante o discurso em favor do amor livre.²¹⁵

A partir da análise de jornais operários como *A Terra Livre* e *A Lanterna*, Margareth Rago e Jardel Cavalcanti corroboram as palavras de Boris Fausto. Ambos concordam que o que os libertários denominavam de Amor Livre, estava distante da prostituição e da promiscuidade, mas sim da escolha livre dos parceiros.²¹⁶ O discurso libertário, muitas vezes, assumia até mesmo um tom moralizador²¹⁷, condenando práticas como o carnaval por incentivar a promiscuidade e

²¹⁴ KROPOTKIN, Piotr. *Fatalidade da Revolução*. In: COÊLHO, Plínio Augusto (org.). *O princípio anarquista e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007, p. 66.

²¹⁵ FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. São Paulo: DIFEL, 1977, p. 89.

²¹⁶ CAVALCANTI, Jardel. *Os anarquistas e a questão da moral*. São Paulo: Livro Aberto, 1997; RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, *passim*.

²¹⁷ Aparentemente contraditória, para Margareth Rago, a condenação de práticas como o carnaval ou o futebol, possuía um caráter pedagógico que buscava instruir e orientar a classe trabalhadora. Para a autora, estas práticas, na visão libertária do período, visavam “enfraquecer e entorpecer a classe operária, desviando-a do cumprimento de sua função histórica revolucionária”. Cf. RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar*. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 111.

ensejar o abandono familiar.²¹⁸

No entanto, se entre os libertários a concepção de amor livre estava circunscrita à liberdade de escolha dos parceiros e à dissolução dos relacionamentos conjugais, estes, monogâmicos, Piotr Kropotkin, Maria Lacerda de Moura e Giovanni Rossi, acreditavam na possibilidade e no direito de amar simultaneamente diferentes parceiros.

De acordo Liane Peters Richter, a libertária e militante feminista brasileira Maria Lacerda de Moura defendia não apenas o amor livre, mas o amor plural, isto é, “relações sucessivas e não-monogâmicas entre homens e mulheres”.²¹⁹ Enquanto os homens eram incentivados a buscar novas experiências, a exigência da virgindade e a indissolubilidade do casamento, restringiam as experiências sexuais e afetivas femininas exclusivamente aos domínios do matrimônio, deixando-as despreparadas para compreender seus próprios sentimentos e lhe dar com as decepções amorosas.²²⁰

Pela diversidade de experiências amorosas, os indivíduos estariam mais aptos para conhecer e compreender seus desejos e sentimentos, assim como os de seus parceiros, de modo a “reverter relações de coisificação e desumanização de homens e mulheres. Ele significava valorizar as características específicas de cada novo parceiro, reconhecendo seus potenciais e dificuldades”.²²¹

Do mesmo modo, para Piotr Kropotkin,

se os sentimentos humanos tendem à inconstância, se seu amor não pode fixar-se sobre o mesmo objeto, como sustentam muitas pessoas – e é sobre essa afirmação que se apóiam aqueles que querem regulamentar as relações sexuais –, se a poligamia e a poliandria eram as leis naturais do indivíduo, o que nos importa? O que podemos fazer com isso? Até o presente momento, a repressão nada pode impedir, e nos garantiu novos vícios. Deixemos,

²¹⁸ CAVALCANTI, 1997, p. 34.

²¹⁹ RICHTER, Liane Peters. *Emancipação feminina e moral libertária*. Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998, p. 83.

²²⁰ Ibid., p. 79.

²²¹ Ibid., p. 85.

portanto, a natureza humana livre, aceitemos suas tendências e suas aspirações.²²²

Ainda que experimentados na clandestinidade sob o estigma do pecado ou do crime, os sentimentos e desejos humanos não poderiam ser regulados, fugindo a todas as formas de imposição. Desta maneira, para Kropotkin, desejos e sentimentos deveriam fluir espontaneamente de acordo com seus impulsos naturais, dado que eram irrefreáveis:

por que teimar em regulamentar o que escapou de longos séculos de opressão? Reconheçamos, então, de uma vez por todas, que os sentimentos humanos escapam a toda regulamentação e que deve existir a mais completa liberdade para que eles possam desenvolver-se completa e normalmente.²²³

A defesa do amor livre expressava o desejo de emancipação do indivíduo também nas relações cotidianas de dominação mantidas na vida privada, especialmente, no cerne das relações conjugais e familiares, eliminando a interferência alheia na constituição dos casais e a formação de famílias marcadas pelo autoritarismo. O amor livre era, assim, também uma forma de questionar um dos pilares da sociedade burguesa: a família.

A família, para os libertários, era entendida como um dos pilares da sociedade burguesa na medida em que, por meio de uniões conjugais motivadas por interesses econômicos e impostas pelos pais aos filhos, ampliava-se a propriedade privada, conservando-a através do direito à herança. Por sua vez, era no seio das famílias operárias que se dava a reprodução e manutenção da força de trabalho.

Muito embora as mulheres tenham atuado largamente como operárias no trabalho fabril, o trabalho realizado como donas de casa era ainda mais importante para a reprodução da ordem vigente, sendo que a mulher cabia a reprodução da força de trabalho através da geração de uma prole, bem como a responsabilidade pela educação e subsistência das crianças para que se tornassem adultos saudáveis, disciplinados e produtivos.

²²² KROPOTKIN, Piotr. *Fatalidade da Revolução*. In: COÊLHO, Plínio Augusto (org.). *O princípio anarquista e outros ensaios*. São Paulo: Hedra, 2007, p. 67-68.

²²³ Ibid., p. 67.

Os cuidados com a família e, especialmente, com a sobrevivência e crescimento da prole, em suma, com os encargos característicos do trabalho doméstico, eram cruciais para a manutenção da ordem instituída. Para Mônica Siqueira Leite de Barros,

o fruto desse trabalho não circula pelo mercado capitalista mas a dona de casa desempenha função fundamental na preservação do modo capitalista de produção, na medida em que os serviços que presta incidem diretamente na produção e reprodução da força de trabalho, mercadoria imprescindível à reprodução do capital.²²⁴

Nesse sentido, Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura chagaram até mesmo a desenvolver campanhas de conscientização em relação à maternidade, divulgando métodos contraceptivos e propondo a maternidade voluntária como uma forma de impedir o fornecimento de soldados para a guerra e de trabalhadores para o capital.²²⁵

Contudo, a família não era alvo de críticas apenas por ser um meio de reprodução da ordem econômica e social instituída, mas também pelo autoritarismo que se estabelecia no cerne das relações familiares, personificado pelo pai ou pela figura masculina mais próxima deste. É na família, de acordo com Mônica Siqueira Leite de Barros, “que se realiza a percepção e interiorização da divisão sexual do trabalho social e o lugar onde se desenvolvem as relações autoritárias e hierárquicas – pais/filhos; marido/esposa”,²²⁶ razão pela qual ensejava críticas entre os militantes libertários.

Escrevendo no início da década de vinte do século passado, o anarquista brasileiro José Oiticica²²⁷ acreditava que a família era um

²²⁴ BARROS, Mônica Siqueira Leite de. *As mulheres trabalhadoras e o anarquismo no Brasil*. 1979. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1979, p. 91.

²²⁵ RICHTER, Liane Peters. *Emancipação feminina e moral libertária*. Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998, p. 6-7.

²²⁶ BARROS, op. cit., 108-109.

²²⁷ José Rodrigues Leite e Oiticica (1882-1957). Nascido em Minas Gerais, o poeta e professor de língua portuguesa do Colégio D. Pedro II, José Oiticica, juntamente com Edgar Leuenroth, foi um dos mais notáveis teóricos e militantes

reflexo da sociedade e que, deste modo, reproduzia no seu interior, os mesmos vícios da sociedade burguesa, como o poder central e autoritário exercido pelo pai que dispõe de todos como se fossem sua propriedade. De acordo com José Oiticica,

a família atual está constituída sobre as bases do direito romano, tipo de autoridade levada ao sumo grau. A família era propriedade do *pater famílias* com direitos maritais e paternos tão grandes que podia vender e matar os filhos.²²⁸

Contudo, quando os casais unidos espontaneamente pelo amor rompessem os laços conjugais, quando não mais se sentissem atraídos afetivamente, isto é, quando o amor livre se tornasse uma prática aceita e difundida entre os casais, o autoritarismo seria eliminado das relações conjugais e, sobretudo, do cerne das relações familiares. “Em sociedade anárquica – dizia Oiticica – sem chefes, o marido é apenas companheiro da mulher a ela unido, não por laços jurídicos, senão apenas pelo amor”.²²⁹

Segundo o libertário Heliodoro Salgado²³⁰, em *Casamentos, união livre e família*,

desde que se torne precisa a intervenção da lei, é por que o amor cessou. E, desde que o casamento repouse apenas sobre o amor, cessado este, está dissolvido aquele, espontaneamente dissolvido, reassumindo cada qual dos membros do par conjugal a sua inteira liberdade. Assim compreendido, a união livre não é a anulação da família; é a sua dignificação pelo respeito da liberdade, da personalidade dos esposos.²³¹

anarquistas brasileiros, responsável por introduzir e difundir as idéias libertárias no país durante a primeira metade do século XX.

²²⁸ OITICICA, José. *A doutrina anarquista ao alcance de todos*. 5 ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2006, p. 113.

²²⁹ Ibid., p. 113.

²³⁰ Militante libertário nascido em Portugal, Heliodoro Salgado foi o fundador da sociedade secreta denominada Carbonária dos Anarquistas, organização que desempenhou importante papel na derrocada da monarquia portuguesa.

²³¹ SALGADO, Heliodoro. *Casamentos, união livre e família*. In: LEUNROTH, Edgard (org.). *Anarquismo: roteiro de libertação social*. Antologia de doutrina.

Ainda que o amor livre pudesse soar como uma ameaça à família, Heliodoro Salgado alertava com o propósito de tranquilizar os ouvidos mais temerosos e conservadores, dizendo que “a família não se extinguirá, a não ser que se extinga a própria humanidade; mas depurar-se-á no sentimento e na prática da liberdade”.²³²

Muito embora questionassem o autoritarismo que perpassava as uniões conjugais e o poder paterno no interior da família, de forma alguma os libertários questionavam a legitimidade e a existência da família, tampouco admitiam, via de regra, a possibilidade de relacionamentos afetivo-sexuais múltiplos e simultâneos como queria Piotr Kropotkin, Maria Lacerda de Moura e Giovanni Rossi.

Assim, se de modo geral o discurso libertário a favor do amor livre manteve-se circunscrito à liberdade de decisão dos indivíduos na escolha dos cônjuges e ao direito de dissolver os relacionamentos conjugais quando não mais houvesse afetividade entre o casal, entre os anarquistas da Colônia Cecília o discurso libertário seria mais ousado, propondo a diversidade de relacionamentos conjugais concomitantes.

Para Giovanni Rossi, o amor livre não era expresso apenas como a união espontânea e divorciável entre um homem e uma mulher, mas sim como o direito natural de gozar da liberdade absoluta de amar simultaneamente diferentes parceiros, ou seja, a possibilidade e o direito de manter relacionamentos poligâmicos e, sobretudo, poliândricos.

No decorrer de sua vida política, se os esforços de Giovanni Rossi incidiram sobre a fundação de colônias experimentais, a sua maior bandeira de luta encontrava-se na defesa de relações de gêneros menos assimétricas e nas palavras avessas a familiar nuclear, expressas no discurso e na prática do amor livre.

De acordo com Candido de Mello Neto,

o relacionamento homem-mulher, dentro de uma instituição familiar, assume no socialismo de Rossi importância capital, com teses singulares. Além da defesa da plena liberdade dos sexos, sua visão mais acentuadamente voltada para os direitos da mulher. Os exemplos que procura da união dos sexos – o casamento poliândrico – mostram o relacionamento de dois ou mais

homens com uma mulher, dando mais destaque, mais valor, aos elos nascidos na esfera espiritual, consubstanciados em admirações afetivas, intelectuais, etc.²³³

O amor livre como meio, a destruição da família como fim: eis a proposição que o motivou a cruzar o Atlântico para fundar nas “solidões americanas”,²³⁴ seu laboratório social, que em homenagem a mulher socialista, personagem de sua utopia, denominaria Colônia Cecília.²³⁵

²³³ MELLO NETO, 1998, p. 26.

²³⁴ ROSSI, Giovanni. *O nascimento da Colônia Cecília*. (1891). In: Colônia Cecília e outras utopias. Tradução e Introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 36.

²³⁵ Cecília, personagem da narrativa literária de Giovanni Rossi denominada *Un Comune Socialiste*.

3. OS RELACIONAMENTOS MONOGÂMICOS E A FAMÍLIA NUCLEAR EM GIOVANNI ROSSI

3.1 BEIJO AMORFISTA E MONOGAMIA

Foi em uma tarde de primavera, mais precisamente em novembro de 1892²³⁶, que Adele e Aníbal chegaram a Colônia Cecília, exaustos pela longa e extenuante viagem, assim como um tanto quanto desconfiados em relação ao núcleo libertário. Ao passarem por Curitiba, foram alertados por antigos moradores sobre as dificuldades enfrentadas pelos habitantes da colônia, que, segundo Giovanni Rossi, “havam-na descrito como uma colônia pobre e pouco socialista, menos do que de fato era”,²³⁷ fazendo com que Adele e Aníbal ficassem receosos quanto ao futuro na colônia libertária.

Giovanni Rossi e Adele Serventi haviam se conhecido no ano anterior, quando Rossi regressara a Itália para divulgar pessoalmente a fundação da Colônia Cecília e seus princípios norteadores com o intuito de atrair mais imigrantes para o seu experimento. De acordo com Giovanni Rossi, os dois haviam sido apresentados em

uma conferência pública na qual eu expusera algumas idéias sobre o amor livre. Lembro-me que, entrevistando-a sobre tais idéias reservadamente, ela me respondeu com muita simplicidade que as admitia.²³⁸

Giovanni Rossi lembra que os primeiros encontros, ainda na Itália, foram breves, e que não sentiu mais que simpatia e admiração por Adele. Entretanto, antes de regressar ao Brasil, não deixou de relatar suas impressões a Giannotta, amiga incomum de Rossi e Adele que recomendaria a esta, caso decidisse partir para a Colônia Cecília, que olhasse com mais atenção para o estimado amigo.

Assim, se os primeiros contatos foram efêmeros deixando apenas poucas, mas boas impressões em Giovanni Rossi, com a chegada e a instalação definitiva de Adele na Colônia Cecília, os laços entre os dois

²³⁶ ROSSI, Giovanni. *Um caso de amor na Colônia Cecília*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 93.

²³⁷ Ibid., p. 93.

²³⁸ Ibid., p. 94.

se estreitariam, tornando-os mais íntimos e próximos da experiência de amor livre. Segundos relatos de Giovanni Rossi,

nos primeiros dias de sua chegada à Colônia, tive a oportunidade de conhecer Eleda melhor. É uma mulher de trinta e três anos que, quando está tranqüila e nada incomoda, não demonstra ter vinte e cinco. Os seus olhos e seu rostinho delicado têm qualquer coisa de menina. A expressão de seu rosto é quase sempre grave, de uma triste gravidade. Começou então a me interessar, e com frequência me agradava perguntar-lhe se já se habituara à solidão de campos e matas, à monotonia e à pobreza desta vida.²³⁹

Desta forma, o isolamento dos Campos Gerais e o convívio diário ressaltaram os adjetivos e predicados de Adele, despertando em Giovanni Rossi sentimentos que excediam a amizade, ou, nas palavras do libertário, fez com que “uma simpatia e uma afeição meiga e côrtes [crescesse] em mim – e tudo isso não era outra coisa que o alvorecer do amor.”²⁴⁰

Contudo, a iniciativa para que formassem um novo casal partiria de Adele, ao entregar a Rossi uma carta de Gianotta, onde esta recomendava à Adele, quando da partida para o Brasil, que se viesse sozinha, que então fizesse “companhia ao meu Cárdias; vocês formarão um bonito par”²⁴¹, de acordo com os relatos de Giovanni Rossi em *Uma história de amor na Colônia Cecília*. Desta forma, Rossi questionou Adele sobre a recomendação de Giannotta, que, por sua vez, aceitou o pedido de Rossi desde que Aníbal fosse conivente com o relacionamento poliândrico.

Apesar de sugerir que já conhecia Aníbal, Rossi salientava que ao retornar a Itália em 1891, Anibal ainda não era companheiro de Adele, mas sim outro jovem socialista, cujo nome não menciona, e que na ocasião encontrava-se enfermo, muito doente e sob os cuidados de

²³⁹ ROSSI, Giovanni. *Um caso de amor na Colônia Cecília*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 95.

²⁴⁰ Ibid., p. 95.

²⁴¹ Ibid., p. 95.

Adele, com quem havia mantido um relacionamento por cinco anos.²⁴²

Em relação a Aníbal, Giovanni Rossi o descreve como um

um bom companheiro, daqueles que na agitação socialista se habituaram a perder muito e a ganhar nada. Embora não tenha um intelecto vulgar, o seu coração é maior que tudo o mais. Sob uma aparência rude, há um sentimento refinado. Foi um dos primeiros e dos poucos que apoiaram firmemente a iniciativa desta colônia socialista, ajudando-a bastante e, depois, vindo a fazer parte dela. Aníbal é uma pessoa a quem estimo e que recebe toda a minha consideração.²⁴³

Do mesmo modo, em carta endereçada aos irmãos Sestilio e Properzia, Giovanni Rossi reporta-se a Aníbal como um homem “bom” e “corajoso,”²⁴⁴ por que, segundo Rossi,

lutou contra seus preconceitos, contra seus egoísmos, sofreu e chorou em segredo, mas venceu. Fatalidade humana que toda conquista do justo, do bom, do verdadeiro seja o prêmio da grande dor.”²⁴⁵

A Colônia Cecília, que desde os primeiros tempos de sua fundação viu muitos de seus moradores se entregarem ao celibato forçado, dado o reduzido número de mulheres solteiras e a resistência das casadas em praticar o amor livre, precisou de aproximadamente dois meses, desde a chegada de Aníbal e Adele até os primeiros relatos de Giovanni Rossi aos irmãos, para testemunhar a primeira experiência de amor livre.

Em doze de janeiro de 1893, Giovanni Rossi escreveria aos irmãos:

²⁴² ROSSI, Giovanni. *Um caso de amor na Colônia Cecília*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 94.

²⁴³ *Ibid.*, p. 94.

²⁴⁴ Carta endereçada aos irmãos Sestilio e Properzia, datada de 12 de janeiro 1893.

²⁴⁵ *Ibid.*

vosso irmão está feliz, porque a fazer serenamente alegre a vida chegou o amor de uma gentil moça, inteligente, instruída e boa. E é o primeiro acontecimento de amor livre acontecido na colônia, com tanta delicadeza, com tanta lealdade, quase direi com tanta castidade, que ela, ele, eu e um juvenzinho francês que amanhã ou outro entrará na nossa família poliândrica, que queremos um bem assim livre de ciúmes e assim resguardando, que toda colônia nos admira, nos estima, nos ama e esperamos que de imediato nos imite. A mulher gentil chama-se Adele. Na intimidade eu sou para ela “Ninetto”; o velho companheiro “Ranello”; o novo será “Bambinello”.²⁴⁶

Bambinello, o jovem francês a quem se refere Giovanni Rossi, trata-se de Geleoc. Giovanni Rossi, nos documentos analisados, mostra-se bastante lacônico e reticente em relação aos demais homens que, juntamente com ele, participaram do relacionamento poliândrico com Adele, sobretudo, no que refere-se a Geleoc. Giovanni Rossi reporta-se a Geleoc como o terceiro envolvido no relacionamento poliândrico em carta enviada a Alfred Sanftleben em dezoito de abril de 1896, conforme documento citado por Candido de Mello Neto.²⁴⁷ Contudo, a referida carta não foi encontrada nos arquivos do Museu dos Campos Gerais relacionados à Colônia Cecília.

Entretanto, como observa Candido de Mello Neto, Geleoc provavelmente deve ser Jean Jelèac de Brest. O nome do jovem francês aparece brevemente em um dos relatos de Amilcare Capellaro publicado no periódico *La Révolte* quando este menciona um grupo de jovens responsáveis por dar um novo impulso a exaurida colônia de libertários:

na metade de junho encontrava-se ainda em Palmeira um grupo de jovens anarquistas. Eis seus nomes: Cini Egisto de Livorno, G. Zeria de Milão, Jean Geleac de Brest, G. Maderna de Milão, A. (ilegível) de Turim, L. Silano de Turim, J. Saint Pierre de Tarbes. Seu programa era: ficar custe o que custar e trabalhar para conseguir os meios de

²⁴⁶ Carta endereçada aos irmãos Sestilio e Properzia, datada de 12 de janeiro 1893.

²⁴⁷ MELLO NETO, 1998, p. 203.

subsistência e para reorganizar de novo a colônia.²⁴⁸

Tal como registrava em carta enviada aos irmãos, para Giovanni Rossi, em *Um caso de amor na Colônia Cecília*, o relacionamento poliândrico que se estabelecia na colônia foi, de forma geral, bem aceito e admitido com admiração pela comunidade, dado que não observava nenhuma forma de censura ou qualquer manifestação de repúdio aos participantes da experiência de amor livre. Segundo Giovanni Rossi,

quando, em seguida, todos viram o modo respeitoso com que tratei Eleda e que as atitudes desta não deixaram, em nenhum momento, de ser afetuosas com Aníbal e reservadas comigo, quando viram a amizade fraternal entre Aníbal e eu, movida pelo objetivo comum de tornar agradável a vida de Eleda, quando, em suma, perceberam que o amor livre não é a vulgaridade animalesca e sim a mais alta e agradável expressão da afetividade, dissiparam-se até as últimas hesitações. E o nosso caso – que até o presente não foi ainda seguido por outros – acabou sendo considerado um episódio normal na vida da colônia.²⁴⁹

Exaltado com a experiência de amor livre por ele vivida e, sobremaneira, pela oportunidade de observar na prática a possibilidade de realização de relacionamentos conjugais plurais e concomitantes, Rossi afirmava aos irmãos Sestilio e Properzia:

para mim, com este amor sem rivalidade, sem ciúme e sem mentira, o nosso experimento socialista se completa, e do estudo dos problemas sociais eleva-se aquele dos sentimentos mais

²⁴⁸ Texto de autoria de Amilcare Capellaro, intitulado *Colônia Socialista Cecília*, publicado no periódico francês *La Révolte*, semana de 01 a 07 de outubro de 1892.

²⁴⁹ ROSSI, Giovanni. *Um caso de amor na Colônia Cecília*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 97.

íntimos, mais complexos, mais obscuros, que agitam a psique humana.²⁵⁰

Não obstante os relatos de Giovanni Rossi descrevendo o entusiasmo e a admiração da comunidade em relação ao caso de amor livre que mantinham em torno de Adele, Giovanni Rossi, em certos momentos, deixa transparecer a resistência dos habitantes da Colônia Cecília, apontando para o distanciamento entre o discurso e a prática do amor livre, o que nos impele a questionar a aceitação e a “normalidade” descrita anteriormente por Giovanni Rossi. De acordo com Rossi,

na Colônia Cecília, desde o seu início, havia sido feita a divulgação da propaganda teórica do amor livre, entendido não como uma união ilegal – ou casamento divorciável sem padre e sem juiz –, mas como a normalidade das afeições múltiplas e contemporâneas, como verdadeira, inquestionável e factível possibilidade de liberdade de amor, tanto para o homem quanto para a mulher. Foram então discutidas as razões e as necessidades desta reforma dos costumes, tal como ficará mais ou menos resumido no final deste escrito. Teoricamente, tais conceitos eram admitidos, embora na prática fossem adiados para o dia de São Nunca, em função das dores que os maridos temiam, dos preconceitos das mulheres, das rotinas domésticas – desde há muito estabelecidas e, por isso, aparentemente perenes –, do temor de, em se dissolvendo a colônia, as mulheres e as crianças ficarem abandonadas a si próprias e, talvez, um pouco também em função da acanhada ousadia dos solteiros. Mas o principal fator parece ser a força do hábito, que dificulta e dificultará sempre o progresso humano.²⁵¹

Nesse sentido, em 1896, quando já residia em Taquari, no estado

²⁵⁰ Carta endereçada aos irmãos Sestilio e Properzia, datada de 12 de janeiro de 1893.

²⁵¹ ROSSI, Giovanni. *Um caso de amor na Colônia Cecília*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 97.

do Rio Grande do Sul, Giovanni Rossi relatou a seu correspondente Alfred Senftleben, um fato envolvendo uma jovem, cuja identidade não é revelada, que havia chegado em fins de 1891 com a leva de imigrantes oriundos de Parma e que, em maio de 1893, provocaria a evasão de muitos moradores da Colônia Cecília, reduzindo-a a um diminuto número de habitantes. No que tange o caso ocorrido com a jovem, Giovanni Rossi relatava a Senftleben que

com o grupo de camponeses parmenses chegou uma juvenzinha precoce que começou a namorar com todos os machos da colônia. Resistir foi fácil a quem já tinha uma companheira, mas os solteiros que em meio a mulheres virtuosas viviam de dois a três anos em castidade forçada não resistiram. Eu estava entre estes, porque Adele não tinha chegado a colônia. Também dois ou três casados caíram em pecado.

Os burgueses do amor, as barrigas cheias que não acreditam no jejum, levantaram uma tempestade de ofensas morais e quem não foi para uma parte foi para outra. Isto foi em maio de 1893, quando a Cecília era reduzida já a uns cinquenta habitantes.²⁵²

O caso da jovem relatado por Rossi ocorreu entre fins de 1891, com a chegada dos imigrantes de Parma e outubro de 1892, uma vez que, de acordo com Giovanni Rossi, seu envolvimento com a jovem teria se dado antes da chegada de Adele, datada de novembro de 1892. Contudo, foi apenas em maio de 1893 que ocorreu a evasão de moradores da colônia, ou seja, quando a experiência de amor livre vivida por Giovanni Rossi, Adele, Anibal e o jovem Geleoc, já havia ocorrido, fato que nos leva a inferir que, juntamente com o caso de poliandria da jovem, o relacionamento igualmente poliândrico de Adele, contribuiu também para que os habitantes mais conservadores e fiéis aos princípios da família monogâmica deixassem a colônia.

Além de indicar a resistência em relação à prática do amor livre, “a tempestade de ofensas morais”, segundo a carta redigida por Giovanni Rossi e acima citada, sugere também que, mesmo no plano discursivo, o amor livre, tal como era concebido por Giovanni Rossi, também não era admitido por um número significativo de moradores da

²⁵² Carta dirigida a Alfred Senftleben, datada de 06 de abril de 1896.

Colônia Cecília.

Segundo Rossi, quando indagado por Alfred Senftblen sobre as razões que conduziram ao fim da Colônia Cecília, a evasão populacional decorrente da não aceitação do caso de amor livre com a jovem parmensense, teria sido um dos fatores decisivos do enfraquecimento da colônia, fator que contribuiu substancialmente para o seu desfecho. Assim, se não para a maioria, para uma parte representativa dos integrantes da colônia libertária, o amor livre ainda não havia vencido a “força do hábito”, como dizia Giovanni Rossi, e mantinha-se ainda mais afastada da prática, preferindo inclusive, deixar a colônia a testemunhar experiências alheias de amor livre.

Em consonância com o que vem sendo dito, o amor livre, tal como era defendido por Giovanni Rossi, não despertou críticas e antipatias apenas entre os moradores da colônia, mas também enfrentou a resistência de libertários preocupados em discutir tais questões, como o italiano Errico Malatesta. Em texto publicado no periódico *Freiheit*, intitulado *Promiscuidade?*, Giovanni Rossi assinalava que

Errico Malatesta que nos escreve, diz que ele, com interesse, [que] pesquisa nossos experimentos para a reforma nas relações sexuais, nosso amor livre é a promiscuidade.²⁵³

Em resposta, Rossi conclui:

nada de promiscuidade. Eu penso que sei quando uma corrente do preconceito será rebentada, muitos seres machos serão escolhidos ao invés de um só, e que o homem seguirá a escolher várias mulheres, o que ele sempre fez, quando pôde, ao invés de uma só.²⁵⁴

Ainda que a poliandria não tenha sido recebida com a naturalidade e a admiração pretendida por Giovanni Rossi, este buscou desassociar o amor livre da promiscuidade, assim como desvincular a imagem de Adele da vulgaridade. Ao relatar o caso aos irmãos, Giovanni Rossi salientava:

²⁵³ Publicado no periódico norte-americano *Freiheit*, N° 23, em 06 de junho de 1896.

²⁵⁴ Ibid.

entendereis de tudo isto que Adele não é uma mulher vulgar, não é uma bonequinha sensual, mas é uma mente eleita, um coração bom, um caráter íntegro em um corpinho delicado.²⁵⁵

O receio de represálias e a preocupação de Giovanni Rossi em preservar a imagem de Adele evidencia-se também em suas publicações, onde, diferentemente do conteúdo das cartas escritas a amigos e familiares, adota o anagrama Eleda para se referir a Adele, omitindo assim, seu verdadeiro nome e preservando sua identidade de atitudes hostis e refratárias ao amor livre.

Diferentemente do amor romântico, que envolvia a imaginação de homens e mulheres do século XIX com devaneios sobre a paixão e o amor ideal, para Giovanni Rossi, o amor não era um sentimento sublime, mas um subterfúgio encontrado para atender desejos sexuais e pretensões sociais. O amor, nos dizeres de Giovanni Rossi, era “a simulação dos altos sentimentos, a profanação de uma nobre loucura em uma comédia ordinária, cujo objetivo é conquistar um corpo, um dote, uma posição social.”²⁵⁶ De acordo com Giovanni Rossi, o amor não era mais que a expressão doentia de um sentimento situado entre o fugaz e a perda da razão, ou, segundo Rossi, uma “forma patológica e quixotesca de afeição”.²⁵⁷

Em *Sem fraude, nem favor: estudos sobre o amor romântico*, Jurandir Freire Costa salienta que o amor não é um sentimento natural, mas uma

crença emocional e, como toda crença, pode ser mantida, alterada, dispensada, trocada, melhorada, piorada ou abolida. O amor foi inventado como o fogo, a roda, o casamento, a medicina, o fabrico do pão, a arte erótica chinesa, o computador, o cuidado com o próximo, as heresias, a

²⁵⁵ Carta endereçada aos irmãos Sestilio e Properzia, datada de 12 de janeiro de 1893.

²⁵⁶ ROSSI, Giovanni. *Um caso de amor na Colônia Cecília*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 108.

²⁵⁷ *Ibid.*, p. 108.

democracia, o nazismo, os deuses e as diversas imagens do universo.²⁵⁸

Nesse sentido, Giovanni Rossi também parecia querer alterar ou trocar este sentimento, inventando sua própria crença emocional. Rossi propunha cultivar sobre o jazigo desse sentimento “simulado”, o amor, um novo sentimento, um amálgama de desejo, inteligência e afeto definido por Giovanni Rossi apenas como “querer bem”:

querer bem é a forma fisiológica, normal e comum de uma afeição. Querer bem está entre os 20 e 80 graus centígrados do amor. Mais abaixo está o capricho, a simpatia de um dia, de uma hora, que – gentil e ligeira – chega, beija e passa. Acima dos 80 graus está a loucura sublime ou a ridícula estupidez. Querer bem é uma mistura apetitosa de volúpia, sentimento e inteligência, em proporções que variam entre os indivíduos que se querem bem. Em suma, querer bem é o que deveria bastar à felicidade emocional desta pobre espécie humana.²⁵⁹

O “querer bem,” para Giovanni Rossi, era a forma fisiológica, natural, de afeição entre homens e mulheres e se opunha às formas de amor narcisistas que buscavam no outro apenas a auto-satisfação. Ao se referir a Adele, Giovanni Rossi dizia que

quero-a bem de modo subjetivo e objetivo, ou seja, quero-a bem por ela e por mim. Se a quisesse apenas por mim, pelos prazeres que me dá, pelo ardor que trouxe aos meus sentimentos, pelas luzes suaves e claras que espargiu por meus pensamentos, deveria eu dizer, com mais exatidão, que me quero bem [...] São todos amores

²⁵⁸ COSTA, Jurandir Freire. *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 12.

²⁵⁹ ROSSI, Giovanni. *Um caso de amor na Colônia Cecília*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 108.

subjetivos: não queremos bem, mas nos queremos bem, isto é, queremos bem a nós mesmos.²⁶⁰

No entanto, apesar de representar um sentimento doentio e egocêntrico, para Giovanni Rossi, o amor justificava-se como um recurso natural para atrair homens e mulheres para a reprodução, pois, “fisiologicamente, o amor é a procura da volúpia, cuja consequência involuntária é a perpetuação da espécie”,²⁶¹ afirmava Giovanni Rossi.

Entretanto, independente da forma, amor ou querer bem, para Giovanni Rossi, os relacionamentos conjugais múltiplos e simultâneos representavam uma prática cultural admitida e difundida entre muitos povos e, portanto, a monogamia não poderia ser considerada como uma forma universal e, sobretudo, natural de relacionamento conjugal. Em um pequeno texto publicado no periódico *Freiheit*, denominado *Pode-se?*, Giovanni Rossi questionava:

O que? Mais pessoas se amarem ao mesmo tempo? A poliandria e a poligamia dir-se-ia que as mesmas pertenceram a vários povos como costume. E com esta observação quero afirmar que a poliandria e a poligamia são mais valorosas que a monogamia.²⁶²

Deste modo, ao afirmar que a poliandria e a poligamia eram um costume aceito por diversos povos, Giovanni Rossi desnaturalizava a monogamia, questionando-a como uma prática afetivo-sexual inerente aos diferentes grupos humanos. Para Giovanni Rossi, a monogamia não representava as formas de relacionamentos conjugais que observava no mundo natural junto às diferentes espécies de plantas e animais. Entre a diversidade da fauna e da flora, a pluralidade de parceiros era incontestável, corroborando assim, suas teses favoráveis à poligamia e à poliandria. Agrônomo e veterinário, o libertário italiano observava que “segundo os princípios fisiológicos [...] entre as plantas fanerogâmicas – nas quais os sexos são melhor caracterizados – a promiscuidade é a lei e

²⁶⁰ ROSSI, Giovanni. *Um caso de amor na Colônia Cecília*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p.109.

²⁶¹ *Ibid.*, p. 112.

²⁶² Publicado no periódico norte-americano *Freiheit*, N° 23, em 6 junho de 1896.

a monogamia a exceção.”²⁶³

Nesse sentido, na perspectiva de Giovanni Rossi, a monogamia não podia ser admitida como uma prática natural. Na natureza, era identificada apenas em espécies cujos filhotes demandam cuidados especiais após o nascimento, quando a atenção dos pais torna-se indispensável para a sobrevivência da prole. Deste modo, frisava que

as flores negaram a fábula da monogamia e da fidelidade conjugal. Mesmo entre os animais, a monogamia é uma exceção, quase toda encerrada na espécie dos pássaros, onde o trabalho de incubação e os cuidados com os filhotes tornam-na necessária.²⁶⁴

Desta forma, tomando como base de indução o mundo natural, tal como propunha o geógrafo e libertário russo Piotr Kropotkin, Giovanni Rossi, a partir da observação do comportamento de plantas e animais, tecia seus argumentos contrários à naturalidade da monogamia, defendendo, em contrapartida, a possibilidade de relacionamentos múltiplos e simultâneos. Assim como entre as espécies do mundo natural, as afeições deveriam ser “múltiplas e contemporâneas”,²⁶⁵ pois esta era a forma impressa aos relacionamentos conjugais pela natureza.

Para o autor, mesmo o cuidado com a prole era um argumento pouco convincente para conservar os relacionamentos monogâmicos entre homens e mulheres, visto que o que denominava-se de instinto materno estava fadado a desaparecer com a emancipação feminina dos ditames que lhe atribuíam unicamente a função de zelar pela saúde e crescimento dos filhos, encerrando-a no espaço doméstico:

o instinto maternal, não sendo algo perene, está destinado a desaparecer. Se ele se desenvolveu junto com a necessidade de criar os filhos, não existiu naquelas ordens de animais em que se abandona a prole logo depois do nascimento e é atenuado nas classes sociais que entregam seus

²⁶³ ROSSI, Giovanni. *Um caso de amor na Colônia Cecília*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 112.

²⁶⁴ *Ibid.*, p. 112.

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 97.

filhos para que se criem fora de casa. E se um dia, extinta a necessidade individual de criar os filhos, a sociedade puder oferecer à mãe algo que valha realmente mais do que o aleitamento e as suas primeiras lições, também o instinto materno desaparecerá gradativamente, e os sortudos desses futuros tempos poderão dar um suspiro de alívio e pronunciar o *finis familiae*.²⁶⁶

Quando os cuidados com os filhos não fossem apenas responsabilidade exclusiva dos pais, mas de toda sociedade sensível a vida de cada indivíduo que a integra, a pluralidade de relacionamentos simultâneos, sem imposições restritivas aos sentimentos e desejos seria uma “necessidade”²⁶⁷ e um “direito natural”.²⁶⁸

Para Giovanni Rossi, o amor livre era um direito natural e “uma necessidade da condição humana,”²⁶⁹ assim como o único meio através do qual os desejos e expectativas de homens e mulheres poderiam ser correspondidos, dado a impossibilidade de encontrar, como queriam os que acreditavam no amor romântico, um companheiro ideal ou um indivíduo que reunisse todos os adjetivos desejados pelo parceiro. Desta forma, o único meio de satisfazer nossos desejos seria através da pluralidade de amores simultâneos, pois, para Giovanni Rossi, as atrações afetivas e sexuais não eram mais ditadas exclusivamente por impulsos reprodutivos:

a sensação primordial tornou-se policromática com o surgimento de tantas matizes de beleza (a plástica, a moral, a intelectual) do rico poliedro humano [...] O amor deixou de ser uma necessidade simples e primitiva de um mero acasalamento e entre uma só mulher e um só homem se tornou impossível experimentar todos os elementos do amor.²⁷⁰

²⁶⁶ ²⁶⁶ ROSSI, Giovanni. *Um caso de amor na Colônia Cecília*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 122.

²⁶⁷ Ibid., p. 114.

²⁶⁸ Ibid., p. 116.

²⁶⁹ Ibid., p. 114.

²⁷⁰ Ibid., p. 114.

De acordo com Giovanni Rossi,

o amor pode ser único e exclusivo em apenas dois casos: quando, na pessoa amada, não se busca outra coisa a não ser o sexo, e é necessário contentar-se em viver nos mais baixos degraus da escala humana para que isso possa acontecer; ou quando, na pessoa amada, está concentrada toda a beleza, toda a bondade, toda a inteligência – em uma única palavra, quando nela estão todos os atrativos do outro sexo, e é preciso ser bem néscio para crer que isso possa acontecer. Mas como destes atrativos só pode haver uma pequena parcela em cada um, os sentimentos se atiram involuntariamente atrás de outras pessoas.²⁷¹

Assim, os relacionamentos conjugais monogâmicos, para Giovanni Rossi, representavam uma prática anti-natural, assim como um entrave para alcançar o bem-estar individual, sendo que um único indivíduo não poderia agregar todos as qualidades, em suma, todas as “matizes de beleza” esperadas pelos parceiros. Todavia, se por ventura a monogamia ainda persistisse, o amor exclusivo ainda assim seria apenas mais uma das dissimulações da “moral de fachada deste século tartufo,”²⁷² segundo suas palavras, dado que

é apenas conhecendo as condições e os sentimentos de um dia que se hipoteca toda a vida, vida que está cheia de circunstâncias bem diferentes daquelas previstas. Uma promessa de fidelidade é deplorável por ser muito ligeira e pouco sincera. Mas uma bobagem dessas não pode revogar um direito natural, imprescindível e inalienável.²⁷³

Contudo, apesar da apologia à poligamia e à poliandria, o amor livre estava distante das relações clandestinas do adultério. O amor livre

²⁷¹ ROSSI, Giovanni. *Um caso de amor na Colônia Cecília*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p.114.

²⁷² *Ibid.*, p. 116.

²⁷³ *Ibid.*, p. 116.

seria verdadeiramente livre quando fosse admitido sem censura ou represálias e, sobretudo, espontaneamente por todos os envolvidos pelo “beijo amorfista”,²⁷⁴ conforme expressão cunhada por Giovanni Rossi para diferenciar a sua proposta de amor livre, baseada na pluralidade de parceiros concomitantes, do que os libertários, comumente, denominavam de amor livre no final do século XIX e início do XX, caracterizado pela união espontânea, divorciável e monogâmica, como vimos no capítulo anterior.

Neste íterim, Rossi diria que

se procuro retirar o amor livre – que para mim significa quase sempre amor múltiplo e paralelo – dos domínios do adultério, da vergonha e do ridículo, onde o confinaram [...], não desejo, com isso, somente o triunfo das sagradas leis da natureza e a afirmação contundente do direito, move-se também um outro fim mais elevado e amplo: a destruição da família.²⁷⁵

O amor livre, ou “beijo amorfista”, representava o respeito às necessidades e aos direitos naturais do indivíduo, bem como um meio através do qual os pilares de sustentação da família nuclear burguesa seriam abalados, derrubando por terra esta instituição vista por Giovanni Rossi como “o maior foco de imoralidade, de maldade, de ignorância”.²⁷⁶ A eliminação da figura paterna através de relacionamentos poliândricos impossibilitaria o reconhecimento da identidade paterna, o que levaria conseqüentemente ao fim da família nuclear. Assim, afirmava Rossi: “quando limparem da face da Terra a mentira da paternidade, a família será feita em pedaços e deverão surgir, espontaneamente, as relações sociais capazes de substituí-la.”²⁷⁷

Ao refletir sobre a experiência de amor livre vivida na Colônia Cecília, Giovanni Rossi concluíra:

²⁷⁴ ROSSI, Giovanni. *Um caso de amor na Colônia Cecília*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 127.

²⁷⁵ *Ibid.*, p. 119.

²⁷⁶ *Ibid.*, p. 121.

²⁷⁷ *Ibid.*, p. 121.

Quer me parecer que o velho edifício do amor único e exclusivo, da pretendida ou real paternidade, tenha aqui sofrido uma rachadura, desde o teto ao chão, em suas paredes mestres, ao ponto de cair de vez se outra marretada vier atingi-la. Neste episódio, a instituição família teve o espírito assassinado, retendo-lhe apenas o corpo – para usar as expressões dos velhos metafísicos.²⁷⁸

Segundo Giovanni Rossi, a construção de uma sociedade regida por princípios de igualdade e solidariedade era incompatível com a família nuclear, ou, mais precisamente, com o sentimento da família. A sociedade libertária, tal como imaginava, seria uma realidade factível apenas quando combinada com a eliminação completa da família nuclear.

3.2 ENTRE O EGOÍSMO DOMÉSTICO E A SOLIDARIEDADE DA VIDA COLETIVA: A FAMÍLIA NUCLEAR OU A DOENÇA DO ORGANISMO SOCIAL

A mesma veemência com que defendia os relacionamentos conjugais plurais e simultâneos, era adotada por Giovanni Rossi para se opor à família nuclear. Sem titubear, Giovanni Rossi era categórico ao afirmar o fim último do amor livre: a destruição da família. Rossi não hesitava em propor a dissolução da família nuclear antes mesmo da derrocada de adversários históricos do anarquismo, como a religião, a propriedade privada e o Estado:

se me fosse permitido escolher destruir um dos flagelos humanos – a religião ou os gafanhotos, a propriedade privada ou a cólera, a guerra ou os mosquitos, o governo ou as chuvas de pedra, os parlamentos ou as fistulas, a pátria ou a malária – , eu escolheria, sem hesitar, destruir a família.²⁷⁹

Apesar de entender que a família era “a principal razão de ser e o

²⁷⁸ ROSSI, Giovanni. *Um caso de amor na Colônia Cecília*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 97.

²⁷⁹ *Ibid.*, p. 121.

principal sustentáculo do regime capitalista”,²⁸⁰ a proposta de dissolução da família nuclear de Giovanni Rossi, diferentemente de seus correligionários anarquistas, não pode ser atribuída exclusivamente ao desejo de pôr fim à propriedade privada, mas à oposição a um dado comportamento característico da família nuclear que, para Giovanni Rossi, ameaçava a harmonia e o equilíbrio do organismo social.

Entre os séculos XV e XVII a família fortaleceu os laços afetivos entre pais e filhos, dando início a um processo de privatização baseado no aumento crescente da intimidade e do sentimento da família, o que a conduziu a se fechar sobre si. Entretanto, neste momento não conseguiria fechar-se completamente e isolar-se da sociedade, pois ainda havia um equilíbrio entre as duas, como assinala Philippe Ariès:

Os progressos do sentimento de família seguem os progressos da vida privada, da intimidade doméstica. O sentimento da família não se desenvolve quando a casa esta muito aberta para o exterior: ele exige um mínimo de segredo. Por muito tempo, as condições da vida cotidiana não permitiram esse entrincheiramento necessário da família, longe do mundo exterior [...] No século XVII, constituiu-se um equilíbrio entre as forças centrífugas – ou sociais – e centrípetas – ou familiares – que não sobreviveria aos progressos da intimidade, conseqüência talvez dos progressos técnicos.²⁸¹

Durante este período, as sociabilidades baseavam-se em relações interpessoais de dependência, isto significa que a posição ou, mais precisamente, o *status* e o prestígio de um indivíduo dependiam da trama de relações sociais por ele tecida. Era preciso antes de tudo, saber como agir e agir socialmente para alcançar o sucesso, pois

o essencial era manter as relações sociais com o conjunto do grupo onde se havia nascido, e elevar

²⁸⁰ ROSSI, Giovanni. *Um caso de amor na Colônia Cecília*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e outras utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 122.

²⁸¹ ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1973, p. 144.

a própria posição através de um uso hábil dessa rede de relações. Ter êxito na vida não significa fazer fortuna – ou ao menos isso era secundário; significava antes de tudo obter uma posição mais honrosa numa sociedade em que todos os membros se viam, se ouviam e se encontravam todos os dias.²⁸²

Todavia, se as redes sociais representavam a principal forma de construir uma reputação respeitável e conquistar prestígio social, podemos pressupor que os espaços de sociabilidades desempenhavam uma importante função no interior dessas sociedades. Havia a taberna, mas este não era o local adequado para os bem-nascidos tecerem suas relações sociais. Este era o espaço reservado aos ébrios, soldados e meretrizes. As pessoas de bem, ciosas por sua reputação, reuniam-se em casas particulares.

A casa grande era o espaço por excelência das sociabilidades. A família que nela residia era invadida por conhecidos que faziam do seu interior um ponto de encontro. Segundo Ariès,

a casa grande desempenhava uma função pública. Nessa sociedade sem cafés, nem *public house*, ela era o único lugar onde os amigos, clientes, parentes e protegidos se podiam encontrar e conversar.²⁸³

A ausência de privacidade perpassava o cotidiano da família. Com uma fronteira pouco observável entre público e privado, a família prescindia de sua intimidade, porém, esta não parecia ser uma preocupação de primeira ordem. Quando a casa não era transformada em espaço de sociabilidades, eram os membros da família que se evadiam. Segundo Edward Shorter,

a família tinha grande dificuldade em estabelecer-se como unidade emocional na Europa do antigo regime porque os seus membros estavam constantemente a afastar-se para estar com os vários grupos dos seus iguais.²⁸⁴

²⁸² ARIÈS, 1973, p. 164.

²⁸³ Ibid., p. 180.

²⁸⁴ SHORTER, Edward. *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar,

Até o século XVIII, o ambiente doméstico configurava-se como um prolongamento da rua. Era um espaço público onde as pessoas se reuniam para fins diversos em ambientes indiferenciados. Não havia espaço para a intimidade familiar, pois as fronteiras entre público e privado se confundiam.

De acordo com Philippe Ariès,

esta sociabilidade durante muito tempo se havia oposto à formação do sentimento familiar, pois não havia intimidade. O desenvolvimento, nos séculos XVI e XVII, de uma relação afetiva nova, ou ao menos consciente, entre os pais e os filhos não a destruiu [...] As casas desses homens abastados tornaram-se centros de vida social, em torno do qual gravitava todo um pequeno mundo complexo e numeroso. Esse equilíbrio entre a família e a sociedade não iria resistir à evolução dos costumes, e aos novos progressos da intimidade.²⁸⁵

A partir do século XVIII, a família passaria a levantar barreiras contra o mundo exterior. No interior da casa, que sofreria transformações arquitetônicas de modo a preservar a privacidade mesmo entre os seus moradores, a família se abrigaria dos olhares indiscretos dos curiosos e das hostilidades da sociedade. Ali, entre quatro paredes, pais e filhos reproduziriam um ambiente harmônico e seguro, distanciando-se assim dos antigos hábitos de sociabilidade que permitiam a intromissão do público no privado.

Os espaços seriam esquadrihados e receberiam funções específicas. A residência familiar de um único cômodo ganharia outros mais, cada qual destinado a tarefas e rotinas diferenciadas: refeições, trabalho e lazer ganhavam seus próprios espaços, com destaque para o quarto de dormir. A preocupação com a delimitação dos espaços “correspondeu a uma necessidade nova de isolamento,”²⁸⁶ observa Philippe Ariès.

Para o historiador francês, no século XVIII, em contraposição com sua realidade anterior,

1975, p. 222.

²⁸⁵ ARIÈS, 1973, p. 184.

²⁸⁶ Ibid., p. 185.

a família começou a manter a sociedade a distância, a confiná-la a um espaço limitado, aquém de uma zona cada vez mais extensa de vida particular. A organização da casa passou a corresponder a essa nova preocupação de defesa contra o mundo.²⁸⁷

Entretanto, para Richard Sennett, o confinamento da família não está associado apenas ao desejo de se refugiar de uma sociedade que se tornava hostil, levando os indivíduos a buscar abrigo no seio familiar, mas também a um processo de desequilíbrio entre os domínios do público e do privado, fazendo prevalecer paulatinamente o segundo em detrimento do primeiro. A hostilidade da sociedade originava-se, em larga medida, do desenvolvimento industrial, do crescimento das cidades e, por conseguinte, da complexificação das relações sociais cotidianas que impeliavam os indivíduos a assumir diferentes papéis, ou, de outro modo, os obrigavam a representar diferentes personagens em uma sociedade que passava a atribuir crescente importância a personalidade.²⁸⁸

Deste modo, o fim da configuração familiar extensa e a formação de um modelo familiar simplificado, reduzido ao núcleo pai-mãe-filhos, fez com que as relações sociais familiares se tornassem mais estáveis por que menos complexas, em função do reduzido número de papéis que cada indivíduo precisava representar em seu interior. De acordo com Richard Sennett,

a família nuclear simplifica o problema da ordem ao reduzir o número de atores e com isso reduzindo o número de papéis que cada pessoa da família precisa desempenhar. Cada adulto só precisava ter dois papéis: esposo (esposa) e pai (mãe); sem os avós em casa, a criança nunca veria os pais como filhos de alguém. A própria criança terá uma única imagem do amor adulto e da expectativa do adulto para com ela. Ela não será obrigada a discernir o que há de diferente entre a maneira como se deve comportar diante dos avós

²⁸⁷ ARIÈS, 1973, p.184-185.

²⁸⁸ SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público*: as tiranias da intimidade. São Paulo: Cia. das Letras, 1998, p. 226.

ou dos tios. Em outras palavras, a forma nuclear permite às aparências humanas se resolverem ordenadamente, numa questão de relacionamentos humanos simplificados.²⁸⁹

Desta maneira, começava a tomar forma uma família que excluía de seu recinto todos os elementos estranhos, assumindo uma configuração atomizada, reduzida a sua menor fração, ou seja, aos pais e filhos tão-somente.

Ao longo dos três primeiros séculos da modernidade, a família passou por um processo de reconfiguração iniciado com o despertar de um “sentimento da família”,²⁹⁰ isto é, a família tornava-se um valor que deveria ser protegido de intrusos que poderiam ameaçá-la.

Nesse sentido, Edward Shorter alega que a

domesticidade, ou a consciência que a família tem de si mesma enquanto unidade emocional preciosa que deve ser protegida com privacidade e isolamento da intrusão exterior, foi a terceira ponta de lança do grande surto de sentimento nos tempos modernos. O amor romântico desligou o casal do controlo sexual comunitário e virou-o para o afecto. O amor materno criou um ninho sentimental dentro do qual a família moderna se aninhava e afastou muitas mulheres do envolvimento com a vida comunitária. A domesticidade isolou, além disso, a família no seu todo da sua interação tradicional com o mundo circundante.²⁹¹

O sentimento da família, família agora composta pela tríade pai-mãe-filhos, fez com que esta se refugiasse no interior da casa, distante das ameaças da sociedade. Apesar de conviver até então com um intenso fluxo de pessoas, a partir do século XVIII tem início um processo de reclusão familiar. Segundo Philippe Ariès, “as pessoas começaram a se defender contra uma sociedade cujo convívio constante até então havia sido a fonte de educação, da reputação e da fortuna”.²⁹²

²⁸⁹ SENNETT, 1998, p. 226.

²⁹⁰ ARIÈS, 1973, p. 164.

²⁹¹ SHORTER, 1975, p. 244.

²⁹² ARIÈS, op. cit., p. 191.

Contudo, o movimento que do século XV ao XVIII levou a família a se confinar no interior da casa, abrigoando-se da “pressão social”,²⁹³ se consolidou no século XIX. No oitocentos, a família nuclear refugiou-se definitivamente em sua redoma de segurança, equilíbrio e harmonia. O antagonismo entre estes dois mundos – o privado e o público, o familiar e o social – deixava-se perceber pela arquitetura das residências burguesas.

Enquanto os palacetes urbanos conservavam fachadas práticas e funcionais, o ambiente interno tornava-se acentuadamente faustoso. Os cômodos, as paredes e o mobiliário, eram recobertos por tapetes, cortinas, quadros e objetos requintados que imprimiam sofisticação à vida privada da família nuclear. A preocupação estética e a imprescindível busca por conforto denotam os anseios da família nuclear para criar um mundo privado harmônico, contrastante com seu exterior.

Este ambiente sofisticado, de acordo com Eric Hobsbawm, era mais que um espaço utilitário, era um símbolo de status e sucesso. Para Hobsbawm,

o lar era a quintessência do mundo burguês, pois nele, e apenas nele, podiam os problemas e contradições daquela sociedade ser esquecidos ou artificialmente eliminados. Ali e somente ali, os burgueses e mais ainda a família pequeno burguesa podiam manter a ilusão de uma alegria harmoniosa e equilibrada.²⁹⁴

A sociedade do século XIX era percebida pelos membros da família burguesa, especialmente pelo pai, dado que era este quem assumia a função de provedor, lançando-se diariamente no cerne das multidões para garantir o conforto da família e a manutenção da propriedade, como um campo de batalha. Em contrapartida, para André Burguière, “o lar veste-se de todas as virtudes, em oposição ao mundo exterior, que encarna as desordens humanas e sociais”.²⁹⁵

O lar, isto é, a residência habitada pela esposa e os filhos, apresentava-se como um refúgio, o local onde se restauravam as forças

²⁹³ ARIÈS, 1973, p. 185.

²⁹⁴ HOBBSAWM, 1996, p. 321-322.

²⁹⁵ BURGUIÈRE, André. et al. *História da família*. O Ocidente: industrialização e urbanização. VI. 4. Lisboa: Terramar, 1986, p. 23.

após exaustivos combates pela sobrevivência, como pode ser percebido do excerto abaixo:

a metáfora da guerra vinha naturalmente aos lábios dos homens quando discutiam ‘suas lutas pela existência’ ou a ‘sobrevivência dos melhores’, da mesma forma como a metáfora da paz quando descreviam seus lares: ‘o acolhedor lugar da felicidade’, o lugar onde ‘a ambição satisfeita do coração encontrava sua paz’, já que nunca podia encontrá-la no mundo exterior, desde que nunca podia ser satisfeita, ou admitir sê-lo.²⁹⁶

No século XIX a família insistia em situar-se em um ponto diametralmente oposto à sociedade. Família e sociedade tornaram-se mundos antagônicos. A “domesticidade”, definição de Edward Shorter para o que Philippe Ariès denominou de “sentimento da família”, “acabaria por atear um lume confortável no lar – incendiando a comunidade em volta”.²⁹⁷

Para Edward Shorter,

o que verdadeiramente distingue a família nuclear – mãe, pai e filhos – de outros modelos da vida familiar na sociedade ocidental é um sentido especial de solidariedade que separa a unidade doméstica da comunidade circundante. Os seus membros acham que têm muito mais em comum uns com os outros do que com qualquer outra pessoa de fora – que gozam de um clima emocional privilegiado que têm de proteger da intrusão do exterior, através da privacidade e do isolamento.²⁹⁸

Era sobre esta família que começou a definir lentamente seus contornos do decorrer dos três primeiros séculos da modernidade para se consolidar no século XIX como família nuclear, confinada em seu microcosmo pacato e harmônico, que incidiam as críticas de Giovanni Rossi:

²⁹⁶ HOBBSBAWM, 1996, p. 333.

²⁹⁷ SHORTER, 1975, p. 222.

²⁹⁸ Ibid., p. 221.

se a família pudesse viver ao ar livre, sob o controle severo da sociedade ou, como alguém já disse, em uma casa de vidro, poder-se-ia então minimizar um pouco sua ferocidade, sua vileza, sua corrupção. Mas o casal unido pelos laços da família tende a isolar-se na caverna, na cabana, no tugúrio, no palácio ou em qualquer outro lugar que encontre. E o sacrário doméstico, o inviolável santuário da família, o secreto gineceu se transforma nos subterrâneos da santa inquisição, nos porões secretos da bastilha. E as piores atrocidades humanas acontecem ali dentro, porque permanecem veladas e impunes.²⁹⁹

O espaço habitado pela família nuclear, na ótica de Giovanni Rossi, correspondia a um ambiente nefasto, marcado por “atos de prepotência”,³⁰⁰ traduzidos pelo uso do poder autoritário do homem sobre a mulher, dos pais sobre os filhos, dos adultos sobre as crianças e do pai sobre todos. Segundo Giovanni Rossi,

é na monarquia absoluta da família que a mão do covarde espanca a face da mulher, que os jovens crescem no triste hábito da obediência e da simulação, alimentando o desejo de um dia, quando chegar a sua vez, mandar nos outros.³⁰¹

Não obstante, o ambiente familiar não era para Giovanni Rossi apenas responsável por formar os filhos na escola do autoritarismo, mas também, por ensinar a convivência com as desigualdades e injustiças, pois “no interior das relações de parentesco, normalmente, toleram-se os defeitos que, ao contrário, são duramente condenados nos outros”.³⁰²

²⁹⁹ ROSSI, Giovanni. *Um caso de amor na Colônia Cecília*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e Outras Utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p.119-120.

³⁰⁰ ROSSI, Giovanni. *Comunidade anarquista experimental*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e Outras Utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p.78.

³⁰¹ ROSSI, Op. cit., p. 120.

³⁰² ROSSI, Giovanni. *Comunidade anarquista experimental*. (1893). In: ROSSI,

A dicotomia entre família nuclear e sociedade foi percebida por Giovanni Rossi logo nos primeiros meses da Colônia Cecília, quando “três parentes, que eram do grupo, muitas vezes se uniam, formando uma facção à parte”.³⁰³ Como denominava Giovanni Rossi, o “espírito de facção”,³⁰⁴ impedia que o conjunto da sociedade se desenvolvesse espontaneamente e de forma harmoniosa, dado que os interesses dos membros da família eram colocados invariavelmente à frente dos interesses do restante da sociedade. Para Rossi,

a essa contradição entre as tendências pessoais e o esquema da vida coletiva é preciso acrescentar a ação irritante da pobreza e o efeito nocivo das relações de parentesco.³⁰⁵

O idealizador da Colônia Cecília assinalava que apesar de não ter ocorrido desavenças mais graves, tais como casos de violência, a questão da “domesticidade” dificultava o convívio coletivo: “vieram à tona, contudo, os egoísmos familiares – muitas vezes, os parentes comiam enquanto os outros permaneciam em jejum”.³⁰⁶

Nesse sentido, Giovanni Rossi registrava em carta a Alfred Senftleben que

os colonos, em realidade, e por quanto não lhes parecesse, tanto que sempre protestaram não ser isso verdade, formavam partido; isto era natural porque uma espécie de identidade de interesses os unia. Este partido foi reforçado de algum companheiro mais trabalhador, por algum outro vínculo estreito de amizade ou de novo parentesco.³⁰⁷

O “sentimento da família,” a “domesticidade” ou o “espírito de facção,” na visão do libertário italiano, comprometia os ideais libertários

Giovanni. Colônia Cecília e Outras Utopias. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 86.

³⁰³ Ibid., p. 65.

³⁰⁴ Ibid., p. 77.

³⁰⁵ Ibid., p. 85.

³⁰⁶ Ibid., p. 67.

³⁰⁷ Carta endereçada a Alfred Senftleben, datada de 06 de abril de 1896.

e ameaçava o desenvolvimento do bem-estar da colônia. Segundo Giovanni Rossi,

fica evidente que a produção na Cecília não teve outro estímulo a não ser o desejo de alcançar um bem-estar coletivo, no qual o nosso bem-estar particular está incluído. A atividade produtiva foi desenvolvida, apesar de e contra os egoísmos mesquinhos e, especialmente, contra o egoísmo doméstico, que quer que toda utilidade conflua para dentro da família, afastando dela qualquer justa parcela de sacrifício e de privações.³⁰⁸

Deste modo, a domesticidade criava uma espécie de corporativismo entre os membros da família nuclear que os impelia a serem indulgentes entre si e a canalizarem todos os recursos para o cerne do núcleo familiar, independentemente da sociedade circundante. Enquanto os familiares, isto é, pais e filhos, permanecessem seguros e satisfeitos, a harmonia do lar estava garantida e isto era suficiente.

Referindo-se às relações de parentesco na Colônia Cecília, Rossi afirmava que

quem possui família tem um medo tão grande da pobreza que acaba causando aborrecimento ao outro, que sempre lhe parece não estar produzindo o suficiente ou estar consumindo muito. Os solteiros, nunca os vi contaminados por tamanho egoísmo.³⁰⁹

O medo e a preocupação, salientados por Giovanni Rossi, dos que possuem família podem ser atribuídos menos ao egoísmo do que a responsabilidade exclusiva de assegurar a subsistência familiar, responsabilidade que recai apenas sobre os próprios membros da família e, no século XIX, especialmente sobre o pai provedor. Nas famílias nucleares, a garantia da vida dos indivíduos é antes de tudo, atribuição

³⁰⁸ ROSSI, Giovanni. *Comunidade anarquista experimental*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e Outras Utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 83.

³⁰⁹ *Ibid.*, p. 86.

da própria família, na qual a sociedade não deve se imiscuir.

Nesse sentido, para Giovanni Rossi,

a harmonia das relações econômicas entre indivíduo e a sociedade só poderá ser natural e espontânea quando todas as mulheres forem consideradas possíveis amantes e todas as crianças como possíveis filhos.³¹⁰

Na perspectiva de Rossi, o binômio família-sociedade era um axioma que precisava ser desfeito, sendo que “a solidariedade será apenas uma teoria enquanto o homem colocar de um lado a mulher e os filhos e do outro o resto da humanidade”.³¹¹ Da equação deste axioma dependia o êxito do projeto libertário, não pela reconfiguração, mas pela completa dissolução da família nuclear. De acordo com Rossi, a extinção da família era imprescindível para a concretização dos ideais libertários, como afirma em *Um caso de amor livre na Colônia Cecília*:

mudem-lhe à vontade os ritos e os nomes ou ainda suprimam-lhes os nomes e os ritos e restarão sempre um homem, uma mulher, filhos, uma casa, restará a família, o que é o mesmo que dizer: uma pequena sociedade autoritária, ciosa de suas prerrogativas, economicamente rival da grande sociedade.³¹²

Esta “pequena sociedade autoritária”, governada por uma “monarquia absoluta”, “rival da grande sociedade”, ameaçava diretamente o equilíbrio e a harmonia do organismo social, pois, segundo Giovanni Rossi,

como a vida coletiva resulta da soma de todas as vidas individuais e os hábitos privados influem

³¹⁰ ROSSI, Giovanni. *Um caso de amor na Colônia Cecília*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e Outras Utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 124.

³¹¹ ROSSI, Giovanni. *O nascimento da Colônia Cecília*. (1891). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e Outras Utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 41.

³¹² ROSSI, op. cit., p. 123.

fortemente sobre os hábitos públicos, será precária a existência de uma sociedade regida contemporaneamente por princípios contraditórios, o egoísmo da vida doméstica e a solidariedade da vida coletiva.³¹³

Desta forma, a família nuclear, sob as lentes de Giovanni Rossi, portava-se como uma espécie de corporação de auxílio mútuo mantida por laços de afetividade. Para Giovanni Rossi, a família nuclear formava uma espécie de célula independente no interior do organismo social, afetando o equilíbrio entre interesses públicos e privados e a harmonia do conjunto. Para Giovanni Rossi, assim como para muitos intelectuais e pensadores do século XIX, tais como Augusto Comte e Piotr Kropotkin, duas das principais influências de Giovanni Rossi, a dinâmica social comparava-se a de um organismo, cujo bem-estar, dependia da harmonia e do equilíbrio estabelecidos entre o organismo e os órgãos que o constituíam, ou então, entre indivíduos e sociedade.

Segundo Eric Hobsbawm, no século XIX “a imagem básica do sociólogo era a imagem biológica de um “organismo social”, a cooperação funcional de todos os grupos na sociedade, muito diferente da luta de classes.”³¹⁴ Anarquista, Giovanni Rossi não negava a luta de classes, mas concebia a sociedade como um organismo que dependia da cooperação como uma forma de preservar o equilíbrio e a harmonia do sistema. A luta de classes e toda espécie de competição social representava uma ameaça ao equilíbrio do conjunto e a harmonia social. Nesse sentido, a família nuclear era representada como uma forma de disfunção fisiológica, ou mesmo como uma patologia capaz de vitimar o organismo social.

Por esta via, Giovanni Rossi frisava que

estamos convencidos de que tão-somente quando a molécula familiar estiver decomposta nos átomos que a constituem, a propriedade dos meios de produção voltará ao clã; mas o clã da nova era será o gênero humano.³¹⁵

³¹³ ROSSI, Giovanni. *Comunidade anarquista experimental*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e Outras Utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p.78.

³¹⁴ HOBBSAWM, 1996, p. 364.

³¹⁵ ROSSI, op. cit., 86.

Embora as críticas de Giovanni Rossi à família nuclear tivessem como alvo a reprodução da propriedade privada, esta não era a única nem a principal razão de seus discursos impetuosos. Com seu comportamento alheio à sociedade, a família nuclear ameaçava o equilíbrio e colocava em risco o bem-estar do organismo social.

Nesse sentido, em 1896, Giovanni Rossi, ao discorrer sobre os motivos do fim da Colônia Cecília em carta a Alfred Senftleben, salientava que, se não fosse o egoísmo que perpassava as relações sociais no interior da Cecília, agravado pelas duras condições de subsistência, “o ciclo fisiológico de vida [teria sido] mais longo. O organismo teria superado a crise, talvez eliminado as partes doentes.”³¹⁶

Assim, ao indagar sobre o futuro da Colônia Cecília, Giovanni Rossi comparava a família a uma “doença,” a quem atribui a possível “morte” da colônia:

O que será da Cecília?

Talvez morra. Mas de qual doença?

Geralmente, morre-se por falta de respiração; e quase ninguém procura indagar mais do que isso. Mas nós precisamos saber.

O egoísmo familiar poderia desenvolver-se a tal ponto que conseguiria destruir o que se tem feito até agora, despedaçando a coletividade ou reduzindo-a à uma vulgar cooperativa.³¹⁷

Os textos de Giovanni Rossi são tingidos por uma profusão de palavras, expressões e figuras de linguagem que remetem ao mundo natural ou mesmo às ciências naturais: “organismo social”, “direito natural”, “sagradas leis da natureza”, “forma patológica”, “forma fisiológica”, “necessidade natural” são algumas das expressões que pontuam o discurso de Giovanni Rossi sobre a monogamia, o amor livre e a família nuclear. Esses discursos derivam de uma perspectiva que compreende a dinâmica da sociedade como análoga a de um organismo e que admite a observação da natureza como ponto de partida para levantar hipóteses e compreender as questões sociais, resultado da influência exercida pelo sociólogo Augusto Comte e pelo libertário Piotr

³¹⁶ Carta endereçada a Alfred Senftleben, datada de 06 de abril de 1896.

³¹⁷ ROSSI, Giovanni. *Comunidade anarquista experimental*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e Outras Utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 88.

Kropotkin na constituição das idéias e das representações de Giovanni Rossi.

Se admitirmos as formas discursivas como meios de alcançar as representações de grupos sociais e indivíduos, concebendo ainda, estas mesmas representações como construções imagéticas que conferem sentido ao mundo e atuam como “matrizes de práticas que constroem o próprio mundo social”,³¹⁸ os discursos de Giovanni Rossi em relação à família nuclear leva-nos a inferir que ela é representada como uma célula, ou melhor, como uma “molécula” patológica que estabelece com o organismo social uma relação de assimetria, comprometendo o equilíbrio e o bem-estar social.

Nas representações de Giovanni Rossi, a sociedade assumia a forma de um organismo e deveria desenvolver-se naturalmente, livre de amarras. O equilíbrio e a harmonia do organismo social dependiam da relação simétrica entre suas partes e o todo. Nesse sentido a decomposição da família nuclear urgia, dado que esta operava através de uma lógica independente da sociedade, ocupando-se, sobretudo, com questões privadas e com a harmonia interna do seu microcosmo, aquém do seu exterior, isto, para Giovanni Rossi, poderia significar a falência do organismo social e, com ele, o projeto libertário de construção de uma sociedade baseada na solidariedade e na cooperação entre grupos e indivíduos.

No ano de 1894, a Colônia Cecília chegava ao fim. Muitos de seus moradores migrariam para cidades vizinhas em busca de melhores condições de vida, outros, partiriam para a Curitiba onde contribuíram para a formação dos primeiros movimentos operários da capital paranaense. Giovanni Rossi havia partido no ano anterior, pois acreditava que não havia razões para estender o experimento. Os resultados já haviam sido observados: “o desfazer-se progressivo e espontâneo da família monogâmica prepara o terreno para o triunfo dos nossos ideais”,³¹⁹ concluía Giovanni Rossi.

³¹⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahi. *História e História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 41.

³¹⁹ ROSSI, Giovanni. *Comunidade anarquista experimental*. (1893). In: ROSSI, Giovanni. *Colônia Cecília e Outras Utopias*. Tradução e introdução de Marzia Terenzi Vicentini e Miguel Sanches Neto. Curitiba: Imprensa Oficial, 2000, p. 88.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Colônia Cecília foi objeto de estudo e fonte de inspiração para pesquisadores, escritores e leitores que, afeitos ou não a história do movimento libertário, foram seduzidos por uma narrativa singular e fascinante, protagonizada por personagens inusitados e historicamente antagônicos, envolvidos em uma trama capaz de instigar a curiosidade dos leitores mais displicentes. A fundação de uma colônia anarquista em terras brasileiras doadas pelo imperador D. Pedro II ao anarquista italiano Giovanni Rossi, contando ainda, com a participação coadjuvante do ilustre maestro e compositor Carlos Gomes, emprestava à Colônia Cecília, os tons intensos e cativantes das narrativas literárias.

Entretanto, na medida em que a história da Colônia Cecília era metodicamente escavada, os vestígios que haviam sido soterrados por sucessivos deslizamentos de décadas sobre décadas, acumulando mais de um centenário de sedimentos, emergiam e deixavam-se ver na superfície do tempo. Ainda que poucos e esparsos, estes vestígios ensejavam questionamentos acerca da dubitável participação de D. Pedro II e Carlos Gomes na fundação da colônia anarquista, abrindo uma fenda que desviaria o curso da História do leito fantástico da Literatura. Contudo, a exclusão de personagens nobres e ilustres, não ofuscaria o brilho de personagens anônimos e não menos notórios, responsáveis por transformar a história da Colônia Cecília em um exemplo de abnegação, coragem e ousadia na luta por um ideal de transformação social, personificado na figura de Giovanni Rossi.

Todavia, deve-se ressaltar que, diferentemente da imagem edênica composta por narrativas que retrataram comunidades utópicas, o cotidiano na Colônia Cecília foi marcado por dificuldades de toda ordem, estendendo-se das privações econômicas às divergências ideológicas, observáveis, respectivamente, nos relatos em relação às condições de subsistência no interior da colônia, e no comportamento refratário dos moradores em relação à prática do amor livre, em especial, nos casos de poliandria vividos por Adele e pela jovem desconhecida mencionada por Giovanni Rossi em carta a Alfred Senfltebem.

Contudo, após anos e inúmeras tentativas fracassadas de fundar uma colônia experimental na Itália, foi nesse ambiente, isolado nas “solidões americanas” e assolado pela pobreza, desavenças pessoais e divergências políticas, que muitas vezes desacreditavam e frustravam Giovanni Rossi, que este conseguiu colocar em prática o amor livre, ou como preferia, o “beijo amorfista”, e desenvolver suas teses radicais

sobre os relacionamentos conjugais monogâmicos e a família nuclear.

A Colônia Cecília foi idealizada e fundada por Giovanni Rossi para ser um laboratório social onde as teorias anarquistas pudessem ser testadas e observadas na prática sob a luz da ciência positivista, sobretudo, no que tange a família nuclear e os relacionamentos conjugais monogâmicos.

Entusiasmado com as possibilidades oferecidas pela Revolução Científico-Tecnológica, com suas descobertas e invenções que fizeram do final do século XIX, uma Belle Époque, Giovanni Rossi via no conhecimento científico, o caminho que conduziria à sociedade libertária. Diferentemente do caricato militante anarquista que se valia dos métodos terroristas de ação direta, Giovanni Rossi encontrava no conhecimento científico produzido pelas embrionárias ciências sociais, sobretudo, na Sociologia, os instrumentos necessários para a construção da sociedade libertária. Para tanto, as teorias libertárias deveriam ser elaboradas e corroboradas pelo método das ciências naturais em colônias experimentais.

Intellectual com formação acadêmica na área das ciências naturais e politicamente engajado no movimento anarquista desde a juventude, Giovanni Rossi estava diretamente envolvido nos debates científicos do século XIX e nas contendas sociais e políticas que marcaram os anos oitocentos. Nesse sentido, o cientista e libertário Giovanni Rossi, mantinha um íntimo diálogo com as idéias da vanguarda intelectual da segunda metade do século XIX, elaboradas pelos pensadores mais influentes no campo do conhecimento científico, como Augusto Comte, bem como por pensadores que forneceram as diretrizes do movimento libertário no último quartel do referido século, como o geógrafo e libertário Piotr Kropotkin.

Na sociologia positivista de Augusto Comte, o veterinário e agrônomo Giovanni Rossi, sorveu as idéias de que a sociedade poderia ser estudada cientificamente a partir dos mesmos métodos adotados pelas ciências naturais e, sobretudo, que as leis que regem os fenômenos sociais poderiam ser apreendidas pela observação direta ou, de outra forma, pelo método experimental. Assim, por meio do conhecimento das leis que determinam os fenômenos sociais, estes poderiam ser previstos, de modo a contribuir para a transformação social e construção da sociedade libertária.

Do mesmo modo, foi no anarquismo do russo Piotr Kropotkin, que Giovanni Rossi encontrou as idéias de que as teorias anarquistas deveriam ser elaboradas segundo os cânones do conhecimento científico, conquistando legitimidade entre os homens e mulheres do

final do século XIX que concebiam a Ciência como o farol do progresso. Desta forma, para Giovanni Rossi, a intersecção entre Anarquia e Ciência situava-se no que denominou de Anarquismo Experimental, isto é, no desenvolvimento de colônias-laboratório onde as teorias libertárias pudessem ser submetidas ao crivo científico da sociologia positivista, conquistando assim, adeptos para a causa libertária.

Nesse sentido, foi em Piotr Kropotkin e Augusto Comte, que Giovanni Rossi encontrou, especialmente, as proposições de que as teorias libertárias deveriam adotar como base de inferência a observação do mundo natural, bem como a imagem da dinâmica social análoga ao funcionamento de um organismo. Nestas duas proposições, encontram-se os fundamentos das críticas e das representações de Giovanni Rossi relativas aos relacionamentos conjugais monogâmicos e à família nuclear que o difere dos demais libertários.

O anarquismo surgiu na Europa no bojo de convulsivas transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, provocando nos indivíduos que viveram os anos oitocentos, uma sensação de instabilidade e aturdimento. Diferentemente do niilismo, a negação desta sociedade para os anarquistas, vinha acompanhada de uma proposta social construtiva, ancorada sobre os princípios de igualdade, solidariedade e, sobretudo, liberdade.

Avessos à política partidária e institucional, os anarquistas acreditavam que a transformação social se daria de forma espontânea por meio da ação de indivíduos imbuídos de novos valores, ou seja, pela construção de um Homem novo. Para tanto, seria necessário ensinar o desenvolvimento pleno de todas as potencialidades humanas – morais, físicas e intelectuais –, sem restrições, por isso a importância atribuída à liberdade como um meio e um fim da sociedade anarquista, por esta mesma razão, também chamada de libertária.

Deste modo, rejeitaram todas as práticas e medidas coercitivas para a construção da sociedade que imaginavam, como por exemplo, a ditadura do proletariado, e estenderam suas críticas a todas as formas de autoritarismo, desde as deflagradas por regimes políticos despóticos até as que emergem nas relações privadas e cotidianas. Foi nesse sentido que as críticas libertárias incidiram também sobre os relacionamentos conjugais e a família.

Entretanto, apesar de encontrarem na família um meio de reprodução da propriedade privada e de se oporem ao autoritarismo que a perpassava, manifesto na dominação masculina sobre a mulher e os filhos, ou ainda, nas diferentes formas de intervenção nos

relacionamentos conjugais, sobretudo, dos interesses financeiros familiares, tal como revelava a prática do dote, os anarquistas não questionaram a legitimidade, tampouco proporam a eliminação completa da família e dos relacionamentos conjugais monogâmicos, como fez Giovanni Rossi.

Tomando como ponto de inferência o mundo natural, como sugeria Piotr Kropotkin, sobretudo, a observação do comportamento da fauna e da flora, Giovanni Rossi questionava a naturalidade dos relacionamentos monogâmicos. Segundo Giovanni Rossi, entre a diversidade de espécies de plantas e animais observadas, a monogamia representava uma exceção, assim como a poligamia e a poliandria eram práticas admitidas por diferentes povos e culturas, dados que reforçavam sua tese sobre a desnaturalização da monogamia e a propensão e a necessidade de relacionamentos múltiplos e simultâneos.

Para Giovanni Rossi, os relacionamentos conjugais não eram mais condicionados exclusivamente pelos instintos reprodutivos, mas sim por um conjunto de interesses e expectativas peculiares a cada indivíduo. Dado que um único indivíduo era incapaz de reunir todos os atributos desejados, a imposição da monogamia era uma afronta aos desejos e impulsos de homens e mulheres para satisfazer seu anseios e conquistar o bem-estar individual. Assim, para Giovanni Rossi, a monogamia representava uma prática anti-natural, um cerceamento aos direitos naturais e a liberdade de amar.

Assim sendo, Giovanni Rossi propunha o que denominou de “beijo amorfista,” uma variante do amor livre que admitia a poligamia e a poliandria, defendidas por Rossi como um direito natural, assim como um artifício para extinguir a família nuclear através da prática da poliandria, ocultando-se com isso a identidade paterna. Com o “beijo amorfista,” a cooperação social substituiria a família nuclear, dado que todas as crianças seriam possíveis filhos, assim como todas as mulheres possíveis companheiras.

Inspirado em Augusto Comte, para Giovanni Rossi, a dinâmica social era análoga ao funcionamento de um organismo, cujo o equilíbrio e a harmonia do conjunto são determinados pela relação simétrica e cooperativa das partes que o constituem. Nesse sentido, a “domesticidade”, o “sentimento da família” ou, como denominava Giovanni Rossi, o “espírito de facção”, que fazia com que a família nuclear se voltasse sobre si, independente do meio circundante, poderia ameaçar a integridade do organismo social. Com seu comportamento alheio à sociedade, voltada para o seu interior, a família nuclear apresentava-se como uma patologia que poderia comprometer a

integridade do organismo social e, desta forma, o projeto libertário de construção de uma sociedade baseada na solidariedade. O “egoísmo da vida doméstica,” assinalava Giovanni Rossi, constituía uma ameaça à “solidariedade da vida coletiva.”

Assim, foram as teorias e os métodos de leitura e interpretação de mundo tomados de empréstimo de Augusto Comte e Piotr Kropotkin que traçaram os contornos das representações de Giovanni Rossi acerca dos relacionamentos monogâmicos e da família nuclear, expressas, respectivamente, como uma prática anti-natural e uma doença que poderia comprometer a integridade do organismo social.

Muito embora Giovanni Rossi tenha se dedicado a divulgar e praticar o amor livre, por ele denominado de “beijo amorfista”, dado duas singularidades, bem como a criticar a família nuclear de forma incisiva, dentre o conjunto de documentos encontrados, devidamente traduzidos, catalogados e preservados nos arquivos do Museu dos Campos Gerais, poucos foram os que mostraram-se reveladores no que tange estes dois aspectos do pensamento de Giovanni Rossi, impondo dificuldades para alcançar os objetivos propostos, ou seja, compreender suas representações relativas à monogamia e à família nuclear.

Os artigos publicados nos periódicos abordavam temas como o anarquismo experimental, coletivismo, socialismo, ou então, tratavam sobre a fundação da Colônia Cecília, as dificuldades enfrentadas por seus moradores, bem como sobre o seu prematuro desfecho. Da mesma forma, nas cartas endereçadas aos irmãos Sestilio e Properzia e a Alfred Senftleben, Giovanni Rossi mostrava-se bastante lacônico e reticente em relação ao amor livre e a sua perspectiva sobre a família nuclear. Entre outras trivialidades, nelas discorre sobre a possível vinda do irmão para o Brasil, a publicação de *O Paraná no século XX* na Itália, o recebimento da tradução alemã de um dos livros de Kropotkin para ser divulgado entre os alemães de Taquari, ou ainda, negociando espécies nativas de orquídeas obtidas nos bosques do sul Brasil.

Entretanto, seus esparsos registros privados, aliados às suas publicações, ainda que não tenham ensejado apreender toda a complexidade de Giovanni Rossi, permitiram apontar caminhos para melhor compreender algumas de suas idéias, assim como tornar mais claras suas representações sobre a monogamia e a família nuclear e reconhecer seu valor como um exemplo de obstinação, autonomia intelectual e questionamento das verdades postas e naturalizadas. Para além dos questionamentos, Giovanni Rossi ousou abandonar a estabilidade e o conforto de uma vida pequeno-burguesa para se aventurar nas distantes e desconhecidas terras do sul do Brasil para

cultivar em meio a privações, críticas e decepções, seus sonhos e ideais de transformação social.

Ainda que a experiência libertária na Colônia Cecília tenha sido efêmera, as idéias de Giovanni Rossi relativas ao amor livre e ao fim da família nuclear se disseminaram pelo Brasil e por diversos países do mundo através dos inúmeros artigos e correspondências publicados na imprensa libertária internacional, assim como por meio dos imigrantes que após o fim da Colônia Cecília, partiram para outras regiões do país, levando consigo o testemunho de idéias e experiências revolucionárias.

Décadas se passaram desde o a fundação da colônia anarquista experimental e as idéias de Giovanni Rossi acerca da monogamia e da família nuclear continuaram a repercutir, seduzindo escritores, cineastas, dramaturgos e leitores que contribuíram para que permanecessem vivas após 120 anos, circulando e influenciando não apenas gerações de libertários, mas de indivíduos que se dedicaram a pensar e agir por novas relações conjugais e familiares, guiadas pelos princípios de igualdade, solidariedade e liberdade.

ARQUIVOS

Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – Florianópolis (SC).

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina – Florianópolis (SC).

Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – Florianópolis (SC).

Arquivo Público de Joinville (SC).

Arquivo Ermembergo Pellizzetti – Rio do Sul (SC).

Arquivo Público do Paraná – Curitiba (PR).

Arquivo do Museu dos Campos Gerais – Ponta Grossa (PR).

FONTES**CARTAS E PERIÓDICOS.**

Carta endereçada ao irmão Sestilio, datada de 17/10/1891.

Carta endereçada aos irmãos Sestilio e Properzia, datada de 12/10/1891.

Carta endereçada a Alfred Senfteben, datada de 06/04/1896.

Carta endereçada aos irmãos Sestilio e Properzia, datada de 12/01/1893.

Periódico *La Révolte*, com correspondência de A. Capellaro.

Periódico *Il Lavoro* de 1878, com artigo de Córdias intitulado *Del Collettivismo*.

Periódico *Il Socialista* de 09/12/1883, com artigo de Córdias intitulado *Del Capitale*.

Periódico *Il Socialista* de 16/12/1883, com artigo de Córdias intitulado *Vantaggi e Possibilità di una colonia socialista*.

Periódico *Il Socialista* de 30/12/1883, com artigo de Córdias.

Atestado de óbito de Giovanni Rossi.

Periódico *Freiheit*, publicado em 06/06/1896.

Periódico *Freiheit* de 19/10/ 1895 com cartas enviadas de Taquari.

Periódico *La Révolte* de outubro de 1892 com publicação de correspondência de A. Capellaro intitulada *Colonia Anarquista Cecília*.

Periódico *La Révolte* de 23-29/07 de 1892 com publicação de correspondência de A. Capellaro intitulada *Colonia Anarquista Cecília*.

Periódico *Les Temps Nouveaux* de 17-23 de outubro de 1895 com publicação de correspondência anônima informando o fim da Colônia Cecília.

OBRAS DE GIOVANNI ROSSI

O Nascimento da Colônia Cecília (1891).

Comunidade Anarquista Experimental (1893).

Um Caso de Amor na Colônia Cecília (1893).

O Paraná no Século XX (1895).

REFERÊNCIAS

ADLER, Laure. *Segredos de alcova*. História do casal. 1850 – 1930. Lisboa: Terramar, 1983.

ARIÈS, Philippe, BÉJIN, André (orgs.). *Sexualidades Ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1973.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAKUNIN, Mikhail. *A instrução integral*. São Paulo: Imaginário, 2003.

_____. *Deus e o Estado*. São Paulo: Imaginário, 2000.

BARROS, Mônica Siqueira Leite de. *As mulheres trabalhadoras e o anarquismo no Brasil*. 1979. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1979, p. 91.

BORGES, Vavy Pacheco. *Grandezas e misérias da biografia*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BURGUIÈRE, André. et al. *História da família*. O Ocidente: industrialização e urbanização. Vl. 4. Lisboa: Terramar, 1986.

BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. UNESP: São Paulo, 1992.

_____. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). *A família*

contemporânea em debate. São Paulo: EDUC/Cortez, 2003.

CAVALCANTI, Jardel. *Os anarquistas e a questão da moral (1890-1930)*. Campinas: Cone Sul, 1997.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia*. A História entre certezas e inquietudes. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

_____. *Práticas da leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

_____. *A História Cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/Difel, 1989.

COÊLHO, Plínio Augusto (org.). *Kropotkin*. O princípio anarquista e outros ensaios. São Paulo: Hedra, 2007.

CONTO, Rodolfo Augusto Bravo de. *Caminhos libertários e partilhas culturais: o jornal La Bataglia e a formação da intelectualidade anarquista*. Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *No tempo das certezas. 1870– 1914*. Cia. das Letras, 2000.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

_____. *Sem fraude nem favor: estudos sobre o amor romântico*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DEMINICIS, Rafael Borges, FILHO, Daniel Aarão Reis (orgs.). *História do anarquismo no Brasil*. V. 1. Niterói: UFF/Rio de Janeiro: MAUAD, 2006.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DUBY, Georges (org.). *Amor e sexualidade no Ocidente*. Lisboa: Terramar, 1998.

DULLES, John W. *Anarquistas e comunistas no Brasil. 1900-1935*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977

ENGELS, Frederich. *História da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 2. O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *História da sexualidade 1. A vontade de saber*. V. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *História da sexualidade 3. O cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GATTAL, Zélia. *Anarquistas, graças a Deus*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Città di Roma*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. A educação dos sentidos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

_____. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud*. Paixão terna. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIANNOTTI, José Arthur (org.). *Comte*. Coleção os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismos nas sociedades modernas*. São Paulo: Ed. da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. Morfologia e História. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

_____. *O Queijo e os Vermes*. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HARDMANN, Francisco foot. *Nem Pátria, nem Patrão!* Memória operária, cultura e literatura no Brasil. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. da UNESP, 2002.

HEBLING, Cristina. *O sonhar libertário*: movimento operário dos anos 1917 a 1921. Campinas: Ed. da UNICAMP/Pontes, 1988.

HOBSBAWM, E. J. *A Era do capital*. 1848-1875. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KROPOTKIN, Piotr. *A anarquia*. Sua filosofia, seu ideal. São Paulo: Imaginário, 2001.

_____. *A conquista do Pão*. 3 ed. Lisboa: Guimarães Ed., 1975.

_____. *O Estado e seu papel histórico*. São Paulo: Imaginário, 2000.

_____. *Palavras de um revoltado*. São Paulo: Imaginário / Ícone, 2005.

KUPPER, Agnaldo. *Colônia Cecília*. São Paulo: FTD, 1993.

_____. *Colônia Cecília*: uma experiência quase esquecida. In: *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.6, n. 2, p. 69-80, jul./dez. 2000.

LASCH, Christopher. *Refúgio num mundo sem coração*. A família: santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

LOLLA, Beatriz Pellizzetti. *Reflexões sobre uma utopia do século XIX*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 1999.

LUIZETTO, Flávio Venâncio. *Utopias anarquistas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAGNANI, Silvia Ingrid Lang. *O movimento anarquista em São Paulo*. 1906-1917. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MALATESTA, Errico. *A anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2001.

_____. *Autoritarismo e anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2004.

_____. et al. *O anarquismo e a democracia burguesa*. 2 ed. São: Paulo, 1980.

MARAN, Sheldon Leslie. *Anarquistas Imigrantes e o Movimento Operário brasileiro*. 1890-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MELLO NETO, Candido de. *O anarquismo experimental de Giovanni Rossi*. De Poggio al Mare à Colônia Cecília. Ponta Grassa: Ed. UEPG, 1998.

MULLER, Isabel Helena. *Flores aos rebeldes que falharam*. Giovanni Rossi e a utopia anarquista. Curitiba: Aos quatro ventos, 1999.

NETTLAU, Max. *História da anarquia*: das origens ao anarco-comunismo. São Paulo: Hedra, 2008.

NOVAIS, Fernando A., SCHWARCZ, Lilia Moritz(org.). *História da vida privada no Brasil*. V. 4: Contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

OITICICA, José. *A doutrina anarquista ao alcance de todos*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2006.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

OTTO, Claricia. *Giovanni Rossi: o imigrante para além da utopia*. Blumenau em Cadernos, Blumenau , v. 42, n. 9/10 , p. 57-74., set./out. 2001.

PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada*. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. Vl. 4. Cia. das Letras: São Paulo, 1991.

PESAVENTO, Sandra J. *História e História cultural*. Belo Horizonte: Autêntica,

PHILLIPS, Roderick. *Desfazer o nó*. Breve história do divórcio. Lisboa: Terramar, 1991.

PIOZZI, Patrizia. *Os arquitetos da ordem anárquica*. De Rousseau a Proudhon e Bakunin. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

PRADO, Antonio Arnoni (org.). *Libertários e militantes: arte, memória e cultura anarquista*. Campinas: UNICAMP/Funcamp, 1985.

PROST, Antoine; VINCENT, Gérard (orgs.). *História da vida privada*. Da Primeira Guerra a nossos dias. VI. 5. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

PROUDHON, Pierre Joseph. *A propriedade é um roubo e outros escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1998.

RAGO, Margareth. *Descobrendo historicamente o gênero*. Cadernos Pagu. Trajetórias do gênero, masculinidades...n. 11. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Brasil: 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. *Entre a História e a liberdade*: Luce Fabri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.

RÉMOND, René. *O século XIX*. 1815-1914. São Paulo: Cultrix, 1974.

RIBEIRO, João. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

RICHTER, Liane Peters. *Emancipação feminina e moral libertária*. Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura. 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

RODRIGUES, Edgar. *Os anarquistas: trabalhadores italianos no Brasil*. São Paulo: Global, 1984.

_____. *Universo Ácrata*. VI 1 e 2. Florianópolis: Insular, 1999.

RODRIGUES, Márcia Barros Ferreira. *Exercícios de indiciário*. Vitória: UFES, 2006.

ROMANI, Carlo. Oreste Ristori. *Uma aventura anarquista*. Dissertação (mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

SANCHES, Miguel. *Um amor anarquista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Lucy Woellner dos. *Estação Agrônômica e de Veterinária do estado (1895-1920): uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1998.

SCHMIDT, Afonso. *Colônia Cecília*. Romance de uma experiência anarquista. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SCOT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. In: Educação e Realidade. Porto Alegre 16 (2): 5-22 jul/dez. 1999.

SEGALEN, Martine. *Sociologia da família*. Lisboa: Terramar, 1996.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. As tiranias da intimidade. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SHORTER, Edward. *A formação da família moderna*. Lisboa: Terramar, 1975.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *História da família no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SIMONNET, Dominique (et al.). *A mais bela história do amor: do primeiro casamento na pré-história à revolução sexual no século XXI*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

SOUSA, Newton Stadler de. *O anarquismo da Colônia Cecília*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

THERBORN, Göran. *Sexo e Poder: a família no mundo. 1900 – 2000*. São Paulo: Contexto, 2006.

VALENTE, Silza Maria Pazello. A presença rebelde na cidade sorriso: contribuição ao estudo do anarquismo em Curitiba (1890-1920). Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

VALLADARES, Eduardo. *Anarquismo e anticlericalismo*. São Paulo: Imaginário, 2000.

WOODCOCK, George. *História das idéias e movimentos anarquistas*.

VI. 1. A idéia. Porto Alegre: L&PM, 2002.

_____. *História das idéias e movimentos anarquistas*. VI. 2. O movimento. Porto Alegre: L&PM, 2002.

_____. *Os grandes escritos anarquistas*. Porto Alegre: L&PM, 1985.